



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA
POLÍTICA

CAMILA BECKER XAVIER

**As transformações no mundo do trabalho e sua incidência no Serviço
Social: fragilização da profissão na contemporaneidade**

Florianópolis

2021

Camila Becker Xavier

**As transformações no mundo do trabalho e sua incidência no Serviço Social:
fragilização da profissão na contemporaneidade**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. José Pedro Simões Neto

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

XAVIER, Camila Becker

As transformações no mundo do trabalho e sua incidência no Serviço Social: fragilização da profissão na contemporaneidade / Camila Becker Xavier ; orientador, José Pedro Simões Neto, 2021.

117 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Serviço Social. 3. Assistente Social. 4. Neoliberalismo. 5. Profissões. I. Simões Neto, José Pedro . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Camila Becker Xavier

As transformações no mundo do trabalho e sua incidência no Serviço Social: fragilização da profissão na contemporaneidade

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. José Pedro Simões Neto
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Jacques Mick
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Prof. Dr. Julian Borba
Coordenador do Programa

Prof. Dr. José Pedro Simões Neto
Orientador

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2021

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, que tanto me apoiaram e me possibilitaram chegar aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Carmem e Gaspar por toda dedicação e suporte à minha vida estudantil. As melhores lembranças da minha infância estão relacionadas ao estudo: o livrinho que eu ganhava toda vez que íamos ao mercado, o “mini” escritório no meu quarto, a máquina de escrever de brinquedo... Todos esses estímulos geraram uma paixão pela leitura acompanhada de uma curiosidade pelo mundo, eu devo isso somente a vocês.

Agradeço também à minha irmãzinha Milena, que me apoiou em tantos momentos e me ajuda com as tecnologias atuais (ufa!). Essa dissertação foi concebida de um esforço intelectual, mas também de momentos de lazer que você proporcionou.

Agradeço ao meu companheiro, Maicon, que me incentivou e acreditou no meu potencial, mesmo quando eu já não o fazia.

Agradeço aos amigos e também aos colegas do PPGSP, que mesmo nesse momento de distanciamento social, estiveram sempre presentes com seu apoio e alegria.

O percurso acadêmico nos exige muita dedicação, porém a existência dessas pessoas na minha vida tornou o cotidiano mais leve e alegre.

Para o meu orientador, professor Pedro Simões, tenho uma gratidão especial por ter sido tão paciente e dedicado em sua função.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa, o recebimento de uma bolsa é fundamental para a manutenção da vida, mas também reconhece a importância do pesquisador no Brasil.

Um agradecimento final à Universidade Federal de Santa Catarina, que por seu caráter público e gratuito, me ofereceu a oportunidade de ser a primeira da minha família a alcançar a educação de ensino superior.

A educação transforma vidas, sigamos lutando para que todos tenham essa oportunidade!

How can I go forward when I don't know which way I'm facing?

(How - John Lennon)

RESUMO

As transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, motivadas pelo ideário neoliberal, trouxeram um contexto de desafios para os trabalhadores. Dentre os setores atingidos, o Estado também foi alvo de reformas gerenciais, o que trouxe preocupação à parte da literatura acadêmica do Serviço Social. Considerando que a inserção nas políticas públicas é predominante para as/os assistentes sociais, os autores avaliaram que essas mudanças apresentavam sinais de *crise para a profissão*. Tal crise possibilitaria um cenário de desemprego às/aos assistentes sociais, ou ainda, a presença de vínculos empregatícios precários para os profissionais, representando uma **fragilização da profissão**. Neste sentido, a pesquisa aqui realizada se propõe a investigar, através do método quantitativo, se o Serviço Social está vivenciando um processo de fragilização. A perspectiva neweberiana dentro da sociologia das profissões, em conjunto com os apontamentos da literatura “nativa” do Serviço Social subsidiarão a análise comparativa dos dados entre o período 2001-2015. Serão apontados ainda questões históricas do Serviço Social que podem contribuir com esse processo, como a composição da categoria, *status* e reconhecimento social.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Neoliberalismo; Fragilização.

ABSTRACT

The transformations in the world of work in the last decades, motivated by neoliberal ideas, brought a context of challenges to workers. Among the sectors affected, the State was also a target of managerial reforms, which brought concern to part of the academic literature of Social Work. Considering that insertion in public policies is predominant to social workers, the authors evaluated that changes showed signs of *crisis to the profession*. Such a crisis would allow a scenario of unemployment for social workers, or even, precarious employment bonds to the workers, representing a **fragilization of the profession**. In this perspective, the research conducted here proposes to investigate, through the quantitative method, if the Social Work is experiencing a process of fragilization. The neo-weberian approach within the sociology of professions, together with the notes of the “native” Social Work literature will subsidize the comparative data analysis between the period 2001-2015. Historical matters of Social Work that can contribute to this process, such as category composition, status and social recognition, will also be pointed out.

Keywords: Social Work; Social Workers; Neoliberalism; Fragilization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Anos na ocupação principal x idade x setor de emprego 99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assistentes sociais com e sem nível superior e sua variação	83
Tabela 2 - Composição das/dos assistentes sociais por sexo.....	84
Tabela 3 - Condição das/dos assistentes sociais na família.....	85
Tabela 4 - Composição das/dos assistentes sociais por raça	86
Tabela 5 - Faixa etária das/dos assistentes sociais	87
Tabela 6 - Faixa etária das assistentes sociais mulheres	87
Tabela 7 - Estado civil das/dos assistentes sociais considerando o sexo.....	88
Tabela 8 - Assistentes sociais no Brasil conforme regiões.....	89
Tabela 9 - Taxa de ocupação das/dos assistentes sociais	90
Tabela 10 - Número de trabalhos das/dos assistentes sociais.....	91
Tabela 11 - Jornada de trabalho das/dos assistentes sociais no trabalho principal.....	91
Tabela 12 - Posição na ocupação principal	92
Tabela 13 - Assistentes sociais no serviço público e privado.....	93
Tabela 14 - Inserção na Assistência Social: setor público e privado.....	93
Tabela 15 - Ramos de atividade das/dos assistentes sociais.....	94
Tabela 16 - Área do trabalho principal (esferas)	95
Tabela 17 - Forma de contratação das/dos assistentes sociais.....	96
Tabela 18 - Carteira de trabalho no setor privado	96
Tabela 19 - Vínculo de funcionário público	97
Tabela 20 - Contribuintes de institutos de Previdência (setor privado)	97
Tabela 21 - Associação em sindicatos	98
Tabela 22 - Média salarial comparada com outras profissões.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DC – Diretrizes Curriculares

EAD – Ensino a Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 As transformações do mundo do trabalho e reformas do Estado brasileiro: Serviço Social em questão	14
1.2 A configuração histórica do Serviço Social: composição, status e reconhecimento social.....	18
1.3 O Serviço Social e a profissão de assistente social: uma fragilização em voga?...20	
2. O PENSAMENTO NEOWEBERIANO NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES COMO FERRAMENTA TEÓRICA	23
2.1 A importância do profissional no quadro administrativo-burocrático segundo a Sociologia Compreensiva de Max Weber	27
2.2 A abordagem de Eliot Freidson: o credenciamento e o controle ocupacional como elementos centrais das profissões	31
2.3 Um projeto profissional como um projeto de mobilidade social: a perspectiva de Magali Larson.....	39
3. O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: EM CONSTRUÇÃO OU CONSOLIDADO?.....	46
3.1 A profissão de Serviço Social no século XXI: formação, regulamentação e atuação.	47
3.2 Da caridade à profissionalização: a busca da secularização do Serviço Social e os atores envolvidos	53
3.3 A imagem do Serviço Social: uma relação entre identidade e reconhecimento social.....	66
4. AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO PARA AS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: UMA PROFISSÃO EM RISCO?	75
4.1 Os ajustes neoliberais e o Serviço Social: mudanças societais que afetaram a profissão	76
4.2 Metodologia	81
4.3 Universo de análise: perfil sociodemográfico dos pesquisados	83
4.4 Vínculos de trabalho: condições e características	90
5. CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS:	109

1. INTRODUÇÃO

É possível observar no Brasil a partir da década de 1990 novos processos na disposição do sistema capitalista, em que a configuração das formas e relações de trabalho sofre alterações mediante a sua necessidade de atualização. São os trabalhadores que sofrem as consequências desse processo: as condições de trabalho são precárias, os salários são insuficientes, a lógica da autoexploração como forma de demonstrar competência, assim como as identidades profissionais são inferiorizadas entre si e com outras profissões/ocupações.

Nesse cenário, está o Serviço Social, profissão que historicamente lida com as mazelas sociais resultantes da desigualdade gerada pelo sistema capitalista, atuando nas políticas sociais do Estado, nas empresas, nas entidades não-governamentais e nos movimentos sociais. Criada para atenuar conflitos e ser o mediador da relação usuário-instituição (Yazbek, 2016), a/o assistente social atua em diversos campos, com maior ou menor estabilidade e reconhecimento de acordo com o vínculo e local de trabalho. Nesta pesquisa, a configuração profissional das/dos assistentes sociais será o objeto de investigação, de forma a verificar como o contexto atual alterou as condições de inserção no mercado de trabalho.

1.1 As transformações do mundo do trabalho e reformas do Estado brasileiro: Serviço Social em questão

O capitalismo contemporâneo apresentou uma nova configuração nas últimas décadas, em que, no contexto de uma *crise estrutural do capital* (Antunes, 2015), novas tendências se apresentam com mudanças não só nos padrões produtivos, mas também no conjunto do Estado, especialmente referente às políticas de proteção social. Fomentados pela *nova razão do mundo*, isto é, o neoliberalismo (Dardot & Laval, 2016), o papel do Estado nessa concepção seria de proporcionar e preservar uma estrutura institucional para o desenvolvimento dessas práticas (empreendedorismo, direitos à propriedade privada, livre comércio e livre mercado), garantindo esses direitos e o funcionamento apropriado do mercado, ainda que com limitações (Harvey, 2014).

De forma tardia se comparada com a adoção do neoliberalismo em outros países, esse movimento ganhou força no Brasil na década 1990 com o governo de Fernando Collor, iniciando um processo de radical enfraquecimento do Estado, que submetidos às classes dominantes e estabelecendo alianças com instituições-potências como o FMI e Banco

Mundial, agiu para que o regime econômico girasse em torno da supremacia do dólar (Borón, 1995). Como forma de reação ao esgotamento do “modelo desenvolvimentista” e da crise financeira decorrente do processo de endividamento interno e externo, Soares (1998) identifica uma aderência do Estado brasileiro às proposições do Consenso de Washington. Devido aos ajustes viabilizados, o Estado retirou-se enquanto agente econômico produtivo e empresarial com as privatizações de empresas estatais, medidas que se estenderam também na área social, na saúde e educação, em que a lógica do voluntariado e privatista ganharam espaço.

Nesse redesenho das ações do Estado, Yazbek (2002) aponta como características os processos de municipalização, descentralização e transferência para a iniciativa privada de serviços prestados por órgãos estatais. Para Silva et. al (2001, p. 128) ainda que o processo de descentralização da política de Assistência Social, por exemplo, seja visto com bons olhos por viabilizar a quebra de um “centralismo, tecnocratismo, e elitismo do Estado autoritário”, houve outras razões para essa remodelagem. A descentralização foi colocada como alternativa por documentos das agências internacionais BIRD e Banco Mundial para o enfrentamento da crise do sistema capitalista. A justificativa apresentada por esse viés “ênfatisa[va] o controle fiscal, a eficácia administrativa e a otimização de recursos” (ibid, p. 128).

Considerando o cenário dos anos 1990 até a atualidade, Nogueira (2005) discorre sobre o impacto da ideia de reforma no Estado brasileiro, que se fixou na opinião pública fundamentada pelo argumento de que o país precisava se “modernizar” para competir no cenário internacional, devido ao seu caráter “ineficiente e oneroso”. A agenda reformadora tinha como proposições:

Promover um incremento significativo do desempenho estatal mediante a introdução de novas formas inovadoras de gestão e de iniciativas destinadas a quebrar as ‘amarras do modelo burocrático’, a descentralizar os controles gerenciais, a flexibilizar normas, estruturas e procedimentos. Além disso, trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato (NOGUEIRA, 2005, p. 41).

Esse modelo de racionalização colocado para a gestão estatal brasileira resultou em medidas que buscavam a redução da esfera do Estado. Soares (2003) relata que as suas consequências ao longo dos anos foram “a destruição das carreiras do Estado e a destituição dos seus quadros, que foram substituídos por um quadro ‘mínimo’ de trabalhadores sem vínculo e sem capacitação profissional para o exercício das funções mais elementares” (ibid, p. 108).

Em suma, o contexto atual remete à *crise da condição salarial* de Castel (2015), que se expressa no

[...] desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório (CASTEL, 2015, p. 21).

Dessa forma, o problema atual para o autor não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também de uma “desestabilização do estáveis” (CASTEL, 2015, p. 526). Para o autor, estamos sob a ameaça de uma *nova questão social*, que diferentemente do pauperismo do século XIX, trata-se das precarizações das condições de trabalho comandada pelas novas exigências tecnológico-econômicas do capitalismo contemporâneo.

Entre os alvos da reforma gerencial promovida a partir da década de 1990, está a área social, em que partes significativas dos serviços sociais foram transformados em entidades públicas não-estatais (Peres, 2005). Segundo dados do IBGE entre os anos 2006 e 2015, eram voluntários 53,4% dos colaboradores que atuavam em entidades socioassistenciais sem fins lucrativos, já na década seguinte 77,1% das entidades pesquisadas contavam com algum tipo de trabalho voluntário. Embora com parâmetros diferenciados, ambas as taxas demonstram o peso do trabalho voluntário no âmbito da política de Assistência Social, reforçando a sua identidade histórica de práticas filantrópicas e de reconhecimento subalterno.

E de que forma esse cenário afeta a/o assistente social? Se considerarmos que as ações voluntárias são desenvolvidas com o objetivo de atenuar situações de pobreza, carecimentos e violência nos mesmos espaços que atuam as/os assistentes sociais, há um confronto com a sua identidade profissional e necessidade institucional. Isto porque há a possibilidade de desconsiderar a relevância de um profissional remunerado no trato dessas questões, já que há uma disponibilidade de mão-de-obra gratuita e subjetivamente comprometida. Compreende-se, assim, que o crescimento do voluntariado na execução de políticas sociais compromete o requerimento do trabalho profissional da/do assistente social pela instituição, além de dificultar o reconhecimento da importância (e expertise) do Serviço Social para toda a sociedade.

Com o contexto profissional da/do assistente social demonstrado, faz-se necessário apresentar as tendências da profissão no mercado de trabalho segundo a literatura do Serviço Social. É relevante antes fazer uma consideração: os autores “nativos” que estarei referendando os trabalhos apontam tendências e realizam constatações sobre a profissão no

mercado de trabalho, em maioria, não indicando os dados e referências das informações colocadas.

Iniciando por Yamamoto (2001), a autora afirma que as repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais afeta diretamente o trabalho da/do assistente social, tendo em vista que o sucateamento desses serviços justifica a retirada e a minimização do Estado na sua prestação, o que acarreta em políticas sociais privatizadas e mais focalizadas, assim como no “enxugamento” daqueles que estão trabalhando nesse campo. Yamamoto ainda pontua que a transferência de responsabilidades para a sociedade civil gera uma tendência à uma *refilantropização social*, fortalecendo o mercado profissional do Serviço Social nas *organizações não-governamentais* – ONGs.

Dessa forma, considerando que o Estado constituiu-se historicamente como o maior empregador da profissão e estando a sua primazia afetada por essas transformações, as ONGs assim como as empresas têm sido refúgio para as/os assistentes sociais que não se inseriram na esfera estatal. Na atuação empresarial, a área da assistência social se mantém como campo da profissão, entretanto há um crescimento da atuação junto ao setor de Recursos Humanos. Com uma forma de pagamento à premiações e sistemas meritocráticos de incentivo, a atuação profissional é voltada a um “controle de qualidade, ao estímulo de uma maior aproximação da gerência aos trabalhadores do chão da fábrica, valorizando um discurso de chamamento à participação” (IAMAMOTO, 2001, p. 47). Para complementar, o trabalhador é concebido de forma *polivalente*, em que a/o assistente social deixa de ser um profissional “especializado”, “sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições” (IAMAMOTO, 2001, p. 32).

Como questão que também implica na sua posição no mercado de trabalho, o *status*¹ do Serviço Social, como profissão, é inferior quando comparado com outras formações de nível superior. Montaño (2007) desenvolve a ideia de uma *subalternidade* do Serviço Social, apresentando alguns elementos que materializam essa imagem e sua colocação nas relações sociais da profissão. Reafirmando as questões já colocadas acima, o autor contextualiza o início da mudança do perfil das/dos assistentes sociais na década de 1970, em que a migração campo/cidade, o desenvolvimento tecnológico e a inserção da mulher no mercado de trabalho levaram a uma “superpopulação” das universidades, resultando em um perfil socioeconômico de estudantes mais abrangente. Embora sem referência à sua fonte de dados, o autor coloca que as disciplinas consideradas como “menos dispendiosas”, como as Ciências Sociais, a

¹ Ver Weber (1982).

Psicologia e o Serviço Social, atraíam os jovens oriundos de baixos estratos econômicos. Isso significa uma tendência de estigmatização da profissão, em que o Serviço Social se caracteriza como “uma profissão de pobres para pobres” (MONTAÑO, 2007, p. 103).

Em conjunto a esses processos de retração das/dos assistentes sociais nos postos de trabalho, está a expansão da oferta de cursos de Serviço Social na modalidade do Ensino à Distância. Monte et. al (2015) em seu trabalho com base em dados do INEP/MEC analisa os dez principais cursos oferecidos via EAD, estando o Serviço Social na terceira posição², ficando atrás apenas dos cursos de Administração e Pedagogia. Os autores constataam que as vagas oferecidas pelo EAD são superiores aos cursos presenciais, demonstrando um crescimento desmedido do ensino privado, especialmente na modalidade à distância. Esse contexto apresenta uma tendência de maior oferta do curso de Serviço Social do que a que o mercado de trabalho, tanto na esfera pública quanto privada, está disposto a absorver.

1.2 A configuração histórica do Serviço Social: composição, status e reconhecimento social

Para além do que está posto no contexto sócio-econômico apresentado até então, existem as questões endógenas ao Serviço Social, que o acompanham desde a sua gênese. Tendo em vista que o Serviço Social é a profissão mais feminina do Brasil desde a década de 1980 (SIMÕES, 2009), a discussão sobre gênero merece uma especial atenção ao se analisar a composição da profissão. Cabe ressaltar que abordar as relações de gênero não significa exclusivamente discutir as condições das mulheres, mas sim situar as representações do masculino e feminino construídas pela sociedade na sua interrelação (GUIRALDELLI & ENGLER, 2008).

O Serviço Social no Brasil se qualifica como uma profissão eminentemente feminina – em 2009, 92,2% da categoria profissional eram mulheres (Simões, 2012). Para além da composição da categoria, é a sua configuração histórica que a qualifica enquanto feminina: na implementação das Escolas de Serviço Social no país, tinha-se como objetivo formar moças católicas que se interessavam por obras de socorro e assistência promovidas pela Igreja, em que os Centros de Estudos e Ação Social serviam tanto para a prática quanto para a observação das trabalhadoras sociais (IAMAMOTO, 2014). Direcionando-se e consolidando-se como profissão a partir dessas instituições, o Serviço Social constituiu-se historicamente

² A análise dos autores foram baseadas em dados fornecidos pelas Sinopses Estatísticas do INEP/MEC entre os anos de 2010 e 2013.

“aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas”, cabendo à essas mulheres “a preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com as suas convicções e suas responsabilidades” (IAMAMOTO, 2014, p. 182). Segundo a autora, o currículo da profissão tinha como base uma pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos; já na prática profissional as assistentes sociais realizavam instruções de higiene pessoal e da casa, assim como uma formação moral para manutenção do casamento e resolução de problemas familiares.

Ainda que tal configuração sobre a profissão tenha sido construída nos seus primórdios, ela acompanhou o substrato do Serviço Social até os tempos atuais – assim como a identidade do *feminino* na sociedade. Montaño (2007) discorre que as dificuldades que as mulheres sofrem em relação à vivência em uma sociedade de padrões sexistas e patriarcais se articulam com o substrato assistencialista que acompanha o gênero feminino, produzindo um estatuto duplamente subalterno da profissão. O autor constata ainda que o Serviço Social é estigmatizado como uma *profissão auxiliar* em duplo sentido: “a assistência que realiza aos setores carenciados da população, aos seus ‘usuários’; mas também, por outro lado, aquela assistência que dirige, como profissional subalterno e auxiliar, a outros profissionais – médicos, advogados, etc” (ibid, p. 101). Neste sentido, o Serviço Social carrega um estatuto de subalternidade não por ser exercida em sua maioria por mulheres, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (Cisne, 2015).

É importante identificar outros questões que contribuem no estatuto de subordinação da profissão, especialmente sobre o baixo reconhecimento social. Estudos internacionais como de Leighninger (1978), Greenwood (1957), Welbourne (2009), mostram-se preocupados com o reconhecimento do Serviço Social como profissão, acerca da dificuldade de adquirir um status que garanta legitimidade da sua existência. Já Etzioni (1969) constata que áreas como o Serviço Social, Enfermagem e aquelas voltadas ao ensino são semiprofissões. Isto porque a formação das semiprofissões é mais curta, com um status menos legítimo, um corpo de conhecimento menos especializado e tem menos autonomia no sentido de controle da sociedade do que as “profissões”.

Essas discussões são ponderáveis acerca da constituição do Serviço Social brasileiro, que sofre limitações quanto ao seu arsenal técnico devido ao sincretismo presente na profissão, conforme analisa Souza (2014). No estabelecimento de um projeto profissional com base na defesa da classe trabalhadora a partir da teoria marxista, há conflitos na existência do exercício profissional, já que este existe para a reprodução das estruturas de classes e

manutenção do *status quo*. Na própria formação curricular, o aspecto ético-político se sobrepõe às discussões sobre o exercício técnico-operativo, o que acarreta para os próprios estudantes uma impressão de desconexão entre “a teoria e a prática”. Isto representa um perigo para a existência do Serviço Social, considerando o que Schmitz (2014) aponta com base na teoria weberiana: a essência das profissões está no conhecimento como fonte de poder, que descende da qualificação e do saber técnico especializado. A desvalorização sobre o *fazer profissional* no momento da formação pode contribuir para um agravamento do (já baixo) reconhecimento social da profissão?

1.3 O Serviço Social e a profissão de assistente social: uma fragilização em voga?

Como uma das principais obras que apresentam tendências para o futuro do Serviço Social enquanto profissão, o livro *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional* de Rose Serra (2000) apresenta para a profissão um cenário de incertezas e preocupações. Considerando as transformações do mundo do trabalho da década de 1990 e seus efeitos para as/os assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro, Serra (2000) elenca para o futuro o que está no título de seu trabalho: uma *crise de materialidade do Serviço Social*. A autora cunhou o termo para prever o risco da existência da profissão na sociedade a partir das transformações sócioeconômicas já mencionadas aqui. Devido a influência do neoliberalismo no setor estatal, as condições de trabalho do assistente social se modificariam, o que o levaria a perder esse espaço para o exercício profissional. Segundo a autora, “o esvaziamento da ação estatal na área social pode provocar o redimensionamento do Serviço Social como profissão” (SERRA, 2000, p. 21).

Para constatar essa tendência, a autora realizou uma pesquisa no estado do Rio de Janeiro entre 1994 e 1995 buscando compreender os processos de inserção profissional dos assistentes sociais. A autora conclui em seu estudo que dentre as alterações na inserção institucional do Serviço Social, estão a flexibilização das relações contratuais, a rotatividade de emprego, uma multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos. Em suma, o cenário indicaria para a profissão a tendência de perda de inserção na esfera estatal em consequência dos avanços tecnológicos advindo da reestruturação produtiva e da era informacional, que levaria a população a acessar os serviços sociais sem a necessidade de mediação do assistente social.

Os dados mais recentes sobre a profissão no território nacional ensejam essa tendência: segundo o IBGE, dos profissionais com ensino superior que atuam na esfera estatal

da política de Assistência Social no ano de 2005, 51,2% eram assistentes sociais, ao passo que a mesma pesquisa realizada em 2009 demonstra uma acentuada queda nesse valor, representada pela taxa de 36,7%. Esses valores geram desconfiças a respeito do Estado como *o lócus profissional da/do assistente social*, considerando essa esfera tem sofrido processos modificadores com as reformas gerenciais.

Por essas razões, as/os assistentes sociais ocupam nesta pesquisa o lugar de objeto de análise, por haver indicações teóricas de precarização da profissão. A sua participação tanto na esfera privada do mercado de trabalho quanto na esfera pública permite uma ampla análise sobre as diferentes manifestações resultantes dos processos de trabalho precarizado; aqui a dimensão estatal ganha relevante importância por ser a maior inserção da categoria profissional – em 2005, 78,16% dos assistentes sociais estavam na esfera pública estatal segundo a pesquisa do Conselho da categoria (CFESS, 2005) e 74,1% em 2009 segundo a análise de Simões (2012). Por ser parte do conjunto da classe trabalhadora, os profissionais do Serviço Social não estão isentos de sofrerem abalos com essa dinâmica social.

Mediante o exposto, a problemática colocada para a pesquisa é a seguinte: como, considerando as transformações das relações e espaços de trabalho no conjunto de diferentes profissões para se readaptar a nova dinâmica societária, o Serviço Social tem sido afetado nesse processo? Historicamente assegurado por uma razoável proteção trabalhista devido a sua inserção majoritária no Estado, a profissão encontra-se prejudicada pelo processo de enxugamento dessa esfera promovido pela razão neoliberal? E quanto a sua inserção nos campos da sociedade civil – como as entidades, empresas e demais instituições – tem também sido afetados por essas transformações?

A hipótese principal que será trabalhada é a de que esses processos afetam as/os assistentes sociais em diversos âmbitos, desde a sua identidade profissional até as suas condições de reprodução da vida, gerando uma *fragilização* da profissão. Como um conceito a ser utilizado de forma central na pesquisa, a *fragilização* carece de uma definição no campo das ciências sociais, por essa razão é formulado um conceito próprio. De acordo com o contexto apresentado, **entende-se por fragilização do Serviço Social um conjunto de processos que resulta no enfraquecimento da presença da/do assistente social nos postos de trabalho, seja através de uma inserção precária ou ausência de uma inserção profissional**. Essa análise tem como parâmetro geral analisar se a/o assistente social está ou não empregado, quantos e qual os tipos de vínculo com a instituição, e o reconhecimento desta pelo trabalho da/do assistente social – materializado pelo rendimento proporcionado pelo seu trabalho.

A pesquisa a ser realizada justifica-se pela lacuna científica das produções teóricas já realizadas no campo, em que o conhecimento sobre a categoria profissional de assistentes sociais se concretiza comumente por meio de observações pessoais e sem fundamentação de dados, sendo necessário tornar a discussão como um reflexo da realidade ao trazer informações que a pesquisa empírica possibilita. Para compreender a configuração das/dos assistentes sociais no mercado de trabalho, será realizada uma análise comparativa temporal sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2001 e do ano de 2015, com enfoque nas variáveis relacionadas ao trabalho. Além disso, será realizado um levantamento bibliográfico para subsidiar com um aparato teórico os resultados obtidos através dos dados estatísticos.

Organizada em três capítulos, a pesquisa se apresenta da seguinte forma:

No capítulo um, a perspectiva neweberiana da sociologia das profissões é apresentada, incluindo os principais argumentos de Eliot Freidson e Magali Larson e claro, do próprio Max Weber. Os autores tratam do processo de profissionalização, isto é, quais são as características necessárias para uma ocupação ser reconhecida enquanto profissão: formação, expertise, *status*, proteção de mercado, etc. Esse capítulo subsidiará a análise sobre o profissionalismo no Serviço Social, isto é, quais os aspectos que a profissão atende ou que deixa a desejar.

O capítulo dois é composto essencialmente pela literatura do Serviço Social sobre a própria profissão, trazendo a sua história, as principais características, os paradigmas de formação e questões de embate profissional. Temas como identidade e reconhecimento social serão abordados, utilizando as premissas tratadas no capítulo um para avaliar possíveis problemas na profissionalização do Serviço Social – e que podem contribuir com uma *fragilização* da profissão.

No capítulo final, serão analisados os dados sobre as/os assistentes sociais das PNADs de 2001 e de 2015, avaliando as variáveis sobre o perfil da profissão e as condições e características de inserção profissional. Através da análise dessas informações e da bibliografia tratada no capítulo um e dois, será possível delimitar a ocorrência de um processo de fragilização do Serviço Social.

2. O PENSAMENTO NEOWEBERIANO NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES COMO FERRAMENTA TEÓRICA

Estudar mudanças em um perfil profissional abre diversas possibilidades de análise, em que a perspectiva teórica escolhida auxilia na direção da investigação. Para além do campo teórico que subsidia uma pesquisa, cabe ressaltar a importância de um olhar atento para o cenário social e as suas particularidades: uma profissão não se constitui como elemento isolado e dotado de vida própria, ela se insere em um contexto espaço-temporal específico que constitui e determina a sua estrutura. A importância de estudar as ocupações pode ser expressa pela sua capacidade de interligar o campo microssociológico da experiência e atividades cotidianas com o mundo macrossociológico da estrutura social, já que representam as atividades produtivas que uma sociedade se baseia (Freidson, 1998). Nesta pesquisa, as condições de inserção no trabalho da/do assistentes social se caracteriza como objeto de investigação, contemplando os processos que permeiam e configuram a profissão no cenário brasileiro.

Como campo profissional existente no Brasil desde a década de 1930 e regulamentado desde 1957³, o Serviço Social atua na viabilização de direitos sociais, estando presente na execução, na formulação e na gestão de políticas sociais (Iamamoto, 2001). Como a preocupação central da pesquisa está relacionada a um processo de fragilização da profissão, que diz respeito à permanência no mercado de trabalho, de que forma uma vertente da sociologia das profissões pode contribuir nessa investigação? Embora seja uma profissão que necessita de uma formação de nível superior e certificação para o exercício profissional, o Serviço Social possui um baixo reconhecimento social e status profissional, diferentemente de outras profissões que possuem os mesmos atributos mencionados acima. Portanto, ao conferir a posição do Serviço Social no mercado de trabalho, será possível também realizar um panorama do seu poder profissional mediante as características materiais de sua existência.

Observando a natureza do Serviço Social brasileiro como uma profissão que se constituiu para atender, em preponderância, aos desígnios do Estado, uma de suas características centrais é fazer parte do grupo das “profissões burocráticas”. A grande maioria dos assistentes sociais⁴ ainda atua na esfera estatal e isso pode ser compreendido como a “força estruturante” da profissão: o Serviço Social se consolidou através do desenvolvimento da burocracia estatal e é nela que conquistou o seu nicho de mercado e poder social. Ainda

³ A atual lei de regulamentação sobre a profissão de assistente social é a lei nº 8662 de 7 de junho de 1993.

⁴ Em 2005, 78,16% dos assistentes sociais estavam na esfera pública estatal segundo a pesquisa do Conselho da categoria (CFESS, 2005) e 74,1% em 2009 segundo Simões (2012).

assim, persistem na sua área de atuação (as políticas sociais) dois tipos de disputa: a do amador vs. profissional e a competição entre profissionais que compartilham o mesmo campo de trabalho.

O primeiro caso se refere à figura do voluntário, que substitui o trabalho técnico da/do assistente social e atua na via do assistencialismo. Embora a profissão tenha um respaldo legislativo e uma associação⁵ que garantam a sua proteção, ainda é comum (especialmente na opinião pública) a imagem da/do assistente social como aquele que pratica uma benesse e não como um profissional que atua através de competências especializadas. Já no segundo caso, um exemplo é a política de Assistência Social, considerada como um dos mais tradicionais espaços de intervenção profissional do Serviço Social e diretamente associada à profissão⁶ (Boschetti, 2016). A política se configura na atualidade com outros profissionais integrando o seu quadro⁷, como psicólogos, educadores, sociólogos, advogados, etc. Deste modo, o Serviço Social tem, aparentemente, perdido espaço em um “território” historicamente estabelecido⁸. Considerando os conflitos acima apontados, teria o Serviço Social um problema de fechamento social em relação ao monopólio de oportunidades no mercado de trabalho? Tendo em vista que essas oportunidades estão em sua maioria vinculadas ao Estado, um decréscimo da atuação nessa área corrobora com a ideia de *fragilização* da profissão?

Nesse sentido, é a corrente neweuberiana que auxilia a compreender a realidade particular da profissão no Brasil. A investigação sociológica sobre as profissões é analiticamente essencial para dar relevo aos processos de (re)configuração existentes, seja no âmbito da estruturação interna, de relações de poder com o Estado, com os clientes e outros agentes sociais (Gonçalves, 2007). Uma profissão não se resume as suas condições de trabalho ou exercício profissional, antes disso ela possui uma estrutura que a conforma e a possibilita a estar nos espaços de atuação. Para compreender o universo de uma profissão, é necessário conhecer as suas características, sua identidade e as conquistas derivadas de sua

⁵ Avaliando a legislação regulatória das profissões pós a década de 1930, Coelho (1999) identifica que as estruturas que organizaram as profissões brasileiras foram os Conselhos, que fixaram o âmbito das atividades e as funções privativas de sua área. No caso do Serviço Social, este conta com um Conselho profissional desde o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, que instituiu o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS (hoje, denominado Conselho Federal de Serviço Social – CFESS).

⁶ Segundo Boschett (2016), ainda é recorrente a simbiose entre Serviço Social, Assistência Social e assistentes sociais.

⁷ Segundo dados do Perfil dos Municípios Brasileiros – Assistência Social de 2009, integram as equipes nos equipamentos da Assistência Social para além das/dos assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, advogados, nutricionistas, médicos, pedagogos, administradores, economistas, jornalistas, entre outros. É possível constatar uma redução na proporção de assistentes sociais ao longo dos anos, em 2005 eram 51,20% (no Perfil deste ano) e em 2009 eram 36,7%.

⁸ Um artigo de Senra & Guzzo (2012) relata o conflito existente no trabalho conjunto de assistentes sociais e psicólogos, em que ambos questionam entre si seus papéis, isto é, o que é específico a cada profissão, gerando uma tensão que dificulta o trabalho interdisciplinar.

profissionalização. Assim, a intenção nesta pesquisa é descobrir qual a posição do Serviço Social no mercado de trabalho na atualidade e como esta se relaciona com as características endógenas da profissão. Isso significa averiguar se ocorre uma *fragilização* da presença da/do assistente social a partir de critérios objetivos, analisando a sua forma de inserção no mercado sem deixar de considerar as suas particularidades.

A ideia da fragilização incorpora na sua fundamentação dois tópicos que, embora distintos, dialogam entre si. Em primeiro lugar, o livro de Serra (2000) sobre a *crise de materialidade* do Serviço Social já mencionado anteriormente, trata, de certa forma, de um tipo de “fragilização” do Serviço Social. A materialidade do Serviço Social, isto é, a principal objetivação da profissão é para a autora o exercício profissional no âmbito das instituições públicas estatais. O Estado se caracteriza como o grande empregador da profissão desde a sua gênese, além também de ser o “grande sustentador de maior visibilidade institucional dessa prática social e, conseqüentemente, de sua estatura sócio-ocupacional” (SERRA, 2000, p. 26). A retirada do Estado na atuação das políticas sociais representaria então uma perda de espaço profissionais para as/os assistentes sociais, o que levaria a um redimensionamento da profissão.

Em segundo lugar, pode ser incorporada no conceito de fragilização a tese da desprofissionalização. Diniz (2001) relata que a tese aponta para um percurso inverso da profissionalização: há uma compreensão de que determinadas “ocupações profissionalizadas” vivenciam um processo de se tornarem “menos profissão”. De forma sintetizada, a desprofissionalização trata da perda de autonomia profissional em decorrência de processos socioeconômicos que exercem um controle externo sobre as profissões. A inovação tecnológica é um desses processos, já que reduz procedimentos antes complexos à rotinas técnicas mais acessíveis (à compreensão dos leigos), minando dos profissionais o monopólio pela prestação desses serviços.

Ainda segundo Diniz (2001), a difusão de especializações é outro elemento que contribui, já que segmenta uma “comunidade profissional” em divisões conforme as especialidades, enfraquecendo os mecanismos de autocontrole das profissões. A discussão sobre uma proletarização aprofunda a ideia da desprofissionalização, focando no processo que leva à perda de autonomia das profissões, isto é, a “desqualificação da força de trabalho”. A submissão do trabalho dos profissionais nas organizações de estrutura burocrática aos procedimentos de “fragmentação, padronização e rotinização das tarefas, controle hierárquico através de regras e regulamentos e avaliação de produtividade” (DINIZ, 2001, p. 43) acabam extirpando características exclusivas das profissões e as equiparando a meras ocupações.

Posto isto, estaria o Serviço Social vivenciando esses processos, isto é, perdendo a sua autonomia profissional? Ou ainda, estaria a sua dimensão técnico-operativa cada vez mais ao alcance dos leigos ou de outras profissões?

A ideia da desprofissionalização ganha sentido ao realizar um breve panorama do Serviço Social no cenário internacional. Em alguns países, a área ainda é vista como uma profissão, já que minimamente exige um diploma para a atuação; entretanto é comum haver aqueles que exercem a “profissão” sem as credenciais necessárias. Abbott (1995) ao realizar um trabalho de campo sobre as/os assistentes sociais nos Estados Unidos constata a presença de dois perfis de “profissionais”: aqueles que atuavam no serviço de psiquiatria tinham as credenciais de nível superior, enquanto que os que atuavam no aspecto mais burocrático do serviço público não as tinham. Na avaliação do autor, a necessidade de uma “provação” educacional para exercer a profissão enfraquece cada vez mais neste país.

Nair (2017) constata que a profissão vivencia um problema parecido no seu país: apesar de ter mais de oitenta anos de história, o Serviço Social na Índia não é reconhecido como profissão, especialmente pelos seus principais interessados, o governo. A mesma situação existente nos Estados Unidos perpassa a área no país indiano: coexistem o “simple Serviço Social” e o “Serviço Social profissional”, que contribui com um não reconhecimento da formação educacional como requisito. Para o autor, na melhor das hipóteses o Serviço Social indiano é uma semi-profissão⁹.

Na China, o problema enfrentado segundo Jiang et. al (2017) também se refere à falta de reconhecimento social, que acarreta baixas remunerações e contribui com uma alta rotatividade na atualidade. O cenário recente demonstra muitos assistentes sociais desistindo de exercer a profissão e, como consequência, uma escassez de mão de obra no mercado de trabalho.

Para avaliar essas questões, é preciso conhecer a realidade da profissão a partir de informações quantitativas das últimas décadas, complementadas com uma revisão bibliográfica sobre a temática. O intuito é produzir uma sociologia do Serviço Social e para isso a matriz neweberiana se coloca como ferramenta teórica. Considerado um dos fundadores da sociologia moderna, Max Weber compreende as profissões em um processo dual, já que estas foram necessárias para o processo de racionalização e organização da

⁹ Etzioni (1969) analisando o Serviço Social estadunidense classificou-o como uma semi-profissão, juntamente com a categoria de professores e enfermeiros. Como características das semi-profissões estão uma formação educacional mais curta, um status menos reconhecido, um conhecimento especializado menor e menos autonomia referente à supervisão e controle de outras profissões.

sociedade ocidental e também se desenvolveram mediante as condições proporcionadas pelo novo caráter das instituições (Ritzer, 1975). Percebendo o poder como uma importante dimensão que distingue as profissões na estrutura institucional, Weber nota a importância deste fator pela sua propriedade de mover uma ocupação ao status de profissão. Os autores neoweberianos encarregam-se, assim, da atualização deste ponto e de suas ramificações, sendo responsáveis pela sedimentação da sociologia das profissões através do enfoque no poder profissional (Santos, 2011). Daqueles que se destacam nesta vertente estão Eliot Freidson e Magali Larson, que deram destaque a esse aspecto central e à outros fatores que contribuem na construção do poder profissional, como o credencialismo por exemplo (Bonelli, Nunes & Mick, 2017).

Observando categorias fundamentais do pensamento weberiano no que diz respeito às profissões, é possível vislumbrar a necessidade de pessoas com 1) competências e qualificação profissional, 2) a ética como instrumento de conduta e a 3) formação de estamentos (Weber, 2000) como requisitos de uma dominação racional e desenvolvimento de estruturas administrativo-burocráticas. Segundo Schmitz (2014), quem atualiza o debate weberiano sobre esses pontos é Eliot Freidson, avançando nos conceitos ao tratar sobre a *autonomia profissional, status das profissões e prestígio profissional*, elaborando um constructo teórico sobre o controle ocupacional do trabalho pelas profissões.

Embora seja considerado por alguns autores como um interacionista (Santos, 2011) por seus estudos na Escola de Chicago, Freidson assume preocupações em seus estudos de inspiração weberiana ao investigar o lugar das profissões na estrutura social e realizar análises da formação de nichos de mercado (Barbosa, 1999). Já Magali Larson é considerada uma neoweberiana genuína com aspectos marxistas (Schmitz, 2014; Santos, 2011; Malin, 2017), que discute em especial o fechamento social no processo de profissionalização que resultaria no monopólio das profissões. Atuando ora como revisionistas de Weber, ora colocando novas questões sobre as profissões no mundo contemporâneo, as contribuições de Freidson (1983, 1996, 1998) e Larson (1979, 1989, 2013, 2014) dialogam entre si e possibilitam um amplo corpo teórico para essa investigação.

2.1 A importância do profissional no quadro administrativo-burocrático segundo a Sociologia Compreensiva de Max Weber

De início, cabe ressaltar algumas questões colocadas por Max Weber que subsidiaram as teorias contemporâneas em torno das profissões. A assunção da importância das profissões

aparece para o sociólogo na formação dos quadros administrativo-burocrático¹⁰, formados por uma racionalidade de dominação legal que correspondem a um exercício organizado com a autoridade de regras e normas (Weber, 2000).

A administração burocrática para Weber (1971) é, essencialmente, o exercício da dominação baseado no saber e é este traço que a torna especificamente racional. O controle da máquina burocrática existente apresenta limitações para os que não são profissionais, sendo requisito a especialização dos funcionários para a eficiência dessa administração. Para atingir a racionalidade plena na aplicação de normas e regras técnicas, há a necessidade de uma *qualificação profissional* dos funcionários para ocupar determinado cargo. A aquisição de competências através de uma formação é requisito e deve ser testada por exames ou pelo documento comprobatório de instrução técnica: os diplomas¹¹. Já para aquele que pretende tal cargo, o *profissional*, o seu interesse na qualificação profissional diz respeito ao rendimento salarial, que é graduado de acordo com o nível hierárquico e a responsabilidade do cargo, ainda assim, as exigências do status social do ocupante também podem ser levadas em conta.

Os processos de formação profissional foram vistos por Weber (2000) não só como necessário para o exercício de uma função especializada, mas também como um divisor entre aqueles habilitados e não habilitados a constituírem um grupo especial. A profissão, compreendida como “aquela especificação, especialização e combinação dos serviços de uma pessoa que, para esta, constituem o fundamento de uma possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição” (WEBER, 2000, p. 91), é construída a partir de processos de educação que não são acessíveis a todos. As qualificações promovidas, seja de uma aprendizagem ou prática, distinguem uma pessoa das demais tanto no campo do saber quanto do poder, em decorrência da tendência monopolista que esse tipo de formação comunitária apresenta.

O resultado de uma ação social nessa forma de relação associativa voltada às profissões é a corporação, caracterizada pelo autor como “um círculo de pessoas com direitos

¹⁰ Dubar (2005) sintetiza o processo de emergência da dominação legal-racional de Weber. A racionalização da sociedade moderna foi decorrente da passagem da “socialização comunitária” (relativo aos pertencimentos na família, aldeia, clã...) para uma “socialização societária”, correspondente à fragmentação do social em virtude da burocratização das instituições. A racionalização crescente torna as administrações especializadas e impessoais, requisitando a figura do expert profissional por ser fundamentado no saber e por isso compatível a uma autoridade legal.

¹¹ Os títulos escolares são, na visão de Bourdieu (2004, p. 163), “autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento”. O capital simbólico é, para o autor, o capital econômico ou cultural reconhecido, e no caso das profissões, a outorga de um certificado (produzida pelo Estado) significa conferir direitos universalmente reconhecidos ao seu detentor, isto é, ao *expert*. Estabelece-se que o ponto de vista daquele que possui o certificado transcende os pontos de vistas singulares, sendo imposta a sua perspectiva como àquela universalmente aprovada.

plenos [que] monopoliza, como ‘profissão’, a disposição sobre os bens ideais, sociais e econômicos, os deveres e as posições sociais em questão” (WEBER, 2000, p. 233). Dessa forma, só são admitidos ao pleno exercício da profissão aqueles que passaram por um processo de formação segundo as normas profissionais, comprovaram a qualificação para o exercício, prestaram determinados serviços e configuraram um grupo especial.

O fechamento de um grupo, tendo por motivação a sua profissão, é visto pelo autor como a *formação de um estamento*, que se trata de “uma pluralidade de pessoas, que dentro de uma associação, gozam efetivamente de uma consideração estamental especial e eventualmente, também, portanto, de monopólios estamentais especiais” (WEBER, 2000, p. 202). Esse tipo de relação associativa tem por origem uma consideração social e gera algum privilégio ou prestígio para aqueles que a conformam¹². Assim, a necessidade do profissional para a estrutura administrativo-burocrática, em oposição ao “simples trabalhador”, implica um reconhecimento de poder e *status* para o profissional.

E qual a função da organização dos profissionais em grupos fechados? Assegurar uma condição que é exclusiva de alguns não diz respeito só a um reconhecimento social, mas também à competição por oportunidades econômicas. A formação de um monopólio das profissões é motivada por agentes que agem em comum e por já possuírem uma concorrência interna, há a necessidade de limitar a possibilidade de uma concorrência externa.

De forma à assegurar a imposição de um determinado grupo sob os demais, a constituição de um monopólio pelos profissionais não garante por si só esse feito, é necessária uma *comunidade jurídica* através de *órgãos permanentes* que consolidam tal grupo (Weber, 2000). E quando se estruturam em bases sólidas a formação de um monopólio? Uma profissão atinge essa conquista quando consegue convencer o Estado e o público leigo de que eles precisam e merecem esse direito (Ritzer, 1975), sendo a ética um relevante elemento para este apoio (Bonelli, 1998). Esse reconhecimento é gerado pela confiança do público em geral nas competências exclusivas daquele profissional, que “merece e precisa” de apoio e privilégios que os diferenciam das demais ocupações.

O resultado de um monopólio estamental das profissões tem como objetivo “o fechamento do acesso de estranhos a determinadas oportunidades (sociais e econômicas)” (WEBER, 2000, p. 232), estando disponíveis somente à aqueles “dentro do círculo dos

¹² O estabelecimento de estamentos deriva da formação de grupos de *status*, isto é, de uma pluralidade de indivíduos que compartilham uma qualidade em comum que gera distinção para com os demais indivíduos. Uma estratificação estamental está ligada a uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais, que geram honrarias e privilégios por estarem restritos a um círculo (Weber, 2002).

privilegiados pelo monopólio, de modo que estes continuam competindo livremente entre si” (ibid). A confiança na realização de atividades com total competência é fundamental tanto para a organização quanto para o “cliente”, por isso é preciso que o profissional esteja garantido de plenas condições de demonstrar a sua especificidade em uma divisão social do trabalho, devendo a própria sociedade garantir meios de sua “diferenciação”.

Considerada pelo fundador da *sociologia compreensiva* como um dos pilares da racionalização da civilização ocidental, a religião é alvo da investigação weberiana pela sua influência na ideia de *vocação*. A ética religiosa surgida durante a Reforma Protestante contribuiu para o “espírito do capitalismo”, em que “o propósito do esforço humano deixou de ser a simples produção e passou a ser o dever de trabalhar, conduzindo ao ascetismo da contenção e do consumo” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 906). A concepção de *vocação* apresentada pela ética puritana foi para Weber uma das saídas para fugir das tensões “internas” entre a religião e o mundo econômico, em que o puritanismo “rotinizou racionalmente todo o trabalho neste mundo, como sendo um serviço à vontade de Deus e uma comprovação do estado de graça” (WEBER, 2002, p. 232).

Nesse sentido, o surgimento de um *ethos profissional* veio com a compreensão de que cada um tem uma missão vocacional-profissional, um chamado que cada qual deverá reconhecer e no qual deverá trabalhar. Weber (2004) constata que o poder da ascese religiosa, punha assim, trabalhadores eficientes e aferrados ao seu ofício, como se fosse a sua finalidade de vida querida por Deus. A profissão então configura-se não apenas como uma atividade laboral especializada, mas também de forma ética, no exercício e dever profissional (Schmitz, 2014).

Mediante os elementos sintetizados aqui que envolvem as profissões na teoria weberiana, foi possível notar que a organização de uma dominação racional as requisitou e sustentou a sua legitimidade, sendo determinantes para o seu desenvolvimento e distinção para com as demais ocupações. Dubar (2005, p. 169) relata que Weber considerava a “profissionalização” como um dos processos essenciais da modernização, “em que o ‘status social’ dependia das tarefas efetuadas e dos critérios racionais de competência e de especialização”. A necessidade de pessoas qualificadas para o exercício de funções no campo administrativo-burocrático impulsionou uma distinção entre os *mais* e *menos* preparados, levando aqueles que alcançaram os requisitos necessários a formarem um grupo especial, por aspectos de identificação, mas especialmente pela garantia de autoproteção.

Com a ascensão da ideia de *vocação*, os profissionais foram compreendidos como aqueles que “seguiam a sua missão divina”, promovendo um sentimento de confiança por

figurar um comprometimento com o seu trabalho. No entanto, a caracterização de um grupo como profissional só adquiriu a sua solidez com o apoio do Estado¹³, que através de suas bases jurídico-legais assegurou a formação de monopólios sobre um corpo de conhecimentos, acarretando à profissão poder e status profissional pela “legítima” distinção.

2.2 A abordagem de Eliot Freidson: o credenciamento e o controle ocupacional como elementos centrais das profissões

Realizado um panorama de alguns aspectos colocados por Weber acerca das profissões, cabe agora examinar como Eliot Freidson utiliza essa base em seus estudos e conforma uma teoria sistemática para a contemporaneidade. Freidson (1996) pontua que o aumento do número de profissões e profissionais nos países industriais avançados atestou a necessidade da discussão do tema, especialmente porque a posição das profissões e seu corpo de conhecimento são de constante variação.

Brint (1993) relata que Freidson discordava das teorias que reinavam durante os anos 1960 e 1970¹⁴, mas se opunha especialmente à vertente funcionalista¹⁵ por reservar a apenas uma minoria de trabalhadores organizados em “profissões” a qualidade de “profissional”¹⁶. Após elaborar seus estudos se destacou como um “consistente defensor das profissões” (Brint, 1993, p. 272), agindo na contramão da literatura sociológica dominante naquele momento. A partir dessas vertentes, Freidson considera alguns elementos e realiza críticas e complementos, distoando desses autores ao defender os valores positivos das profissões nas

¹³Este papel do Estado só foi possível devido ao processo de secularização, que se refere, em síntese, a um retraimento da religião em virtude do avanço da modernização capitalista e da elevação da ciência como um valor inquestionável. O avanço da dominação legal em relação à dominação religiosa proporcionou uma conjuntura determinante para o desenvolvimento das profissões. Para Pierucci (1998, p. 7), “a racionalização religiosa, que desencadeia, desdobra e acompanha no Ocidente o desencantamento do mundo, implica ou supõe, embora não se identifique com, a racionalização jurídica, que de seu lado perfaz o desencantamento da lei, a dessacralização do direito, e põe de pé o moderno Estado laico como *domínio da lei*”.

¹⁴ Para elaborar a sua teoria acerca das profissões, o autor investigou os estudos que se destacavam na literatura naquele momento: de um lado, estavam as teorias relativas a um declínio profissional, que tratavam de movimentos de “desprofissionalização” e “proletarização” dos profissionais. Nessa linha de pensamento estavam a frente Terence Johnson (1972) e Magali Larson (1979). Por outro lado, estavam os teóricos que viam as profissões como uma instância de dominação e controle da vida humana, representado por Daniel Bell (1973), Michel Foucault (1972) e Ivan Illich (1980).

¹⁵ Difundida especialmente por Talcott Parsons no final da década de 1930, o funcionalismo compreendia o trabalho profissional como a construção de papéis para atender as necessidades da sociedade. Os funcionalistas se preocupam, em suma, com o funcionamento da estrutura social e não com os processos históricos de formação da estrutura (Santos, 2011).

¹⁶ Na perspectiva dos interacionistas a profissionalização é um processo geral e não restrito às “profissões clássicas” (Medicina, Direito). Toda ocupação por meio de uma complexa organização tem a possibilidade de se tornar uma profissão.

instituições, especialmente por compreender que estas estimulam o comprometimento com o trabalho no lugar de uma atividade alienada (Brint, 1993).

Antes de pensar o que caracteriza e compõe uma profissão, esta precisa ser vista como uma *relação* (Freidson, 1996; Bonelli, 1998), e não como uma organização isolada de outras interações do mundo. Deve-se levar em conta que uma profissão tem um *rótulo socialmente valorizado*, já que possibilita recompensas sociais, econômicas e no mínimo simbólicas para as pessoas que possuem essa identificação (Freidson, 1998). Intrínseco ao trabalho dos profissionais está o papel das instituições, já que sem apoio econômico, poder e organização, estes não se constituiriam como tal. Utilizando-se de uma abordagem fenomenológica, o autor constata que não é possível determinar um conceito de profissão invariável e absoluto, mas sim como as pessoas de uma sociedade determinam quem é profissional e quem não o é (Freidson, 1998).

Segundo Freidson (1998), as profissões podem ser classificadas a partir das atividades que realizam, em que a forma como estas se vêem e são vistas pela sociedade contribuem na sua identidade. Há ainda, na compreensão dos empregadores, o entendimento de que o trabalhador profissional é aquele que realizou o seu treinamento, no mínimo, de quatro anos de educação pós-secundária. De modo geral, Freidson (1996, n. p.) compreende que os profissionais “são aquelas pessoas que criam, expõem e aplicam aos assuntos humanos o discurso de disciplinas, campos, corpos demarcados de conhecimento e qualificação”, ou ainda

[...] uma ocupação tão bem organizada que seus membros podem vislumbrar realisticamente uma carreira para a maior parte de seus anos de atividade produtiva, uma carreira durante a qual conservem uma identidade ocupacional particular e continuem exercendo as mesmas competências independentemente da instituição onde trabalhem (FREIDSON, 1998, p. 140).

Ao longo da sua explanação sobre uma sociologia das profissões, Eliot Freidson não se detém a uma concepção rígida de profissão, mas sim a diferentes elaborações que se complementam e caracterizam o seu objeto como um fenômeno multidimensional. Neste sentido, as contribuições do autor referem-se mais as características gerais presentes do que uma análise assertiva, já que o campo das profissões varia entre si e entre as diferentes sociedades, evitando assim realizar um quadro teórico limitado e insuficiente. Na perspectiva freidsoniana, a profissão deve ser vista como um fenômeno concreto, mutável, histórico e nacional, ou seja,

...uma entidade empírica sobre a qual há pouco terreno para generalizações como classe homogênea ou categoria conceitual logicamente excludente. A tarefa de uma teoria das profissões é documentar a desordem e a inconsistência do fenômeno empírico e explicar seu caráter naqueles países onde ele existe (FREIDSON, 1998, p. 60).

Outra questão metodológica relevante ao autor na análise das profissões diz respeito à realização de previsões. O autor realiza uma crítica às retóricas que apresentem uma antecipação do futuro ao descrever o presente, isto é, que através da observação de eventos passados que compõem o processo histórico da profissão são realizadas “prenúncias” de eventos que ainda não ocorreram. Esse tipo de retórica substitui o presente por suposições, sendo caro ao autor conceber “uma distinção clara entre descrever e avaliar o que existe efetivamente hoje e profetizar a direção de mudança no futuro” (FREIDSON, 1998, p. 70).

A própria ideia de um crescimento ou decréscimo contínuo de uma profissão é estranha a sua compreensão, já que considera ser mais provável a ocorrência cíclica de algumas circunstâncias que afetam as profissões do que mudanças lineares e progressivas. Por fim, o autor constata que a história de muitas profissões em certos países revela que, no caso de uma “superoferta”, há esforços para restringir e criar novamente uma demanda por então uma escassez promovida.

Destarte, para conduzir um estudo sobre determinada profissão na perspectiva de Freidson (1996), é necessária a elaboração de uma análise sistemática que verifique e compreenda os seguintes aspectos: 1) um corpo de conhecimentos e qualificações, que não são de qualquer tipo mas voltados tanto ao mercado de trabalho quanto fundamentado em conceitos e teorias abstratas, gozando de certo *status* devido ao seu caráter criterioso; 2) uma jurisdição da profissão sobre o corpo de conhecimentos e qualificações em uma divisão do trabalho específica¹⁷; 3) o controle ocupacional da prática no mercado de trabalho, em que apenas os membros credenciados possam exercê-la e supervisioná-la, sendo estes últimos a *classe administrativa* da profissão; 4) uma credencial resultante do treinamento profissional, ministrada pelos próprios profissionais que atuam no corpo docente e se caracterizam como a *classe cognitiva* da profissão. Através desses pontos é possível contemplar, sem se limitar a

¹⁷ Abbott (1988) observa o universo das profissões como um sistema, pois estas não se desenvolvem isoladamente mas sempre em relação as outras, já que o movimento de uma afeta as demais. As profissões estão ligadas pela competição por espaço e poder, controlando uma jurisdição (um campo da divisão técnica do trabalho) para manter a exclusividade do exercício profissional. Coelho (1999, p. 65) compreende que o “sistema de profissões” cunhado por Abbott foi determinado pela crença de que o conflito de jurisdições constitui o cerne dos processos de profissionalização. Este conflito significa uma competição entre as profissões “pela propriedade do problema e pela responsabilidade por sua solução”.

formação de um conceito sobre profissão, as características que devem estar presentes para o reconhecimento de uma ocupação como profissão pela sociedade.

Embora na perspectiva freidsoniana não seja possível estabelecer um padrão fixo e rígido de características que formam uma profissão, as diretrizes acima baseiam a sua compreensão e fundamentam a sua teoria. Brint (1993) aponta que Freidson percebe as profissões como um fenômeno da organização do mercado de trabalho, que se distinguem das ocupações comuns pela sua capacidade de criar *abrigo de mercado* (Freidson, 1998), ou nas palavras de Gonçalves (2006), *um mercado protegido*. A questão central desse poder diz respeito ao controle do trabalho pelos próprios trabalhadores profissionais, incluindo o controle também sobre a oferta e a procura dos serviços que disponibilizam, diferente das ocupações que são reguladas por consumidores no mercado ou empresas (Brint, 1993; Gonçalves, 2006).

Para alcançar esse feito, a formação de associações se mostra como fundamental, em que através delas são os próprios profissionais que organizam e administram a prática de um corpo de conhecimentos e competências, ordenam o tipo de treinamento educacional e as regras e padrões para a sua prática, assim como para a avaliação desta pelos próprios membros (Freidson, 1998). É através da organização política materializada nas associações que é possível obter o poder de negociar e estabelecer jurisdições favoráveis na divisão do trabalho e no controle do mercado. Apesar da grande importância do papel das universidades no treinamento educacional, Brint (1993) constata que as associações profissionais estão muito mais envolvidas na estrutura das diretrizes educacionais e na garantia de poder, já que através dela são formulados e expedidos os padrões de certificação e licenças.

A forma como a divisão do trabalho é organizada interessa à análise freidsoniana pela influência que exerce sobre as profissões. Um tipo de organização influencia o número de papéis ocupacionais e o seu conteúdo, assim como a seleção e distribuição de indivíduos por meio deles. Considerando elementos importantes na perspectiva de Max Weber, Adam Smith e outros contribuintes sobre as profissões na divisão do trabalho, o autor avalia a divisão do trabalho como “um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas” (Freidson, 1998, p. 95).

Isso significa que os indivíduos estão constantemente envolvidos em tentativas coletivas de controlar o seu trabalho, viabilizado por uma interação social, objetivando criar seus próprios empregos especializados e suas relações de trabalho. Aqui se tem uma nota de Freidson (1998) que tem seu valor metodológico: a divisão do trabalho pode ser analisada

num nível inteiramente social, independente do mundo material e tecnológico. Não que as coerções do mundo do trabalho não sejam relevantes para o autor, mas estas são elementos independentes da interação social e do exercício arbitrário do poder econômico e social na definição de papéis de trabalho.

Um dos elementos que compõem a organização da divisão do trabalho na sociedade moderna e é caro para essa discussão é o conceito de profissionalização, compreendida por Freidson (1998, p. 98) como um processo no qual uma ocupação organizada “obtem o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de determinar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado”. Reiterando alguns pontos já colocados acerca das profissões, esse conceito auxilia a compreender o debate proposto pelo autor daquilo que ele chama de *princípio ocupacional*, que diz respeito à autoridade e ao controle do trabalho ser retirado das mãos da administração e assumido pelos próprios trabalhadores.

Em oposição ao *princípio administrativo* de Max Weber que coloca a administração enquanto autoridade para dirigir o desempenho e as metas do campo de trabalho, o *princípio ocupacional* significa uma maior autonomia dos trabalhadores, neste caso, os profissionais, já que estes conseguem controlar a maior parte do que fazem e como fazem (Freidson, 1998). Não se trata aqui de negligenciar o papel da administração: ela existe e controla os recursos, termos e condições relacionados ao trabalho, mas é questionada pelo autor a sua capacidade de coordenação imperativa sobre o exercício dos profissionais.

No princípio ocupacional, há também a presença da autoridade, mas nada tem a ver com a administração. No caso dos trabalhadores que são profissionais, Freidson (1998) constata que a autoridade é marcada pela *expertise*, que significa a superioridade de um conhecimento em comparação com outros na divisão do trabalho. Essa autoridade é exercida quando um trabalhador obtém o controle do seu próprio trabalho ao conseguir persuadir outros de que ele e somente ele tem competência para fazê-lo. Em tese, o trabalho profissionalizado dominaria a divisão do trabalho, logo seria a profissão que coordenaria a organização muito mais que a administração, sobressaindo a autoridade da expertise à autoridade administrativa.

No entanto, um estudo realizado por Kober (2003) demonstra que o *modelo das competências*¹⁸ tem dominado a organização do trabalho no cenário brasileiro, resultando em

¹⁸ O modelo das competências é, segundo Kober (2003), oriundo do meio empresarial nos anos 1980 e que foi mais tarde apropriado pelo campo da educação, caracterizando-se como uma nova organização do trabalho e uma nova formação do trabalhador. Esse modelo implica uma valorização individual, voltada à qualidades

uma sobreposição da autoridade administrativa à autoridade profissional. Esse processo tem como características a exigência de um trabalhador polivalente, que se adeque a determinados campos de acordo com as necessidades; a preponderância da transmissão de atitudes e valores que estimulam uma produtividade no mercado de trabalho em relação à transmissão de um corpo de conhecimentos ligados à profissão; e lógico, um controle do trabalho pela administração cada vez mais forte, mesmo dos profissionais de nível superior. Tal exemplo serve para demonstrar como esse ponto da teoria freidsoniana nem sempre se aplica à realidade, especialmente num contexto temporal e geográfico diferente das suas elaborações.

Voltando as elaborações de Freidson (1998), embora o autor tenha como metodologia conceber uma análise das profissões atenta aos fenômenos do fim do século XX, é possível encontrar em suas obras algumas perspectivas quanto ao futuro delas numa sociedade pós-industrial (embora o próprio Freidson tenha criticado a elaboração de tendências que não correspondam ao presente). Para o autor, há a possibilidade de que alguns profissionais percam o controle do seu trabalho devido a uma maior extensão do princípio administrativo e se caracterizem como meros “trabalhadores técnicos”, ou ainda, o sentido inverso, que “a nova divisão do trabalho possa efetivamente exigir que a autoridade deixe de ser administrativa para tornar-se ocupacional” (Freidson, 1998, p. 143).

O autor ainda ressalta a dificuldade de projetar tendências, já que as mudanças passadas não foram unilineares, então é possível que algumas tarefas desapareçam totalmente ou se unam a outras e aquelas assumidas por profissionais caia nas mãos dos amadores e vice-versa. Ainda assim, constata uma ameaça recente às profissões: a expectativa de maior produtividade acarreta pressão nos profissionais para se adequarem as mudanças de uma organização. Algumas correntes utilizam desse argumento para explicar um processo de desprofissionalização ou proletarização¹⁹ das profissões (aquelas teorias relacionadas a um “declínio profissional”), entretanto Freidson (1998) reafirma a sua posição de não antecipar fenômenos incertos.

Recapitulando alguns pontos já apresentados na teoria freidsoniana: o que sustenta a estrutura das profissões são a qualificação de nível superior e a existência de um mercado protegido. Quanto a este último ponto, é necessário para a sua formação diversas negociações, que podem ser realizadas entre o Estado (que respalda legalmente), o mercado (que

19 pessoais como responsabilidade, autonomia, capacidade de trabalhar em equipe; e o estímulo à formação contínua, com um privilegiamento dos diplomas e de demais qualificações. Entretanto, o desafio de Kober em seu estudo é mostrar como na prática o modelo sofreu severas readequações.

proporciona a oferta e procura de serviços) e as associações profissionais (que são as bases organizativas de uma profissão e geram um reconhecimento público e político), assim como entre as categorias profissionais de áreas próximas para que se estabeleçam limites nas “fronteiras” de atuação (Gonçalves, 2006).

Para conformar esse processo de mercado protegido, as profissões precisam estar bem organizadas em um fechamento social, justificando-se como possuidoras de um *expertise* exclusivo, ou seja, detentoras de um monopólio de conhecimentos e competências específicos. Entretanto, para afirmar e consolidar esse diferencial, as negociações são necessárias, já que a *expertise* não se afirma por si só, como se fosse algo naturalmente respeitado e reconhecido, mas é através de um arcabouço de instituições que asseguram essa identidade e respeitabilidade (Freidson, 1998).

O monopólio sobre determinados conhecimentos específicos implica também em outros dois tipos de monopólios: sobre um segmento do mercado de trabalho e sobre os cursos de formação profissional. O segundo ganha destaque já que este tipo caracteriza para Freidson o *credencialismo*, em que são os diplomas que atestam a capacidade de realizar tal trabalho e limitam a entrada no grupo profissional. Este monopólio se relaciona diretamente com o primeiro, pois ao limitar a quantidade de especialistas permitidos a realizarem tal função, se controla a quantidade de trabalho “potencialmente disponível para uma profissão, criando condições objetivas para delimitar o valor dos respectivos serviços no mercado” (GONÇALVES, 2006, p. 20). A organização de monopólios pelas profissões implica em distinções, as quais valorizam a sua imagem e levam a constituir grupos especiais de *status*.

A delimitação clara entre o *amador* e o *profissional* é importante para Freidson (1998), para que se assegure a posição privilegiada a qual possui o profissional. Enquanto o amador é aquele que realiza um conjunto de tarefas sem uma preocupação consciente e voltada ao mercado de trabalho, o profissional realiza as ações numa troca de mercado a qual ele garante o sustento de sua vida. A atividade do amador caracteriza-se como um passatempo ocupacional, sem valor de troca, enquanto o outro diz respeito ao exercício de uma vocação profissional. Dessa forma, as atividades não empreendidas no contexto do mercado não podem ser chamadas de trabalho, “assim como aqueles que realizam pelo prazer intrínseco de realizar ou para a admiração e a gratidão de outros não podem ser denominados ‘profissionais’ ou ‘trabalhadores’” (FREIDSON, 1998, p. 148).

A distinção promovida pelo autor entre amadores e profissionais remete, em certa medida, à aqueles indivíduos que realizam atividades não remuneradas “em favor do bem-estar social”, isto é, o trabalho voluntário. Segundo De Souza & De Medeiros (2012, p. 98),

“o trabalho voluntário é, assim, uma ação espontânea e não remunerada exercida por pessoas que, por diferentes motivos, colocam à disposição do outro tempo e trabalho em prol da melhoria da sociedade em que vivem”, que podem ter uma motivação de caráter altruísta, interesse próprio ou como um exemplo familiar. O problema da atuação voluntária é quando esta se choca, confunde ou ocupa o espaço de uma atuação profissional: para Freidson, isto não pode ser considerado trabalho, mas a sua existência em determinados espaços poderia representar um risco às profissões ali existentes?

A respeito da representação social de uma profissão, ela é caracterizada por Gonçalves (2006) em três elementos fundamentais: um conhecimento científico especializado, uma linguagem de caráter esotérico e uma não transparência imediata das práticas profissionais (que acabam impossibilitando qualquer pessoa de um juízo avaliativo sobre o profissional). Já quanto à identidade profissional, que é constituída de alguns fatores em comum, a sua construção é feita por etapas, estando em primeiro lugar a aplicação de tempo e dinheiro num curso especial de treinamento (Freidson, 1998). Somente ao constatar que é possível trabalhar nessa profissão por um bom período de tempo esta vira um interesse central de vida, tornando-se também uma fonte de identidade pessoal.

A estabilidade e reconhecimento de uma profissão são fundamentais para o autor para o próprio constructo da profissão, já que permite o desenvolvimento de compromissos e interesses não só em benefício próprio (para a manutenção de uma posição), como também para o fortalecimento de uma “comunidade ocupacional”.

Um abrigo de mercado de trabalho que permita a prática vitalícia de um determinado tipo de trabalho com uma quantidade módica de segurança e dignidade (mas de modo algum, necessariamente, uma remuneração elevada) seguramente proporciona a “carreira ordenada” que estimula o comprometimento tanto com a ocupação quanto com o seu trabalho particular (FREIDSON, 1998, p. 128).

Um elemento final, mas não menos importante na constituição das profissões, diz respeito à ética enquanto diretriz de conduta e mediadora de confiança na relação cliente-profissional. Segundo Freidson (1998), a orientação por um código de ética proporciona uma conduta com finalidade a servir o bem comum, mediante a adoção de valores e princípios com referências aos seres humanos. Dirigindo-se aos profissionais para estabelecer compromissos na realização do seu trabalho, ela fundamenta a relação tanto com os outros membros da profissão como aqueles que vão usufruir com trabalho prestado. A admissão de valores éticos justificados por se direcionarem ao bem comum pode ser visto, por outro lado, como uma

estratégia para conservar a posição e um controle sobre as suas condições de trabalho. Isto porque a presença de um código de ética auxilia

[...] a persuadir aqueles que estão no poder de que os membros da ocupação são os melhores árbitros do trabalho, de que o trabalho é de interesse público e de que os trabalhadores se dedicam à realização de um bom trabalho e ao uso de privilégios mais em benefícios dos outros do que tão somente por seus próprios interesses (FREIDSON, 1998, p. 164).

Por conseguinte, a ética não significa apenas um conjunto de valores que norteiam uma ação profissional, mas também determina o controle do próprio trabalho pela profissão, já que reitera uma autonomia de decisão na relação de confiança estabelecida.

Pode-se concluir, em síntese, que o que distingue uma profissão na perspectiva freidsoniana das demais ocupações é a sua capacidade de se autorregulamentar e se autocontrolar, possibilitada através de um fechamento social. Os profissionais são aqueles que detêm a *expertise* e uma credencial pela sua formação, permitindo a esses especialistas um trabalho estável e com uma fonte de renda. Por possuírem a mesma configuração e interesse, unem-se em associações (que retoma a concepção de estamento para Weber) e formam monopólios como força política para assegurar à sua categoria o controle das oportunidades de trabalho. A *expertise*, o credencialismo e a autonomia são os pilares que fundamentam o poder das profissões na sociedade, assim como a competência de manter uma relação fiduciária com os clientes (o público leigo) é um critério determinante.

2.3 Um projeto profissional como um projeto de mobilidade social: a perspectiva de Magali Larson

Conhecida pela sua obra de maior relevância no escopo da sociologia das profissões *The Rise Of Professionalism*, Magali Larson (1989, 2014) tinha como proposta inicial realizar não uma teoria, mas uma interpretação do fenômeno profissional britânico e americano após a Revolução Industrial do final do século XVIII e do século XIX. Para questionar e tecer críticas à vertente funcionalista²⁰, a autora se baseou em experiências concretas de algumas profissões, como o Direito, a Medicina e a Engenharia e aquelas chamadas pela autora de “especialidades tecnoburocráticas”, como o Serviço Social. A autora relata que não pretendia em sua principal obra dizer que todos os processos de profissionalização visavam os mesmos

²⁰ Considerado por Cabrera (1989) de forma mais radical como um “contra-modelo teórico” ou uma luta contra o modelo imposto pelo funcionalismo parsoniano acerca das profissões.

objetivos e chegavam ao mesmo lugar, pois compreendia o modelo de profissão historicamente situado, limitado ao seu contexto territorial e temporal (Larson, 2014).

Ora trazendo questões voltadas à burocratização, hierarquização e poder, ora tratando de processos de proletarização, é perceptível no pensamento larsoniano a influência das discussões weberiana e neomarxista²¹ na análise das profissões. Na compreensão de Barbosa (1998) a autora consegue vincular a discussão do profissionalismo a processos mais amplos que configuram características fundamentais da sociedade. Ao mesmo tempo em que Larson (2014) percebe as profissões modernas e as organizações burocráticas como parte do processo de racionalização das sociedades capitalistas, também compreende um processo sutil de proletarização dos profissionais nesses espaços. Isto porque os profissionais passam a estarem sujeitos ao controle administrativo e burocrático, contando com pouca discricção técnica, assemelhando-se à situação dos trabalhadores não profissionais (Cabrera, 1989).

Reiterando alguns pontos já discutidos em outras correntes da sociologia das profissões, como a compreensão destas como ocupações com um poder especial e prestígio, Larson (1989) defende que a sua definição é sempre um conceito histórico, em que seu significado deve ser compreendido pela função social que exerce em determinada sociedade. Antes de uma ocupação atingir um reconhecimento como profissão, é preciso um processo de profissionalização, que se caracteriza como a passagem por qualificação educacional e certificação por exames para alcançar oportunidades de mercado, privilégios e *status* social.

Nessa via, Larson (2014) conclui que a mobilidade social foi um forte impulso para a busca da profissionalização, assim como o excesso de concorrência pela ausência de fechamento de mercado e credenciamento. A questão é que, na visão da autora, o profissionalismo seria uma ideologia que serve para atenuar a luta de classes (por ser usado para justificar e negociar salários e privilégios especiais em relação a outros trabalhadores) e também para promover certa meritocracia, já que as oportunidades “estariam abertas a todos” e caberia a cada um mover esforços na busca de qualificação (Cabrera, 1989).

Por essa razão, o contexto que favoreceu os movimentos de profissionalização para Larson (1979) é a década de 1970, em que o capitalismo passou por algumas mudanças para assegurar a competitividade, entre elas a criação de grandes unidades produtivas, caracterizadas por índices de capital fixo por trabalhador e alta produtividade. A fim de garantir lucros no mercado em expansão, foi cada vez mais necessária a presença de especialistas para planejar e regular a produção, assim como a distribuição de emprego. Nesse

²¹ Cabrera (1989) dispõe alguns autores que fazem parte desta linha de pensamento, como Braverman (1980) e Wright (1979).

quadro, há uma ampliação de ocupações não-manuais que atendem ao público ou burocracias privadas, a fim de fornecer serviços ao consumidor e preencher os espaços cada vez mais especializados da divisão de trabalho. De forma geral, a autora vai constatar que “todas as tentativas de medir e aumentar a eficiência na produção de serviços envolvem uma extensão do papel dos especialistas”²² (tradução nossa) (LARSON, 1979, p. 269), favorecendo conquistas para os movimentos que tinham como objetivo alcançar o patamar de profissão.

Compreendendo os movimentos de profissionalização como a busca para atingir o patamar de profissão, qual seria o papel da esfera estatal nesse processo? O Estado assume na teoria de Larson (1989, 2013), assim como também na perspectiva freidsoniana, um papel determinante na sustentação das profissões. Embora os movimentos que buscavam profissionalização se organizassem na sociedade civil para fundar suas próprias instituições de treinamento e certificação, esses tiveram que se dirigir ao Estado para garantir o monopólio necessário aos seus projetos. O Estado, através da lei, promoveria regulamentações que beneficiariam às profissões; assim como colaboraria através das Universidades, compreendida como a “produtora de produtores” (Larson, 2013).

A universidade é vista pela autora como a base institucional na qual as profissões adquirem, desenvolvem e padronizam conhecimentos e tecnologias. Através da produção de conhecimento especializado e obrigatório para a prática profissional, a universidade se caracterizou como a fonte monopolista de produção dos profissionais pela transmissão de um *expertise* de caráter impessoal (Larson, 1980, 2013). A esfera estatal asseguraria estruturalmente uma proteção daqueles com um conhecimento legítimo, de forma a garantir que o público seja melhor servido do que por aqueles não-legítimos.

Como um dos requisitos principais para uma ocupação transformar-se em uma profissão está a disposição de um conhecimento especial, não de qualquer tipo, mas que atenda as necessidades do mercado e seja certificado para que possa ser acreditado pelo público leigo. O credenciamento é, ao mesmo tempo, necessário para obter um reconhecimento público das competências de uma profissão e para gerar segurança e estabilidade em mercados altamente competitivos (Larson, 2013). Além disso, serve para demarcar que “os critérios meritocráticos, certificados via diplomas universitários, tornam-se a base mais importante de posicionamento social” (BARBOSA, 1998, p. 132). Para assegurar a força do credenciamento, estão as associações, qualificadas como uma importante ferramenta para a realização de “reivindicações jurídicas” (Larson, 2013). É considerado

²² “All these attempts to measure and increase efficiency in the production of services involve an extension of the role of the “experts.”

determinante pela autora a obtenção de um controle sobre os níveis de educação e de sua titulação, que seria certificado assim pelos próprios profissionais através das associações.

Um diferencial de Magali Larson sobre o processo de profissionalização é a compreensão sobre o aspecto político de obter um conhecimento especializado. Embora seja falado da composição de um grupo profissional como uma unidade, a sua constituição foi ou é atravessada por diferentes projetos profissionais. O que garante a sobreposição de um projeto sobre o outro é o domínio do discurso, ou seja, o convencimento do público. O conhecimento ao ser certificado constitui um recurso importante de autoapresentação das profissões à opinião pública, evidenciando que só os experts podem definir os critérios de relevância e verdade – gerando privilégios aos profissionais pela autoridade e hierarquização de seu saber (Larson, 1989).

Um exemplo apontado por Larson (2013) é uma comparação entre a Engenharia e a Medicina, em que embora esta última tenha mais prestígio, foi através dos engenheiros que o quadro material da sociedade foi projetado, o que pressupõe grande importância da profissão. Entretanto, foi a Medicina que se destacou de forma disparada na sociedade estadunidense; a sua constituição profissional influenciou o entendimento do público sobre saúde e comportamento saudável, caracterizando-se como dotada de uma autoridade cultural. Coelho (1999, p. 57) avaliando a mesma área constata que a construção de uma realidade universalmente válida, ou seja, demonstrar “os fundamentos científicos de sua base cognitiva e, sobretudo, os resultados práticos de suas técnicas e procedimentos” geraram um *crédito social*.

Nessa perspectiva, o reconhecimento social é consequência do sucesso em construir “uma verdade”, ou melhor, de um convencimento do público acerca de um conhecimento especializado, que acarreta uma autoridade cultural sobre determinada área. Dubar (2005) trata essa questão como um *trabalho de argumentação*, que diz respeito a uma persuasão da “necessidade” de uma profissão, tanto para o público externo (leigo), quanto para o público interno (potenciais empregadores e outros profissionais). Assim, a capacidade dos profissionais para dominar uma área autorizada pela ciência constitui “uma das condições essenciais para o estabelecimento e para a manutenção de um ‘isolamento simbólico’ aos olhos de outros parceiros implicados em sua atividade” (DUBAR, 2005, p.163).

É bastante evidente em algumas obras de Magali Larson (1989) a influência das discussões de Michel Foucault sobre as relações de poder-saber, especialmente no que se refere à produção do discurso. A instituição da visão científica sobre a verdade transformou a prática de todas as formas de discurso, como a economia e as instituições penais por exemplo,

dando lugares à sistemas anônimos de novos enunciados válidos em que é preciso enquadrar o conhecimento para ter sentido, isto é, as *disciplinas*. O conhecimento científico é codificado em regras estabelecidas para ser “extraído”, ditando como se deve examinar, catalogar e classificar um objeto.

E como isso se relaciona com a discussão sobre as profissões? Ora, os experts tendem a utilizar o conhecimento científico como o seu conhecimento especializado e como este é tido como “a verdade”, é carregado de autoridade e poder. Assim, replicam o discurso dentro do qual foram formados para a atuação profissional, já que este legitima as suas ações. Neste sentido, Larson (2013, p. 20) compreende os grupos profissionais como “comunidades especiais dotados de um discurso com autoridade para falar *sobre e para* o seu campo, [que] ao fazê-lo, constroem seu significado para o público leigo”²³ (tradução nossa). Em síntese, as profissões são identificadas pela autora como *special communities of discourse* (LARSON, 2013, p. 31).

Voltando a sua análise para o setor público estadunidense no final do século XIX, a autora constata o Estado como o maior empregador e como arena privilegiada de ação para os novos “especialistas” em assuntos públicos (Larson, 1979). O capitalismo liberal exigiu estruturalmente uma expansão do setor público e isso atingiu as *ocupações profissionalizantes*, como o caso do Serviço Social por exemplo. Larson (1979) demonstra que a crescente inserção em organizações burocráticas possibilitou ao grupo realizar reivindicações de um conhecimento perito, isto é, “científico”. A busca por maior eficiência através da burocratização e a adoção de uma administração científica acarretaram a ideologia de um “Estado neutro”, justificando a requisição de especialistas por serem aqueles dotados de conhecimento científico e “sem classes”.

Nas palavras de Barbosa (2003, p. 598), a burocracia foi (e ainda é) “um dos recursos sociais mais relevantes para as profissões modernas assegurarem seus nichos no mercado de trabalho e seu poder social”. Assim, foi o “fenômeno burocrático” (embora reprodutor de desigualdades) que criou o contexto estrutural para o alcance de uma profissionalização bem sucedida de determinadas profissões.

Nesse contexto, Larson (1979) avalia que o Serviço Social estadunidense (e outras áreas voltadas ao ensino em escolas e administração escolar) constituiu-se como uma profissão voltada ao serviço público e, por essa razão, não foi possível estabelecer um controle sobre o mercado, no sentido de uma autonomia e monopólio na prestação de serviços

²³ “...special communities of discourse endowed with the authority of speaking *about* and *for* their field and, in so doing, constructing its meaning for the lay public”.

especializados. Nessas ocupações, o monopólio é estabelecido pelo Estado. Como a organização e controle do mercado eram frágeis em tais projetos profissionais, o que realmente assegurou a sua constituição enquanto profissão foi a conquista e afirmação de um *status* social. Todavia, por não possuir as mesmas características de um “profissionalismo clássico”, o que caracterizou seu status foi o envolvimento com os “clientes” e a defesa do interesse coletivo. O apoio à profissão que lhe garantiu legitimidade é decorrente da defesa do bem-estar público e das necessidades sociais. Ainda que as outras profissões também recorram a essas concepções, são as “profissões de Estado” que mais utilizam e necessitam desse discurso para garantir o seu reconhecimento social.

Tanto Freidson como Larson tinham como objeto de crítica o modelo funcionalista das profissões e não tinham como intenção elaborar uma *teoria das profissões*. Ambos evidenciam alguns elementos que aparecem em comum na composição das profissões e a todo momento ressaltam a importância de uma análise contextualizada, histórica e coerente com seu espaço temporal e territorial, opondo-se à realizar grandes teorizações.

O profissionalismo, na perspectiva larsoniana, serviu às bases do sistema capitalista em expansão por dissolver no seu ideário a estrutura de classes, promovendo através das profissões a direção a ser seguida para obtenção de sucesso pessoal. Não apenas isso, mas no interior das próprias profissões, estas passam a se organizar como grupos profissionais (e não inseridas em classes), além de reproduzir o discurso científico como o aquele normalizador por seu caráter “neutro”. Deste modo, o profissionalismo tem uma importante contribuição para a negação ideológica da desigualdade estrutural. Isto porque a estrutura da sociedade não é objeto de preocupação e motivação, mas sim questões internas: a luta seria relacionada à ocupações rivais e por reconhecimento social para a afirmação de uma superioridade.

Em síntese, o profissionalismo é na teoria de Larson (1979) um *projeto coletivo de mobilidade social* e isso pode ser verificado no caso brasileiro. Barbosa (1998) discorre sobre um forte e significativo movimento de profissionalização no Brasil²⁴, especialmente voltada às carreiras de Estado que é uma estratégia importante para os agentes de classe média. Através do credenciamento e do fechamento de mercado, foi possível alcançar recompensas geradas pelo *status* profissional, como prestígio (um reconhecimento público baseado num valor coletivo) e renda (gerando estilos de vida respeitáveis).

²⁴ A profissionalização no contexto brasileiro é definido pela autora como “um caminho significativo de organização de estratégias de estratos da classe média, e que a representação do mundo social construída a partir do ponto de vista do profissionalismo tende a se tornar dominante como forma de regulação dos trabalhos e das relações sociais em amplos setores do espaço social (BARBOSA, 1998, p. 129).

De forma geral, os movimentos de profissionalização foram voltados à conquistas de monopólios: seja das oportunidades no mercado de trabalho, seja de *status* e privilégios de trabalho. Como justificativa a esse acesso exclusivo, está a *expertise*, ou seja, um conhecimento perito derivado dos sistemas de treinamento. Esses, por sua vez, também foram controlados pelos profissionais quanto ao fornecimento de conhecimentos necessários para a prática da profissão, um processo que só obteve sucesso com o apoio e a cooperação do Estado.

Por fim, explanadas as principais contribuições de dois importantes autores para as sociologias das profissões, cabe agora realizar algumas ressalvas. Tanto Freidson como Larson direcionaram a sua análise para a sociedade estadunidense, de estruturas diversas e um recorte de tempo e espaço específicos. Ambos não tinham como objetivo criar uma teoria das profissões, mas analisar situações particulares tecendo críticas à fatores não abordados por outras vertentes. O desafio é, dessa forma, não aplicar de forma dogmática este arcabouço ao quadro do Serviço Social brasileiro, mas se apropriar das contribuições destes modelos para compreender o seu processo de profissionalização, quais os avanços e as limitações do que se compreende como um *tipo ideal* de profissão. Dessa forma, é preciso verificar como o Serviço Social estruturou-se enquanto profissão para compreender a sua inserção no mercado de trabalho na atualidade, quais aspectos estão latentes que rebatem no seu reconhecimento social e se é possível afirmar que existe uma *fragilização* do grupo profissional.

3. O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: EM CONSTRUÇÃO OU CONSOLIDADO?

As profissões ou grupos profissionais são construções sociais, que possuem uma dimensão histórica e são resultantes de debate e interações sociais (Negreiros, 2005). Isso significa que estão sujeitas a processos de profissionalização ou desprofissionalização, requisitando uma atualização dos estudos sobre esse fenômeno com recorrência. Em contextos de incerteza ou *desqualificação social*²⁵, a manutenção de uma profissão no mercado e seus processos adjacentes (valorização, reconhecimento, etc) deve ser tema de investigação, já que possibilita compreender como essas transformações ocorrem objetivamente e qual o seu impacto na configuração de uma profissão.

Pensar o Serviço Social brasileiro na atualidade exige elucidar pontos que conformam o seu estatuto como profissão, isto é, elencar as características que o configuram enquanto uma atividade de natureza profissional. O que faz o Serviço Social? Como é reconhecido pelos próprios profissionais e pelos leigos? Qual a sua pertinência na relação profissional/cliente e para a sociedade? Para verificar mudanças na profissão, é necessário antes compreender como ela se construiu e quais as questões que geram debate sobre a sua estruturação. Sendo assim, é preciso recorrer ao processo histórico de profissionalização, conhecendo as suas forças e debilidades e estabelecendo relações entre o seu presente e o passado.

Considerando as discussões apresentadas no capítulo anterior com base na sociologia das profissões neoweberiana, serão elencados alguns itens para análise de forma a constituir um roteiro que guiará este capítulo. A discussão apresentada aqui pretende contemplar em três tópicos principais o processo de profissionalização do Serviço Social: em primeiro lugar, um panorama geral sobre a profissão na atualidade, contemplando a sua relação com o Estado, a Universidade, os “utilizadores” e as outras profissões que “dividem fronteiras”, incluindo questões relacionadas ao seu estatuto legal, regulações, certificação e reconhecimento de formação. No segundo tópico, serão apresentados alguns elementos de sua história que acarretam problemáticas para a sua existência enquanto profissão, questões que apresentam um risco de fragilização do Serviço Social pela própria categoria profissional. Trata-se aqui trazer o que permeia e/ou que deveria suceder (na opinião dos autores) o debate entre os próprios profissionais sobre o *ser* e o *fazer profissional*. No terceiro e último tópico, a

²⁵ Ver Paugam (2003).

construção identitária do grupo é o tema central, dialogando sobre o reconhecimento entre os próprios membros e também perante a sociedade. Ainda que de forma condensada, as múltiplas determinações que combinadas constroem a identidade do Serviço Social serão objetos de análise, buscando compreender como se caracterizam as auto-representações e representações sociais.

3.1 A profissão de Serviço Social no século XXI: formação, regulamentação e atuação

O Serviço Social no Brasil se afirma como uma profissão que lida com as mazelas sociais resultantes da desigualdade gerada pelo sistema capitalista, estando seus espaços ocupacionais localizados na esfera do Estado – no âmbito do poder executivo, legislativo e judiciário – e também nas empresas privadas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria à organizações e movimentos sociais. Iamamoto (2009) afirma que as/os assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras; movidas pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Já na esfera privada, atuam principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à viabilização de direitos sociais. Além disso, as/os assistentes sociais também estão presentes em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores. De forma geral, as/os assistentes sociais:

[..] realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica. Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

Abordando sumariamente a sua história, o Serviço Social brasileiro foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada a sua lei de regulamentação profissional, a Lei nº3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962 (CFESS, 2020). Através do artigo 6º deste Decreto foi determinada a fiscalização do exercício profissional, que acarretou a criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Hoje denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), respectivamente, a profissão conta com uma entidade que lhe dá aparato jurídico-legal há mais de cinquenta anos. Constituindo uma política nacional de fiscalização, além da promoção de diversos seminários gratuitos sobre áreas específicas (saúde, educação, assistência social, etc), o Conjunto CFESS-CRESS ainda elabora resoluções, orientações e enseja campanhas (combate ao racismo em 2002; pela liberdade de orientação e expressão sexual em 2005, entre outras) (Santos, 2010).

Dos eventos mais recentes²⁶ que o CFESS foi relevante para a categoria profissional, um deles é relacionado a Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que definiu a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial. Santos (2010) relata que o CFESS esteve presente desde 2008 no processo de aprovação desta lei, participando de reuniões com o autor e os relatores do projeto na Câmara. Além disso, esteve presente também em audiências públicas e debates, assim como na elaboração de notas técnicas informando as razões que justificavam a nova jornada de trabalho (o cotidiano de situações de violência e violação de direitos provoca adoecimento, níveis acentuados de stress, desgaste físico e emocional). Em relação a outras profissões²⁷, o Serviço Social teve uma relevante conquista para a categoria profissional, já que obteve uma menor carga horária através do respaldo na legislação, ainda que idealmente. Entre 2001 e 2009, a média de jornada era de 35,6 horas trabalhadas (Simões, 2012), isto é, acima do pleiteado pela lei e até o momento não se sabe como a implementação dessa nova legislação impactou no tempo de trabalho dos assistentes sociais.

²⁶ A participação do CFESS também foi fundamental na atualização da lei de regulamentação da profissão, a Lei nº8662 em 7 de junho de 1993, assim como na atualização e elaboração do Código de Ética Profissional, também em 1993 (CFESS, 2020).

²⁷ Das profissões que atuam na área social, a Enfermagem pleiteia através do Projeto de Lei 2295/00, a jornada de trinta horas para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. A Psicologia busca o mesmo direito, através do Projeto de Lei 1214/19, para que seja incluso essa jornada na lei de regulamentação da profissão (4119/62).

Outra entidade relacionada à categoria de assistentes sociais que dá suporte às suas atividades, especialmente à formação profissional e à produção de conhecimentos, é a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Através de articulação junto ao CFESS e ao ENESSO (movimento de estudantes de Serviço Social), as entidades se organizam na defesa das diretrizes curriculares, na qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como do ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as entidades têm se posicionado contrárias a várias questões que afligem a profissão, como os mestrados profissionalizantes, cursos sequenciais e a graduação a distância em Serviço Social (Ramos, 2011).

Um evento marcante para a formação acadêmica em Serviço Social encabeçado pela ABEPSS foi a definição de um currículo mínimo em 1996 através da implementação das Diretrizes Curriculares (DC), tendo como suporte teórico-metodológico a teoria social crítica marxiana e a tradição marxista para subsidiar o direcionamento da intervenção profissional. O discurso adotado pela profissão definiu um *projeto ético-político* para a sua atuação, compreendendo como objeto as *múltiplas expressões da questão social*. Estabelecendo as matérias básicas para a formação, tanto do campo do Serviço Social quanto uma intersecção com outras áreas (Psicologia, Antropologia, Sociologia, Economia Política, Direito, entre outras), as DC determinaram uma carga horária mínima de 2.700 horas de curso, o que geraria uma formação em média de 4 anos. Além disso, garantiram uma maior carga de disciplinas na área do Serviço Social e os cursos com o mesmo padrão, tanto no horário diurno quanto noturno. Foi estabelecida também a participação em atividades científicas complementares (monitoria, extensão, pesquisa, seminários, etc) e o estágio supervisionado como momento privilegiado do aprendizado teórico-prático da formação profissional (ABEPSS, 1996).

Cabe destacar que as entidades profissionais que trouxeram e ainda garantem suporte ao Serviço Social foram respaldadas pela existência do Estado e do seu papel no processo de profissionalização. Estando por trás das estruturas acadêmicas e profissionais, o Estado ocupa para o Serviço Social o papel de *credenciador*, *legitimador* e *empregador*, operando especialmente através do sistema de ensino.

Observando a profissão em Portugal, Negreiros (2005) argumenta que o Estado exerce uma função legislativa e um papel de regulação ao estruturar o ensino superior e os parâmetros aos quais devem ser seguidos pelos cursos de formação. Ao regular o nível de qualificação e a sua relação com a inserção no mercado de trabalho (os estágios, por

exemplo), o Estado detém um credenciamento institucional e interfere diretamente no sistema ocupacional.

No caso do Serviço Social no Brasil, o Estado está presente em todos esses quesitos e ainda possibilitou um tipo de formação rechaçado por parte da categoria profissional: o sistema de Ensino a Distância – EaD. Ainda que seja um ponto que gere debate entre as/os assistentes sociais e seja alvo de críticas pelas entidades representativas da profissão, como o CFESS e a ABEPSS²⁸, o EaD segue nas universidades privadas desde 2006 contando com profissionais do Serviço Social na sua gestão e execução.

Deslocando a análise para o cenário internacional, é possível observar como o *status* e a imagem pública do Serviço Social ainda estão em fluxo. Desde a sua criação como uma profissão, as/os assistentes sociais foram identificados como "semi-profissionais" (Etzioni, 1969), como se o seu trabalho não atendesse adequadamente as características ou critérios usados para definir profissionais "completos" ou "de prestígio", como advogados e médicos. De acordo com Jyang et. al (2017), essa falta de reconhecimento se reflete na remuneração relativamente baixa recebida pelos assistentes sociais.

Analisando estudos sobre a profissão na Europa, Simões (2005) avalia algumas características do Serviço Social entre os países: os âmbitos de atividade são diferentes; o tempo de formação é variável; existe uma dificuldade de padronização da qualificação e dos títulos profissionais; e ainda, a assistência social (política social que agrega em sua maioria as/os assistentes sociais) em muitos países não conseguiu se estabelecer de forma profissionalizada, obscurecendo ainda mais a fronteira entre o trabalho profissional e o trabalho voluntário²⁹. Para o autor, a alternância entre “voluntários” e “profissionais” para o provimento de serviços sociais é o que atestou, em alguns países, a fragilidade do Serviço Social enquanto profissão.

Ainda sobre o Serviço Social na Europa, Giarchi & Lankshear (1998) relatam que não há um consenso sobre a natureza do Serviço Social, em decorrência da indefinição da sua

²⁸ A regulamentação do EaD foi dada através do Decreto Nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e a ABEPSS, em conjunto com o CFESS, os CRESS e a ENESSO lançaram o documento “Sobre a incompatibilidade da graduação à distância e Serviço Social” volume I e II, em 2011 e 2014, explicitando os motivos que levaram as entidades profissionais a assumir um posicionamento contrário.

²⁹ Brauns e Kramers (1986 apud Simões, 2005) relatam que na Irlanda e na Inglaterra o *social work* não inclui trabalhos comunitários e com jovens; já na Alemanha este é o público alvo através da *social pedagogy*. Além disso, o tempo de formação varia entre os países: na Inglaterra a formação era de 2 a 3 anos até 2003, já no Brasil, de 4 a 5 anos; e em alguns o ensino médio já é suficiente para a formação destes profissionais (na Alemanha e França, por exemplo).

identidade. Para os autores, a profissão não carrega na sua imagem uma compreensão imediata do seu fazer profissional, tal como é possível identificar facilmente em profissões como a Enfermagem, Pedagogia, Direito, etc. Além disso, o *trabalho social* não é algo visível (ou que possa ser medido), e dependendo da “abordagem” utilizada, ele pode ser direcionado de diferentes formas: a uma prática pedagógica, assistencial e até psicológica.

A complexidade das áreas de atuação, a variação de tempo de formação e as diferentes titulações para a mesma profissão são fenômenos que atingem muitos países na Europa (Alemanha, França, Áustria, etc) e demarcam a profissão como abstrata. Das vagas compreensões sobre o Serviço Social, Giarchi & Lankshear (1998) apontam que uma considerava a profissão como aquela essencialmente voltada ao setor público. O problema é que as políticas sociais – âmbito de trabalho dos assistentes sociais – estavam em alguns países se deslocando gradualmente para serem executadas pelo setor privado e através do trabalho voluntário.

Esse processo levou outras ocupações a realizarem, de maneira concomitante, as mesmas ações da profissões, tornando a presença do assistente social redundante (ou até mesmo questionável). Um exemplo tratado pelos autores é sobre a profissão no Reino Unido, em que o avanço do mercado sobre o Estado de Bem-estar Social enfraqueceu as reivindicações das/dos assistentes sociais por mais autonomia, *status* e auto-regulação, onde outras ocupações passaram a exercer as suas funções, causando processos de desprofissionalização e proletarização para o Serviço Social.

Considerando a análise dos autores, é possível pensar que o Serviço Social está diretamente ligado às políticas sociais na esfera pública assim como o trabalho voluntário está ligado às mesmas nas instituições privadas e filantrópicas? Se essa premissa for verdadeira, à medida que as políticas sociais sofrem redução de gastos e supressão por parte do Estado, o avanço destes setores alternativos atingiriam diretamente a profissão.

Embora no Brasil os assistentes sociais também estejam inseridos nas entidades não-governamentais, a presença da profissão nesses espaços é proporcionalmente menor do que nos serviços públicos. Simões (2012) através de dados da Pnad de 2009 demonstra que 25,9% das/dos assistentes sociais estavam inseridos no setor privado, 74,1% atuavam no setor público. Partindo da lógica de que o Serviço Social seria uma profissão essencialmente do serviço público (Giarchi & Lankshare, 1998), uma redução na presença de assistentes sociais nas instituições públicas responderia em parte à questão da fragilização da profissão. Já na

esfera privada, tendo em vista que a indefinição de uma identidade profissional a coloca como uma profissão que pode ser executada por voluntários, por que razão se contratariam profissionais que demandam salários? Estariam os voluntários ocupando os espaços dos profissionais e, conseqüentemente, reduzindo seus postos de trabalho, contribuindo assim para o processo de *fragilização* da profissão?

O cenário da profissão nos Estados Unidos não é muito diferente: Forenza & Eckert (2018) avaliam que a/o assistente social é frequentemente visto como uma profissão de ajuda, ainda que as raízes da profissão nesse país estejam fundamentadas nos campos da medicina e da ciência. Independente da sua área de atuação, os traços marcantes e comuns do corpo profissional são o compromisso com a justiça social e o tratamento equitativo de todos os indivíduos. Os principais temas debatidos pela categoria são acerca da identidade profissional, considerando que a profissão busca a construção de sua afirmação; e sobre os princípios organizadores da prática profissional, já que nesse país o Serviço Social se divide em uma prática do tipo *micro* (voltada à terapia individual e/ou grupal) e *macro* (voltada à orientação de direitos e numa abordagem “mais social”). Na Austrália, a profissão passa por processos similares, já que a constituição de sua identidade é uma questão emergente para o Serviço Social, em que a empregabilidade em ambientes multidisciplinares e o exercício de funções genéricas de trabalho contribuem na sua indefinição (Moorhead & Bowles, 2016).

Considerando ainda outros países, o Serviço Social na China é definido como uma profissão emergente, em que na análise de Jyang et. al (2017), contribui com o desconhecimento do público sobre a profissão e o trabalho que realiza. Neste país, a profissão é permeada de desvantagens, tanto no reconhecimento social quanto na sua remuneração salarial, e por essa razão os profissionais e as instituições vivenciam processos de alta rotatividade. Por fim, a pesquisa realizada pelos autores demonstrou que tanto a identidade profissional quanto a satisfação no trabalho tiveram efeito sobre as intenções de rotatividade dos assistentes sociais. Os resultados apontaram que a identidade profissional pode influenciar as percepções das/dos assistentes sociais sobre seu ambiente de trabalho e pode, assim, exercer efeito sobre a sua satisfação no trabalho. Isso indica que a identidade profissional é um fator mais invisível, mas no fundo, afeta a retenção de assistentes sociais.

Realizada uma breve apresentação das características da profissão, tanto no cenário nacional quanto internacional, cabe agora um aprofundamento sobre o Serviço Social brasileiro e as complexidades que podem contribuir na sua *fragilização*. Parte-se do princípio

de que o processo de *fragilização* não é unilateral, isto é, se deve somente a uma ação do mercado de trabalho em relação à profissão, mas é também uma resposta ao que o Serviço Social tem a oferecer e à sua especificidade em meio ao universo das profissões. Por essa razão, foi investigado, para além da literatura dominante na profissão, autores que analisam criticamente (e por isso, se mostram dissidentes) a constituição do Serviço Social, abordando o seu *objeto, ser e fazer profissional*. As discussões aqui apresentadas serão fundamentais para auxiliar quais processos endógenos à profissão corroboram com a sua possível perda de espaço no mercado de trabalho e quais os fatores que representam riscos à sua *sobrevivência* no meio das profissões.

3.2 Da caridade à profissionalização: a busca da secularização do Serviço Social e os atores envolvidos

Na última década as/os assistentes sociais brasileiros estão empregados, em sua maioria, nas políticas sociais da esfera estatal. Na pesquisa de Simões (2012) intitulada *Assistentes Sociais no Brasil*, o autor demonstra através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad que no ano de 2009 eram 74,1% os profissionais que atuavam no setor público. A inserção do Serviço Social no passado não era diferente: o Estado quase sempre ocupou um papel central para a profissão, tanto para a sua organização e regulamentação, quanto como o seu principal empregador na arena de prestação de serviços sociais. Ainda que a gênese do Serviço Social, tanto brasileiro quanto latino-americano, tenha sido vinculada fortemente à Igreja Católica, é através da incorporação da profissão pelo Estado que o processo de profissionalização se origina. Para compreender este processo, é imprescindível retornar aos primórdios da profissão, ainda que seja de forma rápida para manter o foco nas questões mais atuais. Neste sentido, a percepção de Silva (2014) é válida: discutir a profissão desde a sua emergência é uma tarefa fácil e difícil ao mesmo tempo, já que por haver muitos estudos sobre o assunto é possível uma discussão bem fundamentada, contudo, pode se tornar repetitiva, e por essa razão será aqui brevemente apresentada.

A primeira escola de Serviço Social na América Latina foi criada em 1925 na cidade de Santiago, no Chile. Manrique Castro (2011) relata que a escola foi fundada pelo médico Alejandro del Río (levando o seu nome) sob o signo estatal, que tinha como objetivo formar subtécnicos que lhe auxiliassem nas tarefas para rentabilizar o seu trabalho. O Serviço Social (sob o desígnio de visitador social) se caracterizava como uma subprofissão, já que estava

subordinado à profissão médica, integrando-se depois ao trabalho dos advogados e instituições de beneficência. Embora esta escola não assumisse um caráter religioso, a Igreja já se fazia presente na constituição do Serviço Social por ter a assistência social como campo de ação, servindo como base para as protoformas da profissão emergente. Já a primeira escola chilena de base católica, nitidamente religiosa, é fundada em 1929, materializando a preocupação da Igreja em intervir nas “expressões da questão social” e recuperar o seu papel de condutora moral da sociedade. Ainda que a escola de Del Río tenha inserido o Serviço Social no mundo das “profissões”, foi a escola Elvira Matte de Cruchaga que cobriu o amplo espaço da “questão social” e trouxe destaque para a profissão naquele período.

Na percepção de Manrique Castro (2011), a Escola Cruchaga representou um novo patamar de institucionalização do Serviço Social na América Latina, já que significou uma incorporação das/dos assistentes sociais ao espectro das profissões de nível superior. O curso tinha três anos de duração, alternando-se entre cursos teóricos e atividades práticas. Tinha como disciplinas: religião, psicologia, pedagogia, sociologia, economia social, assistência social, legislação social, direito, instrução cívica, anatomia e fisiologia, higiene privada e pública e ética profissional. Além disso, havia também os “ramos práticos”: tratamento de caso social individual, encaminhamentos jurídicos, técnicas de escritório e estatística, contabilidade, primeiros socorros, cuidados domiciliares a doentes, puericultura, nutricionalismo, trabalhos manuais e exercícios de oratória. O autor ressalta ainda que a aproximação do Serviço Social com o campo da saúde caracterizou conflitos entre assistentes sociais, enfermeiras e nutricionistas, devido à dificuldade de diferenciação das profissões. Na época, as enfermeiras também estudavam técnicas voltadas à assistência social e atuavam como enfermeiras visitadoras ou visitadoras sanitárias, sendo frequentes as superposições e conflitos profissionais.

No Brasil, Manrique Castro (2011) identifica a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)³⁰ na década de 1930 – uma organização destinada a recuperar a influência e os privilégios da Igreja através da militância católica – como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no país. As assistentes sociais desse período são caracterizadas pelo autor como uma base feminina de origem burguesa, que se respaldavam nas experiências das assistentes sociais belgas. Além de poderem cumprir com as suas convicções religiosas

³⁰ Silva (2014) revela que o Centro Dom Vital, instituição católica que promovia ações sociais no Brasil, produziu vários cursos de aperfeiçoamento para leigos atuarem nesse campo por via do CEAS na década de 1930. Os cursos eram fundamentados no neotomismo e tinham enfoque na ação social como *vocação*, demarcando esse componente na caracterização do Serviço Social até os dias atuais.

através da profissão, as “damas da sociedade”³¹ puderam obter um espaço de afirmação que viria a resultar em uma possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, isto é, “[...] pela via da profissionalização no Serviço Social, contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos que, fora desta alternativa, não lhes seriam acessíveis” (NETTO, 2001, p. 88). Silva (2014) identifica que a escolha pelo Serviço Social neste período tinha como fundamento a ideia de *vocação*, permanecendo até os dias mais recentes como característica marcante do perfil profissional (Simões, 2005).

A primeira Escola de Serviço Social brasileira foi criada em 1936 na cidade de São Paulo, motivada não só por interesses da Igreja Católica como também por uma demanda profissional que se revelava a partir de alguns aparelhos do Estado. A profissão foi requerida pelo Estado pela necessidade de profissionais para executar as políticas sociais que lidavam com “as ameaças à coesão social”, consideradas como uma “estratégia de manutenção da hegemonia burguesa” (Goin, 2019, p. 32). A requisição do Serviço Social pelo Estado significou um avanço (se não um início) no processo de profissionalização, já que este é considerado um “regulador da vida profissional e instrumento do progresso profissional, [em que] o poder, a riqueza e o prestígio da profissão dependem largamente dele” (Negreiros, 2005, p. 27). Outro elemento que demarcou a profissionalização para Goin (2019, p. 66), foi quando a profissão “passou a desenvolver ações concretas – assalariadas – e a se distanciar do voluntariado social e da solidariedade humana, designando atribuições que instituíram necessidade e reconhecimento social do/a profissional de Serviço Social”.

Neste viés, a profissionalização do Serviço Social não se reduz a uma evolução das práticas filantrópicas, mas de uma ruptura com esse paradigma proporcionada por mudanças promovidas pelo contexto social e por um movimento de secularização, em que a ciência assentou as bases para uma compreensão da realidade através da racionalidade. Ainda segundo Goin (2019), é a partir da distinção entre as práticas benevolente e a intervenção do Estado que se constituiu o espaço institucional do Serviço Social, caracterizado por uma

³¹ Silva (2014) critica a percepção mais difundida na literatura sobre as pioneiras da profissão, revelando que nem todas eram necessariamente comprometidas com a doutrina religiosa, sendo mais notável o princípio de combate às injustiças sociais e o desejo por maior participação na vida social (através do mercado de trabalho). Muitas mulheres que desejavam atuar na área buscaram formação no exterior (França, Bélgica e Estados Unidos) e se converteram ao catolicismo como estratégia de se qualificarem ao exercício profissional. Por essa razão, é exorbitante resumir o Serviço Social em sua gênese a uma profissão elitista: as “damas da sociedade” eram as poucas mulheres que tinham a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho naquele período, especialmente no nicho proposto pela Igreja. Não eram todas arraigadas à fé católica, de modo que algumas se tornaram aptas para estarem atuando à frente dos problemas sociais emergentes.

condição de assalariamento, pela definição de um objeto profissional e pelo fomento às bases de conhecimento para subsidiar os processos interventivos.

A reorganização do Estado em prol do avanço da industrialização e do desenvolvimento dos monopólios na década de 1950 gerou, na análise de Netto (2015), alterações profundas nas políticas setoriais, que ampliou o mercado de trabalho para as/os assistentes sociais. A partir de 1966-67 a reformulação organizacional e funcional acarretou uma complexificação e especialização das atividades dos assistentes sociais e a sua “inserção nos chamados serviços públicos viu-se universalizada no espaço nacional” (NETTO, 2015, p. 160). Em síntese,

estabeleceu-se uma nova relação entre o assistente social e cliente, incluindo mudanças nas fontes de recursos e nas relações com outros profissionais; uma postura profissional mais ‘moderna’ diante de uma nova racionalidade organizacional; práticas com características formais, processuais e burocratizadas; maior integração do profissional no conjunto dos procedimentos administrativos institucionais (inclusão do planejamento técnico e diálogo com outras áreas do conhecimento). (SILVA, 2014, p. 129).

Além de o Estado ter absorvido vários profissionais no seu quadro técnico, houve também uma abertura de vagas pelas médias e grandes empresas; antes o Serviço Social só existia no setor privado através das obras sociais filantrópicas. Dessa forma, o processo de *modernização conservadora*³² da profissão “engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais” (NETTO, 2015, p. 157). O autor constata que este mercado colocou para o Serviço Social um *novo padrão de exigências* para o desempenho profissional, em que deveria demonstrar um desempenho correspondente com as normas, fluxos, rotinas e finalidades da racionalidade burocrática-administrativa.

Este processo implicou, ainda segundo Netto (2015) um dimensionamento técnico-racional da profissão, desmantelando o comportamento do Serviço Social “tradicional” de base humanista, devendo-se adequar à lógica organizacional³³. Contudo, cabe pontuar as condições que possibilitaram essa mudança na estrutura da profissão: a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário. A partir daí, é incorporado na formação o contato com

³² O autor usa este termo para se referir à relação econômica do país com o capital estrangeiro após o início da ditadura, caracterizada por uma internalização e a territorialização do imperialismo; uma oligarquia financeira derivada da concentração de propriedade e renda; um padrão de industrialização para atender interesses do mercado interno e externo e uma estrutura de classes fortemente polarizada, resultando em um processo de pauperização sem precedentes (NETTO, 2015, p. 49).

³³ Um dado interessante trazido pelo autor trata da expansão dos cursos de Serviço Social nesse período: em 1960 havia 1289 estudantes de Serviço Social, já em 1971 eram 6352, demonstrando que o número de estudantes aumentou em quase cinco vezes.

as disciplinas de sociologia, psicologia social e antropologia (tanto no campo teórico, quanto na prática profissional, a partir da inserção em equipes multiprofissionais), produzindo ao mercado o profissional “moderno”: a legitimação do Serviço Social passa a vir da sua fundamentação teórico-técnica. Embora a profissão tenha aderido a uma competência técnica específica, ainda que importante para o processo de profissionalização, este passo apresentou problemas que permanecem até os dias atuais.

Como característica que pode não ser exclusiva do Serviço Social, contudo é marcante e problemático na sua constituição, o *sincretismo* se revela como elemento antigo e permanente na estrutura da profissão. Ao analisar a questão, a tradição marxista na profissão – encabeçada por Netto (2001, 2015) – constata que as diferentes vertentes e influências que estiveram presentes na história da profissão no cenário brasileiro desde a década de 1930 acarretaram “um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas” (NETTO, 2015, p. 168). Isto porque, ora o Serviço Social se vinculou às concepções religiosas, ora se filiou às perspectivas funcionalistas; chegando aos dias atuais, hegemonicamente, à opção pelo viés marxista. Estas variações não ocorreram somente no campo ideopolítico: as competências teóricas e técnicas também se alteraram, resultando em incertezas e multiplicidades no fazer profissional.

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 2001, p. 92).

Uma questão que exemplifica a estrutura sincrética do Serviço Social é quanto ao seu objeto profissional: a definição sobre o tema é variável e, ainda que exista um “consenso”, ele é implexo de contradições. Enquanto alguns elevam a *questão social* ao patamar de objeto, outros fazem a crítica devido ao esvaziamento de significado e/ou multiplicidade de interpretações que o tema expressa. Mas afinal, o que significa a questão social? Iamamoto & Carvalho (2004, p. 77), autores clássicos do Serviço Social que a tomam como objeto, a definem como

as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o

proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Em outras palavras:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

Considerando a questão social como objeto profissional, a/o assistente social atuaria sobre as suas *múltiplas expressões*, como a “forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas” (NETTO, 2001b, p. 43). A definição da questão social como objeto de atuação foi realizada através da reforma curricular de 1996 da principal entidade voltada à formação da profissão, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS³⁴. Faleiros (1997) critica essa determinação, já que esta é uma concepção muito genérica e não pode ser o objeto particular de uma profissão por se tratar de relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente (ou ainda, se considerado um objeto válido, pode ser tomado por qualquer profissão pela sua generalidade). Para o autor, ao se privilegiar as determinações de classe ou as determinações econômicas na compreensão do social, se deixam escapar questões que permeiam as relações complexas entre sujeito e estrutura.

O objeto da intervenção do Serviço Social [...] se constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuário/instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimônios individuais e coletivos (Faleiros, 1997, p. 44).

De forma a contribuir com a discussão sobre a especificidade da profissão, Faleiros (1997) a localiza na descapitalização³⁵ e fragilização (assim como no fortalecimento, já que é aí que a profissão exerce sua função) dos sujeitos, considerando que é no momento de perda de poder e patrimônio que buscam o Serviço Social. A fragilização é complexa, não se limita só a uma exploração relacionada ao trabalho, mas abrange questões afetivas, culturais, patrimoniais; afinal, a realidade é múltipla.

³⁴ As diretrizes consideram “a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996).

³⁵ O autor entende como a perda de capitais, baseado na teoria de Bourdieu.

Já Lopes (1980) considera o objeto do Serviço Social como as situações sociais problemas, em que a especificidade da profissão se define na relação com este objeto, isto é, através do conhecimento e intervenção nesses fenômenos. Para Gentilli (2006), o objeto de trabalho profissional trata-se do planejamento, implementação e execução das políticas e dos programas sociais. A indefinição/variação do objeto pode fazer que ele fique subentendido em meio aos objetivos organizacionais e as funções da/do assistente social acabem sendo as “sobras” que não tem uma especialidade a ser destinada. Faleiros (2000, p. 167) observa que a centralização da formação profissional na *questão social* tem “um sentido muito genérico, historicamente variável e impreciso, configurando uma questão de toda a sociedade capitalista e não específica de uma profissão”. Para Simões (2005), a indefinição do objeto profissional do Serviço Social é tamanha, que até a questão mais simples é difícil de ser respondida – o objeto privilegiado da intervenção profissional é o indivíduo ou a sociedade? – tanto pela sociedade quanto pelos próprios assistentes sociais.

Todas as considerações sobre o objeto profissional do Serviço Social citadas aqui tiveram como proposta demonstrar a complexidade do problema para o seu processo de profissionalização. A/O assistente social constituiu-se como uma profissão “solucionadora de problemas”, entretanto eram tantas as questões apresentados que se alargou e se esvaziou a própria atividade profissional (Faleiros, 1993). Além de não haver um consenso sobre a que se destina o *fazer profissional*, ainda há uma negação sobre a tentativa de definir um objeto padrão para a profissão. Para Montaña (2007, p. 55), a busca pela afirmação de uma especificidade profissional é uma *grande ilusão*³⁶, visto que ela consideraria que o objeto de intervenção profissional seria o mesmo com o decorrer do tempo e dificultaria a incorporação de novas demandas e elaboração de novas estratégias de intervenção. Para o autor, esta preocupação reflete uma profunda ansiedade provocada pela invasão de outros profissionais nos espaços de trabalho dos assistentes sociais,

[...] que leva a categoria a rejeitar qualquer modificação que enfraqueça a “estabilidade”, preferindo a cômoda e estável subordinação e subalternidade profissional (na conservação daquela “especificidade” que exclui os “outros”) à instável e insegura ruptura de limites, com a consequente ampliação dos seus espaços, fronteiras e possibilidades de transformação da realidade (MONTAÑO, 2007, p. 56).

Ainda segundo Montaña (2007), a busca pela “especificidade” propõe um técnico encarregado de desempenhar certas tarefas executivas, “apolíticas” e “neutras”, iluminadas

³⁶ Grifos do autor.

por um conhecimento científico que ocultam as orientações de uma classe hegemônica e dominante. A visão radical do autor pressupõe que um profissional que busca o reconhecimento e a afirmação da sua profissão em uma sociedade em que as profissões perdem e ganham espaço ao longo da história seria colaborar com a “dominação de uma classe”, em que o Serviço Social estaria também exercendo uma dominação ao excluir outros que não tem a mesma especificidade. Ora, de que forma o Serviço Social pretende se manter no rol das profissões de nível superior, com salários mais elevados e condições de trabalho melhores do que as ocupações sem formação técnica, sem afirmar a sua especificidade? Para Montaña (2007), a legitimidade do Serviço Social reside na sua “função política”, de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador”, isto é, *na função prestada à ordem burguesa*. Se concordarmos com a visão do autor, o que acontece com o Serviço Social quando a profissão assume *outro direcionamento*? Ao assumir na dimensão ético-política como princípios a defesa da classe trabalhadora e a construção de uma nova ordem societária, com base nos escritos marxianos e marxistas, o Serviço Social não estaria pondo um fim à própria profissão? O objetivo aqui não é trazer respostas a questões de grande escala, entretanto compreender o quão grande se revela a ausência de discussão sobre o *ser e fazer profissional*.

A adesão à perspectiva crítico-dialética, orientada pelas bases marxistas, representou a partir dos anos 1980 no Serviço Social a intenção de um outro tipo de atuação profissional, que se contrapôs a todo tipo de preconceito e estabeleceu um “projeto profissional articulado a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual” (ABRAMIDES, 2016, p. 471). Essa postura expressava princípios gerais a serem alcançados pelos profissionais, contudo, não ofereciam uma base técnico-operativa para o *fazer profissional*.

Dessa forma, na década de 1990 as Diretrizes Curriculares do Serviço Social incorporaram esse ideário nas orientações para a formação profissional, norteadas pelas entidades representativas da profissão no período (que eram orientadas pelo pensamento da universidade pública). Assim, definiram um projeto ético-político totalmente anticapitalista em um momento que o mercado “[estava] a exigir mais técnicos, mais administradores do social, mais gerentes dos serviços e não críticos do sistema” (FALEIROS, 2000, p. 167). O

objetivo principal era afastar o Serviço Social de outras faces que assumiu no passado, ora voltado à prática filantrópica, ora de ajustamento³⁷ dos indivíduos à ordem social.

Ainda que a profissão busque outro direcionamento ético-político e negue a sua função “curativa” (termo utilizado pelos funcionalistas) na sociedade, a profissão ainda cumpre o papel de “correção dos efeitos perversos de uma sociedade desigualmente assimétrica em termos de renda, classe e poder³⁸” (GENTILLI, 2006, p.127). Embora seja colocado à profissão pelas suas entidades um posicionamento em defesa da classe trabalhadora, é ao mercado que deve responder para cumprir a sua funcionalidade enquanto profissão, aquilo já tratado por Yamamoto (2008) como o “caráter contraditório do Serviço Social”.

Netto (1989) pontua que é o sistema capitalista que permite a sua existência como profissão, visto que o Serviço Social foi criado para uma *administração* da “questão social”, ou seja, é um elemento anterior (e estrutural) ao direcionamento da prática profissional. Não se trata aqui de desprezar o referencial crítico marxista assumido pela profissão, mas de estabelecer um alerta quanto à ausência de debate sobre a existência da profissão, que se estrutura a priori da atual concepção ético-política. Gentilli (2006, p. 129) pontua que foi “no desempenho da função profissional que o Serviço Social se aprimorou no trato com as desigualdades sociais”, desenvolvendo “ações profissionais e habilidades específicas na divisão sócio-técnica do trabalho, para poder com elas lidar”.

Na tentativa de construir uma outra imagem e uma nova proposta profissional, o Serviço Social acabou produzindo “uma formação profissional generalista, muito crítica e pouco instrumentalizadora” (GENTILLI, 2006, p. 69). Para Quiroga (1991 apud Silva, 2014, p. 135), o Serviço Social ao se apropriar do marxismo³⁹ ressalta a *dimensão científica* do pensamento de Marx, acarretando uma formação profissional que valoriza mais o teorismo do que a operacionalização da sua prática.

³⁷ Yazbek (2009, p. 6) pontua que o primeiro suporte teórico metodológico necessário à qualificação técnica da prática profissional e à modernização era oriundo da matriz positivista e tinha “uma apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social”. As relações sociais dos indivíduos eram compreendidas “no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade”.

³⁸ Acrescentaria à frase da autora a desigualdade em termos de gênero e raça/etnia.

³⁹ É preciso salientar que no Serviço Social existe a adesão a “marxismos”: Tavares (2013) relata que o pensamento de Marx sofreu deformações, distorções, revisões e reducionismos ao serem incorporados na formação da categoria profissional. O Serviço Social teria tido uma aproximação enviesada, a partir de leituras e releituras (Althusser por exemplo), assumindo elementos isolados do pensamento de Marx e por isso, sendo necessário para a autora que se invista permanentemente em uma formação fundada em Marx e na tradição marxista.

Dos problemas trazidos pela nova perspectiva, Gentilli (2006) considera três pontos principais que precisam ser debatidos pela categoria de assistentes sociais: em primeiro lugar, a autora observa que falta a disseminação de conhecimentos relacionados à prática profissional, em que o discurso teórico se apresenta como inadequado ou insuficiente para a atuação no cotidiano. Em segundo lugar, há uma lacuna na definição da especificidade e finalidade profissional (ponto já debatido anteriormente), questão que contribui na dificuldade da articulação entre teoria e prática profissional, ponto este fortemente reclamado pelas assistentes sociais. No último ponto, a autora observa uma insatisfação quanto à dimensão técnico-operativa da profissão: o aspecto teórico e político se sobrepõem, gerando uma falta de inovação dos instrumentos, das técnicas e das metodologias profissionais.

Por se enquadrar em tantos campos de atuação e compreender os “problemas” da sociedade como oriundos da mesma fonte, a formação em Serviço Social se configurou a um tipo genérico. Essa generalidade não traria uma falta de especificidade para profissão? Neste sentido, estaria o Serviço Social recorrendo à explicações globalizantes (relação capital x trabalho) para buscar uma unidade e uma especificidade do que faz?

Essas críticas às deficiências teóricas ampliam os receios sobre o que poderia ser considerado eficácia e eficiência da profissão para oferecer respostas às demandas do mercado de trabalho e alimentam temores diante das perspectivas de futuro da profissão, consideradas “nebulosas ou “em vias de extinção” (GENTILLI, 2006, p. 70).

Dessa forma, a redefinição do direcionamento da formação acarretou um atributo peculiar ao Serviço Social: é a única profissão que não se define por um projeto de profissão, mas por um projeto político (Dieese, 1995 apud Simões, 2005). Dos pontos principais do “projeto ético-político”, estão a defesa dos “interesses da classe trabalhadora” e a construção de uma “nova ordem social”, direcionamentos pertinentes mas que se referem ao conjunto da sociedade e são (ou deveriam) ser um desafio posto para todos os grupos sociais. Um dos problemas de estabelecer tais objetivos para o Serviço Social, ainda seguindo a análise de Simões (2005, p. 151), é a criação de “uma tensão constante na formação profissional, visto que este é um *telos* inalcançável, exclusivamente pela categoria”.

No atual projeto profissional estará “comprometido” com a profissão a/o assistente social que aderir aos valores postos pelo projeto hegemônico. Contudo, ao passo que a dimensão ético-política ganha primazia, a competência técnica adquire um papel secundário, considerando a disparidade da discussão entre os temas na produção acadêmica, nos espaços de debate e outros ambientes. Simões (2005) avalia que pouco foi escrito sobre *como*

operacionalizar, técnica e metodologicamente, a prática da assistência; dificultando a apreensão (tanto interna quanto pelo conjunto da sociedade) sobre o *expertise* profissional do Serviço Social. Cabe ressaltar que a dimensão técnico-operativa não pode ser negada ou diminuída na formação profissional, já que “dado o caráter interventivo da profissão, a apreensão instrumental da teoria é quase uma exigência da prática” (SIMÕES, 2005, p. 154). A escassez da discussão sobre o *modus operandi* acarreta ainda dois problemas principais: a ausência de uma sólida metodologia interventiva proporciona que recursos como a intuição e o senso comum sejam utilizados no cotidiano de trabalho, e em segundo lugar originou a abertura de espaços para que outras categorias profissionais (psicólogos, sociólogos, educadores sociais, etc) “ocupassem os postos e funções que os assistentes sociais não se propunham ocupar ou não se mostravam qualificados para tal” (SIMÕES, 2005, p. 152). A reflexão sobre o fazer profissional, para não se configurar como um *fazer por fazer*, é uma postura relevante para uma atuação para além das exigências do mercado e sim comprometida com as particularidades e necessidades dos usuários dos serviços. No entanto,

[...] se os profissionais apenas refletirem sobre o que lhes é demandado, sem contar com as habilidades necessárias para materializar suas reflexões em ações que sejam compatíveis com elas, os mesmos acabam por não realizar as suas competências, deixando de responder às demandas que lhes são postas (CARDOSO & DOI, 2017, p. 56)

A ausência de aprimoramento das competências técnico-práticas fomentaram a utilização de valores pessoais e compreensões particulares na atuação profissional, embora essa seja uma questão já antiga na configuração da profissão. Simões (2005) constata que mesmo o Serviço Social brasileiro tendo recorrido à secularização da profissão na sua história e optado pelo marxismo na sua “redefinição” nos últimos anos, ainda é possível constatar valores religiosos implicados na sua prática profissional⁴⁰.

No momento de escolha pela formação em Serviço Social, as motivações que levam os indivíduos a ingressarem na graduação, segundo Simões (2005), são duas principais: em primeiro lugar, os valores - sejam eles de caráter político, religioso, relacionados à origem social ou de gênero. Em segundo, Simões (2008, p. 47) aponta que há uma busca de ascensão social pelos assistentes sociais, sendo considerada “a capacidade que o curso disponibiliza para aqueles que nele ingressam de acesso a um curso de nível superior e com formação de baixo custo”. Há ainda aqueles que conciliam ambas motivações: a afinidade com os valores

⁴⁰ Glaucio Soares prefacia a pesquisa de Simões (2009) sobre os estudantes de Serviço Social no Rio de Janeiro e constata que a influência “política” das escolas estudadas (de esquerda e fortemente ideológicas) parecem refletir mais nas preferências partidárias do que na internalização de crenças e valores políticos e ideológicos.

peçoais e o desejo por melhores condições sociais se combinam e justificam a escolha por um curso de baixo *status* social. Para o autor, esses valores de uma socialização primária não são abandonados no momento da prática profissional, mas reafirmados através desta e conformam uma relação entre as motivações, o perfil dos profissionais e a prática das/dos assistentes sociais.

A influência de valores religiosos na prática profissional tem relação com a fundação da profissão em escolas religiosas, já que configuraram, na análise de Simões (2005), um *ethos* profissional que utiliza como base a ideia de ajuda ao ser humano no agir assistencial profissionalizado. O problema da profissão se constituir desta forma é a existência de uma fronteira pouco definida entre o trabalho profissional e o voluntário. Se o assistente social é aquele *que ajuda*, isso o coloca no mesmo patamar de uma pessoa que se coloca à disposição de exercer uma atividade não-remunerada *no âmbito do cuidado*; logo, não é evidente a razão de sua existência e necessidade para a sociedade como profissão remunerada. Para Simões (2005), a ausência de *expertise* agrava esse processo, em que a indefinição do que é o Serviço Social e qual o seu âmbito profissional implica não somente em aspectos de reconhecimento social, como também incide diretamente na prática. Este cenário é propício para que, na análise do autor, valores e concepções religiosas (ditos “superados” em parte da literatura) continuem a fazer parte da prática profissional.

Outra característica particular da atuação da/do assistente social é o uso do trabalho emocional⁴¹ na sua relação com o usuário. Em sua pesquisa, Bolzan (2014) constata dois elementos principais que configuram um trabalho emocional na relação profissional especificamente nessa área: o contato direto e constante com os usuários (face a face ou voz a voz) e o contato emocional que interage e produz um estado emocional no outro (gratidão, emoção, alegria, medo, etc). Ainda que a profissão tenha se afastado do viés “assistencialista” que marcou a sua história, a representação social do Serviço Social é ainda “ligada ao cuidado (*care*), valorizando social e psicologicamente a interação presencial e, no limite, afetiva, com os usuários” (BOLZAN, 2014, p. 6). Sendo uma profissão que oferece serviços⁴², o trabalho da/do assistente social requer além do trabalho físico, isto é, são necessárias interações

⁴¹Sobre o conceito do trabalho emocional, este “consiste na administração do sentimento para criar uma fachada facial e corporal publicamente observável” (HOCHSCHILD, 2003, p. 7 apud BOLZAN, 2014, p.6). Formulado por Arlie Hochschild nos anos 1980, o conceito segue orientando diversas pesquisas e se tornou referência no campo de estudos da Sociologia das Emoções.

⁴² Bolzan (2014) pontua que as ocupações no setor de serviços estão relacionadas ao papel das mulheres no âmbito doméstico, em que são consideradas como menos qualificadas as atividades baseadas nos “atributos” femininos, como o amor, o cuidado e a paciência.

demandantes de esforço emocional. Simões (2008) percebe o estabelecimento de *elos morais* na relação entre os profissionais e a população usuária dos seus serviços. Como resultado de uma prática profissional de caráter personificado, os elos morais são gerados através de uma intervenção técnica somada à influência pessoal do assistente social e utilizados como instrumento da ação assistencial. Isso significa que mesmo em uma prática que seja dita como profissional, de competências técnicas e respaldo jurídico-legal, o trabalho dos assistentes sociais é rondado por valores e sentidos de ordem moral e emocional⁴³.

Desta maneira, na atuação das/dos assistentes sociais as emoções são administradas em nível de profundidade e fazem parte de sua rotina, mesmo que se busque manter uma racionalidade na relação profissional. Bolzan (2014) conclui que o trabalho emocional se constitui como parte da identidade da profissão, e, em um cenário em que as profissões com “atributos femininos” (como o trabalho emocional) são desvalorizadas e inferiorizadas, o reconhecimento do Serviço Social perante a sociedade não seria diferente⁴⁴.

Dito isto e apresentado os problemas que configuram a existência e a prática profissional do Serviço Social no Brasil, cabe agora verificar como essas questões rebatem na identidade e reconhecimento social das/dos assistentes sociais. De alguns pontos já levantados, foi possível demonstrar – ainda que brevemente – que a profissão se constituiu por mulheres e voltada a baixos estratos sociais, prevalecendo ainda relações personificadas que envolvem valores próprios em detrimento de técnicas profissionalizadas, com dificuldades de definição sobre a sua particularidade em relação ao mundo das profissões. De que maneira o Serviço Social se compreende e se apresenta à sociedade? Qual a perspectiva dos profissionais sobre a sua própria profissão e como é reconhecido – pelos usuários dos “seus” serviços, instituições empregadoras ou leigos de uma forma geral? Na tentativa de compreender a imagem da profissão, o próximo item se dedica a compreender processos de identificação das/dos profissionais e como eles são notados pelo conjunto da sociedade.

⁴³ O cotidiano nos espaços profissionais – compostos de situações de violência doméstica, injustiças sociais, pobreza, disputa de guarda, entre outros – exigem alto grau de gerenciamento emocional e podem provocar situações de estresse, exaustão emocional e esgotamento, causando debilidades à saúde das/dos assistentes sociais. Para Bolzan (2014), uma maior autonomia e reconhecimento no trabalho colaboram com menores níveis de desgaste emocional.

⁴⁴ Tal ponto gera a seguinte questão: considerando a importância da racionalidade no fundamento das profissões, isto é, de competências técnicas como um dos pilares que justificam e legitimam uma profissão, de que forma o uso do trabalho emocional compromete (ou qualifica) a existência do Serviço Social? Ainda que não seja possível respondê-la, cabe constá-la aqui para que proporcione estudos futuros.

3.3 A imagem do Serviço Social: uma relação entre identidade e reconhecimento social

A identidade tem sido objeto de discussão em variados campos, desde a filosofia, a psicologia e mais recentemente nas ciências sociais. Nesta última área, tanto a sociologia como a antropologia trouxeram o debate sobre a questão, olhando para o indivíduo como aquele que possui uma subjetividade construída culturalmente e socialmente. Rezende (2007, p. 30) analisa as concepções de identidade⁴⁵ nessas áreas e constata que elas remetem ao conceito de “uma relação de unidade entre indivíduo e grupo social, reconhecida socialmente – pelos afins e pelos outros – e com significado para o sujeito enquanto algo que o define subjetivamente”. Apesar de haver discussões sobre a ideia de identidade em distintas áreas, o Serviço Social esteve longe de se apropriar do tema para olhar a si mesmo, isto é, compreender a sua identidade profissional. Até pelo menos a década de 1990, foi notada por Heckert (1991) a ausência do tema na literatura especializada do Serviço Social, considerando que, até a produção do seu artigo, o debate contemporâneo não tinha abarcado as particularidades culturais que envolvem a profissão. O sujeito profissional não era, com frequência, objeto de estudo, estando a produção teórica mais voltada para uma discussão política e econômica. Já nos estudos mais recentes, é possível encontrar produções relevantes, que por conseguinte servirão de base para a discussão aqui presente.

Embora o tema da identidade não seja o objeto desta pesquisa, analisar o Serviço Social sem considerar a sua imagem perante a si e perante a sociedade seria insuficiente para compreender tópicos que contribuem no seu processo de *fragilização*. Há certa dificuldade em discutir a identidade profissional, considerando que o tema ainda não conseguiu ocupar um espaço significativo no debate da categoria (Silva, 1993). A identidade do assistente social, ainda segundo Silva (1993), tem sido colocada em xeque desde meados dos anos 1960 (durante o chamado “Movimento de Reconceituação”), em que era debatido o redimensionamento do papel e função da profissão. Entre as incertezas e falta de esclarecimentos sobre o *ser e fazer* profissional, uma das certezas que acompanham o Serviço Social desde o início da sua história é a *natureza feminina* da profissão, qualificada como um *trabalho de mulher*, feito – em sua maioria – por mulheres e também direcionado a outras mulheres. Por essa razão, o primeiro ponto a ser levantando sobre a identidade do Serviço

⁴⁵ Em seu artigo a autora sintetiza as compreensões sobre a ideia de identidade de relevantes autores das ciências sociais, como Goffman, Giddens, Bauman, Berger entre outros. Apesar de diferentes interpretações, Rezende reúne neste enunciado a convergência entre os autores.

Social é a sua marca de *profissão feminina*, tornando-se necessário relacionar qual o seu impacto no possível processo de *fragilização* da profissão.

Estabelecendo como pressupostos teóricos os estudos feministas e de gênero⁴⁶ para olhar o Serviço Social, o primeiro passo é desnaturalizar a concepção sobre a profissão como “aquela pertencente às mulheres”. Considerando que a sociedade em que vivemos tem como referência um modelo patriarcal, em que há papéis sociais estipulados para homens e mulheres e que atravessam a esfera privada até a pública, tem-se no âmbito do mercado uma divisão sexual do trabalho. Dessa forma, observam-se profissões tidas como femininas e outras masculinas – justificadas por um falso determinismo biológico – em que na lógica da supremacia dos homens sobre as mulheres, as profissões femininas, como o Serviço Social, saem perdendo⁴⁷. Estaria essa marca contribuindo no baixo reconhecimento social da profissão? Ou, pelo contrário, seria a ideia de uma profissão destinada às mulheres – que predispõem de adjetivos assistenciais naturais – uma salvaguarda do Serviço Social? Ou ainda: é possível que uma dessas questões seja afirmativa, contudo, não possuam relação alguma com o estatuto da profissão no mercado de trabalho? Em meio a tantos questionamentos, resta trazer o que a literatura oferece sobre o tema, para tentar identificar como a marca de gênero está presente na profissão nas últimas décadas e de que forma esta é compreendida pela categoria de assistentes sociais.

Discutir a identidade de uma profissão é um desafio, já que envolve dimensões da estrutura social e sua relação com os agentes que a constituem, ora a perpetuando, ora a modificando. A identidade profissional é, no ponto de vista de Heckert (1991, p. 57), um conjunto de elementos históricos e culturais, que, ao se relacionarem, “conferem um modo de pensar e agir profissional que se expressa através das representações e do exercício dos profissionais, identificando-os na sociedade”. A presença majoritária de um gênero na composição da categoria é um elemento da sua identidade, entretanto, isto dificilmente se constituiu como um problema para as/os assistentes sociais, considerando a carência de discussões sobre a segmentação do mercado de trabalho na profissão (Silva, 1993). Ainda é presente uma naturalização da mulher-assistente social, enquadrando a profissão como

⁴⁶ O termo gênero foi utilizado pelo movimento feminista para se referir à organização social da relação entre os sexos, demonstrando uma rejeição ao determinismo biológico (Scott, 1990).

⁴⁷ Legault (1991) afirma que a socialização das meninas durante o seu desenvolvimento contribui para o estabelecimento das bases de discriminação que depois se exercerão sobre as mesmas. Sendo socializadas para exercer papéis de “serviço”, ocupam a grande maioria do mercado de trabalho desse setor, onde encontram empregos com salários irrisórios, vantagens sociais escassas ou nulas, condições de trabalho precárias, etc.

feminina (como ocorre na Enfermagem, na Nutrição, Magistério, etc) junto as demais participantes dos *tradicionais guetos femininos*, isto é, aquelas profissões “socialmente dirigidas às mulheres” (Curado & Menegon, 2009). Considerando as profissões de nível superior citadas, a forte presença feminina demonstra que, mesmo se dirigindo a um universo fora do ambiente privado, as mulheres se inseriram em cargos que se relacionam com o papel que lhes é atribuído na família e na sociedade (Heckert, 1991). Implícito a essa escolha, está a ideia de vocação (que também tem relação com a influência da religião), em que as mulheres buscam as profissões socialmente indicadas para o gênero feminino e que ao se inserirem, reforçam valores sociais estabelecidos.

Antes de trazer os problemas relacionados à naturalização do feminino sobre o Serviço Social, é preciso antes apontar algumas ressalvas. Cabe considerar que foi através da profissionalização no Serviço Social que contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos, antes disso inacessíveis (Netto, 1992 apud Silva, 1993). Na década de 1930, o trabalho feminino no mercado de trabalho era considerado uma “anormalidade social”, já que se acreditava que isso traria a “desorganização e abandono do lar” (Velooso, 2001), e, quando presentes, eram direcionadas aos espaços permitidos ao cumprimento de sua função social⁴⁸. Assim sendo, a área social promoveu oportunidades para as mulheres que buscavam acessar o mercado de trabalho, em que poderiam exercer uma função “legítima” ao seu papel na sociedade, devido a uma “aptidão própria e natural”.

A legitimidade e aceitabilidade das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero, se dão pelo fato de esta profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera profissional, atividades semelhantes às que desempenhava na esfera doméstica. Era, portanto, uma saída das mulheres para a profissionalização com a atenuação dos preconceitos e da repressão (VELOSO, 2001, p. 85).

Ainda que tenha trazido vantagens para as mulheres no início do seu desenvolvimento, a definição do Serviço Social como feminino trouxe consequências que ainda estão presentes na configuração da profissão. A baixa remuneração e o desprestígio social⁴⁹ são algumas

⁴⁸ Moreira (1997) relata que nesta década haviam tentativas de controle em torno da delimitação dos espaços sociais permitidos à presença feminina. Era discutido onde a mulher "poderia" estar, mas, principalmente, "como" ela estaria, ou seja, havia uma atenção especial sobre as práticas das mulheres nos vários espaços onde ela poderia estar se fazendo presente de forma mais notável: praças, lojas, escritórios, oficinas, etc.

⁴⁹ Heckert (1991) analisa os salários dos profissionais de nível superior no ano de 1980 e aponta as seguintes diferenças: enquanto os homens desse grupo ganhavam 15,2 salários mínimos mensais em média, as mulheres do mesmo grupo recebiam apenas 6,1 salários mínimos. Segundo o documento do IBGE (2019) “Mulheres no Mercado de Trabalho” realizado com base nos dados da Pnad Contínua de 2018, a desigualdade salarial ainda é

destas, que também refletem a posição da mulher na sociedade (Heckert, 1991). Para Curado & Menegon (2009), a naturalização do feminino no trabalho social está relacionada à desvalorização, à não-monetarização, e à não-profissionalização existente nesse trabalho, o que pode justificar em parte a presença do trabalho voluntário nessa área. De forma geral, a segmentação por gênero no Serviço Social acarreta precarizações nas condições de trabalho, em que é possível notar

[...] salários mais baixos para a mulher no desempenho das mesmas atividades que o homem, pouco incentivo à ascensão funcional, concorrência desigual pela acumulação da dupla jornada de trabalho por parte da mulher, obstáculos para assumir cargos de chefia, etc. (SILVA, 1993, p. 23).

Sendo uma marca que traria prejuízos à profissão, considerando as suas consequências para o mercado de trabalho descritas acima, por qual razão o Serviço Social perpetua essa característica? Ora, em primeiro lugar, é preciso considerar que nunca se tratou de uma *escolha*, como realizada na definição de um projeto profissional ou de uma matriz teórica orientadora. Assim como não é o fato do Serviço Social contar com 92,2% de mulheres assistentes sociais⁵⁰ na categoria que o qualifica como uma *profissão feminina*. O Serviço Social se configura como tal por ser atribuído ao *universo feminino*: a ideia do cuidado, da tutela, do papel educativo – presentes no exercício profissional desde a sua gênese – remetem ao sentido materno, pois transfigurariam o *papel* da mulher do âmbito privado para o mercado de trabalho⁵¹. Em outras palavras, as *profissões femininas* são tidas como um desdobramento do papel da mulher na esfera privada, em que no campo assistencial ou educacional, a mulher daria vazão ao seu “instinto materno” (Pitanguy, 1982 apud Silva, 1993). Isso demonstra que:

[...] o fato da categoria profissional ser constituída de uma maioria de mulheres é encarado como um “fato natural”, não se percebendo que a própria escolha pela profissão pode ter sido condicionada pela socialização feminina que induz a busca de uma ocupação que corresponda a identidade feminina construída socialmente. (SILVA, 1993, p. 25).

um fator presente, em que as mulheres recebem 79,5% do rendimento médio total dos homens. Enquanto a média de rendimento total dos homens é de R\$ 2579, das mulheres é de R\$ 2050. Essa disparidade é maior entre as mulheres que possuem a escolaridade de nível superior, recebendo 64,3% de rendimento médio habitual em relação aos homens.

⁵⁰ Dados da PNAD de 2009 trazidos por Simões (2012).

⁵¹ A participação da mulher no mercado de trabalho é permeada, para Ferreti (1976), por discriminações que são fruto de um ideal conservador de feminilidade. Essa configuração é embasada pela *ideologia da privatização feminina*, em que a mulher deve evitar trabalhar se puder; e se não puder, quem entra em jogo é a *ideologia da discriminação sexual*, devendo a mulher se inserir em “ocupações femininas”. Ainda que o autor trate de uma outra conjuntura sócio-histórica, a concepção conservadora do papel da mulher ainda é presente na sociedade e exerce um efeito restritivo sobre a sua liberdade de opção profissional, estimulando a realização de “escolhas ingênuas”.

Considerando as relações de gênero entre o feminino e o masculino, Santos (2004) aponta que enquanto o papel do homem é relacionado ao mundo externo, racional, abstrato, a mulher cuida das *coisas do coração*, do particular, das pessoas, sem envolver o dinheiro, poder ou prestígio. Assim, cabe à mulher as áreas que exigem emoção e um “trato humanitário”, o *cuidar dos problemas sociais*, do outro. Se o trabalho da mulher na esfera doméstica se constitui como não produtivo, desqualificado e não remunerado, configurando-se como um trabalho invisível e indizível (Santos, 2004), a sua extensão para o espaço público terá outro reconhecimento? Ainda que a profissionalização do Serviço Social tenha se enquadrado em “leis universais” do mundo das profissões, a sua existência é motivada e fortemente ancorada no *papel feminino do cuidado*, mesclando o campo da racionalidade com o das emoções.

Por essa razão, é possível questionar: seria o uso das emoções a razão do baixo reconhecimento do Serviço Social? A literatura presente responde que sim e não. Embora o *cuidado* implícito na ação profissional tenha ligação direta com o mundo do feminino e sua invisibilização, é através dele (e das emoções de forma geral) que justificam (ou justificaram, num primeiro momento) a existência da profissão, a sua razão de ser. Antes de tomar uma opção por qualquer projeto político societário, o Serviço Social *nasceu para ser uma atividade assistencial*, isto é, foi requerido para atuar frente a uma demanda existente.

O que está, de fato, imbuído na ação assistencial, é uma representação do feminino, do que compete ao *mundo da mulher*, como o cuidado, a doação, a priorização do outro. Por esse motivo, existe um acoplamento *mulher-Serviço Social*,⁵² que na visão de Santos (2004), é entendido como um suporte de demarcação da especificidade⁵³ da profissão. Para além de uma característica, essa dimensão discrimina um “signo de identificação do campo profissional, [em que] o feminino funcionaria como base das representações e da legitimidade

⁵² Sobre a presença de homens assistentes sociais, Simões & Zucco (2010) demonstram que, mesmo estando em carreiras femininas, esses profissionais preservam traços da identidade masculina no interior de suas famílias, caracterizando-se como “provedores” no âmbito privado. Como estão submetidos a um padrão de mercado feminino, esses assistentes sociais buscam outras atribuições não-femininas (tornar-se gestor ou professor) ou ampliar a jornada de trabalho para a manutenção da função de “provedor”, reforçando uma masculinidade em meio à subalternidade e feminilidade da profissão.

⁵³ Analisando a história do Serviço Social no Canadá através do artigo de L. Groulx (1995), Santos (2004) relata a conclusão do autor: a *feminilização* do Serviço Social (o aumento do contingente de mulheres e a influência da *ideologia vocacional feminina*) é mais forte nos períodos em que as atividades profissionais são mais *fragilmente reconhecidas*, registrando-se um aumento de *desprofissionalização* e uma maior aproximação social com movimentos conservadores inspirados no catolicismo social. Esse cenário leva o autor à hipótese de o *vocacional feminino* funcionaria como um *capital de legitimidade necessário ao exercício da profissão*. A observação de Groulx é pertinente para pensar a profissão no cenário brasileiro e a discussão aqui realizada, em que é possível questionar até que ponto a demarcação de gênero contribui (ou desfavorece) com a legitimação da profissão, e, por conseguinte, de que forma ela influencia numa possível *fragilização* do Serviço Social.

do assistente social, enquanto que sua diluição num espaço não *generificado* poderia colocar em risco a própria identidade do profissional” (SANTOS, 2004, p. 159).

Sobre a gênese do Serviço Social, Veloso (2001) relata que a profissão nasceu em meio à Ação Social da Igreja Católica, que tinha interesse de afastar o proletariado de “influências subversivas”. As mulheres eram recrutadas porque tinham na sua figura a *vocação natural* para as tarefas educativas e caridosas, *dotadas* de grande paciência e sensibilidade para atuarem mediante as crianças, os “fracos” e os doentes. Essas qualidades consideradas naturalmente femininas foram usadas como justificativa para a inserção de mulheres no trabalho social, as quais também se identificavam e se autoafirmavam com as características requeridas para serem assistentes sociais, demarcando uma via de mão dupla, isto é, representações que se alimentavam entre si. Dessa forma, “as mulheres foram absorvidas no Serviço Social porque as representações que se tinha delas afinavam-se com o perfil requerido para o sujeito profissional” (VELOSO, 2001, p. 81) e na outra via as mulheres assistentes sociais possuíam valores que desejavam inculcar às famílias as quais atendiam.

Todavia, a influência da religião na profissão não se limitou a este período. Analisando o Serviço Social na Europa, Simões (2005) relata que ainda que a profissão tenha surgido em um momento de modernização e secularização, as Igrejas (especialmente a Católica) se utilizaram da profissão como resposta a esses movimentos para a recuperação da sua legitimidade e poder. Ao passo que a forma de lidar com as massas se altera, “a religião tornou-se, na sua expressão interior e subjetiva, uma matéria de crença pessoal e, na sua expressão exterior e objetiva, a demonstração de cuidado pessoal (*personal caring*) com outras pessoas” (SIMÕES, 2005, p. 45).

Sobre o Serviço Social estadunidense, Simões (2005) indica que a profissão surgiu vinculada às *Charity Organizations Societies* – COSs e decorreu de um treinamento que qualificava a atividade caritativa ao nível de atividade profissional. Na América Latina, o Serviço Social foi concebido não só como uma profissão, mas como uma *vocação*, em que a aliança de conhecimentos técnicos e amor na atuação promoveriam ajuda e orientação aos visitados (Manrique Castro, 2011). Assim, a profissão requeria

uma entrega incondicional e de um espírito de sacrifício no cuidado, tanto do corpo quanto da alma. Era um tipo de prática que já tentava instrumentalizar os valores e virtudes cristãos com elementos técnicos

e “científicos”, visando obter um desempenho mais eficaz na prática assistencial (SIMÕES, 2005, p. 47-48).

Ainda que o Serviço Social brasileiro tenha recorrido à sua secularização na sua história, Simões (2005) constata que as/os assistentes sociais ainda atribuem sentidos e valores religiosos à prática profissional. Por ter nascido junto à Igreja, os princípios religiosos imprimiram na profissão um *espírito de apostolado*, configurando uma profissão a ser exercida por mulheres devido a uma *vocação* relacionada ao cuidado, à tutela, à ajuda (Lisboa, 2010). A opção pelo marxismo na “redefinição” da profissão não alterou as características de viés religioso implicadas na sua prática⁵⁴, mas atribuiu ao Serviço Social à defesa por um novo projeto de sociedade.

Além de ser um objetivo inalcançável para um projeto profissional, esse direcionamento político desacompanhado de uma proposta técnica para o exercício profissional resulta em assistentes sociais *militantes*, contudo, sem preparo prático para agir na realidade social. Como consequência desse processo, está a queixa dos assistentes sociais sobre a falta de “articulação entre teoria e prática” quanto à formação e atuação profissional (Gentilli, 2006).

A identidade profissional do Serviço Social, para além dos problemas já citados, ainda carece de reconhecimento entre as/os próprios assistentes sociais. É o que mostra Gentilli (2006) ao tratar da inserção destes no mercado de trabalho, que, segundo a autora, ao ocuparem cargos de comando e direção e terem modificada as funções que desempenham, os profissionais tendem a negar a identidade de assistentes sociais. É como se o profissional que está na execução das políticas sociais – na linguagem comum, “na ponta” – tivesse uma maior identificação com a profissão do que aqueles em cargos mais altos. A autora conclui que esse comportamento “acaba por reforçar o ‘status’ de profissão desvalorizada social e

⁵⁴ Uma pesquisa realizada por uma equipe do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 1995 intitulada “Serviço Social: trajetórias e perspectivas” constatou, segundo um trecho retirado da pesquisa de Simões (2005), uma *démarche* religiosa no pensamento e nas atividades dos assistentes sociais. A nota dos autores: “seria extremamente frutuoso empreender uma análise que revelasse a matriz religiosa do pensamento (e das atividades) que, apesar de todos os esforços, ainda se faz presente na categoria. A forma, por exemplo, de apegar-se exclusivamente a autores considerados **ortodoxos** e a de banir os **heterodoxos**; a necessidade de reverenciar ou recorrentemente citar alguns personagens alçados a condutores políticos dos AS que os levarão por caminhos corretos, sem ressalvas; a detecção das mais desabridas ou sutis formas de patrulhamento ou exclusão de pessoas e ideias; as concessões de **áreas demarcadas** para a manifestação de uma **democracia controlada** que não ponha em risco a hegemonia; a “**profissão de fé**” que escorrega para dentro dos currículos e que carimba as universidades; a **utilização catequética**, fragmentada e reducionista de termos teóricos que perdem sua virtude conceitual, para funcionar como elementos sinalizadores de uma linguagem de reconhecimento de posições seriam, ao lado de tantos outros, tópicos importantes a serem destrinchados nessa análise” (DIEESE, 1995, p. 20, nota 5, negritos do original, apud SIMÕES, 2005, p. 148).

salarialmente” (GENTILLI, 2006, p. 52). A negação da identidade profissional se estende também aos cargos que tem outra denominação que não a de *assistente social*, mas mantém relação com a profissão, como os professores de Serviço Social nas universidades, por exemplo. Gentili (2006, p. 52) observa que “tais profissionais preferem o reconhecimento e a identidade derivados do cargo à da profissão”.

Segundo a perspectiva de Dubar (2009), a identidade pode ser compreendida como um processo dual que envolve as identificações atribuídas pelos outros e também pelas identificações reivindicadas por si mesmo. É a relação entre a “identidade por outrem” e a “identidade para si” que constituem a noção de formas identitárias, ou em outras palavras, uma configuração identitária. Neste sentido, o Serviço Social administra em si uma tensão existente na sua “apresentação identitária”: o baixo reconhecimento pelo conjunto da sociedade, ou nas palavras de Larson (2013), dos leigos, se alia em certa medida à compreensão polimorfa (ou incompreensão) da própria categoria sobre a sua identidade. Faleiros (1997) afirma que devido ao modelo fixo e rígido para compreender a realidade colocado pela instituições de formação criou-se um reducionismo, isto é, a redução da totalidade a uma única visão, mesmo que essa seja chamada de *totalidade*. Nesse processo, há uma negação da especificidade do Serviço Social em prol da “apreensão da totalidade”. Para o autor, é possível notar uma crise de identidade na profissão, onde “boa parte dos assistentes sociais não sabem quem são, o que fazem e nem o que devem fazer, ficando, assim, ao sabor das estratégias definidas de fora da profissão, pelas instituições” (FALEIROS, 1997, p. 87).

O detrimento da *dimensão técnico-operativa* contribuiu, assim, com o baixo reconhecimento do Serviço Social. Isto porque é notável a desvalorização da atuação *técnica* da profissão, em que faltam indicações mínimas para a elaboração de laudos, pareceres, relatórios e outros registros profissionais (Martins, 2017). Para o autor, os documentos profissionais “são a forma de materializar aspectos particulares da intervenção do assistente social” (MARTINS, 2017, p. 80). Ainda que o próprio CFESS tenha elaborado várias orientações quanto aos instrumentos de intervenção, a formação subestima essa dimensão em comparação às demais⁵⁵, fator que tem relação direta com o reconhecimento e formação da identidade do Serviço Social. A assunção de uma nova posição política resultou, na visão de Silva (1993), no ideário de um *novo* assistente social, com outros princípios, e também com

⁵⁵ A obra organizada por Santos, Backx e Guerra (2012) conta com diversos capítulos que discutem a sensação de despreparo para o exercício profissional em decorrência da insuficiência das discussões quando às capacidades técnico-operativas na formação profissional.

outra identidade. A partir de então, o que afirmaria a profissão – perante a si e a sociedade – e determinaria a conduta profissional seria a sua *visão de mundo* e a sua *consciência política*.

Em um contexto de mudanças e transformações, as profissões e ocupações são afetadas por incertezas e reviravoltas, isto é, passam por uma carreira atravessada por crises. Dubar (2009) avalia que quando são confrontadas por problemas de definição de si e de reconhecimento pelos outros, as profissões vivenciam *crises identitárias*: são desestabilizadas as formas anteriores de representação e ação, isto é, as antigas identidades profissionais, e também as profissões em processo de reconhecimento, isto é, que reivindicam um estatuto.

Considerando o exposto sobre os processos de constituição de identidade do Serviço Social e o seu reconhecimento, é possível constatar que acompanham a profissão “turbulências” sobre o seu *ser e fazer profissional*. No próximo capítulo, será possível verificar como a *fragilização* discutida pode ser percebida a partir dos dados das PNADs de 2001 e 2015, observando como ocorre a inserção do assistente social no mercado de trabalho nessa passagem temporal. A investigação a seguir busca avaliar um possível enfraquecimento da presença da/do assistente social nos postos de trabalho, seja por vias de uma inserção precária ou a própria ausência de uma inserção profissional.

Por fim, cabe ressaltar o desafio de investigar uma profissão como o Serviço Social no nosso país. Sobre a produção acadêmica da profissão, Soares (2012) aponta que o Serviço Social não é área do conhecimento voltada para a pesquisa, tendo em vista que de todos os cursos do país que informaram suas bibliografias à Capes em 2006, nenhum destes citavam *a pesquisa* ou questões relacionadas, como o uso de métodos quantitativos ou qualitativos. Além disso, nem a própria profissão (ou seus estudantes) é mérito de investigação, considerando que os temas mais abordados nas bibliografias são relacionados ao *lemma* Marx (e marxismos) com 90 referências, seguido por capital com 39 menções, e em terceiro o *lemma* ideol, com 19 menções. Para o autor, a omissão de temas relevantes para o Serviço Social e a repetição de afirmação ideológicas impedem a criação de conhecimento e inovação para o país, além de dificultar a afirmação da área como uma disciplina universitária “de verdade”. Deste modo, a proposta de pesquisa aqui apresentada tem como perspectiva romper com o padrão repetitivo e gerar conhecimento sobre a própria profissão, superando a “zona de conforto” típica da pesquisa em Serviço Social.

4. AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO PARA AS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: UMA PROFISSÃO EM RISCO?

A partir da década de 1990, o neoliberalismo obteve avanços no Brasil mediante ajustes que inseriram o país na dinâmica da nova ordem do capitalismo global. Antunes (2015) identifica nesse processo uma significativa reestruturação produtiva em praticamente todo universo industrial e de serviços, que tem como uma de suas consequências a reterritorialização e desterritorialização da produção. Para além do mundo produtivo, os serviços públicos – como saúde, educação, energia, previdência – também sofreram uma reestruturação para se adequarem à máxima de *mercadorização*, afetando fortemente os trabalhadores do serviço estatal e público.

Na década de 2000, como consequência sócio-histórica desses ajustes e do processo de reestruturação produtiva, forma-se uma *nova precariedade salarial*. Alves (2013, p. 139) conceitua o termo como as “novas condições de exploração da força de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas”. Segundo o autor, esta nova morfologia do trabalho é baseada na regulação salarial através de contratação flexível, gestão e organização da força de trabalho sob o espírito do toyotismo, além de uma nova base técnica informacional da produção.

Ainda segundo Alves (2013), a precarização do trabalho no Brasil se caracterizou, em síntese, pela demissão incentivada (especialmente nas empresas públicas que foram privatizadas), terceirização e degradação das condições de trabalho e salário, além da redução de benefícios e direitos trabalhistas. Esse debate, embora seja relacionado ao setor privado, tem suas nuances também no setor público.

Com a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciada em 1995, foram estabelecidas todas as diretrizes para a implementação de um Estado Gerencial. Analisando esse processo, Druck et. al (2018, p. 118) relata que essa reforma, ancorada em princípios neoliberais, definiu três áreas de atuação:

- i) as atividades exclusivas do Estado, constituídas pelo núcleo estratégico; ii) os serviços não exclusivos do Estado (escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais, entidades de assistência aos carentes, museus, orquestras sinfônicas, entre outras), que deveriam ser publicizadas; e iii) a produção de bens e serviços para o mercado (retirada do Estado por meio dos programas de privatização e desestatização). Fora das atividades principais, estão as “atividades ou serviços auxiliares” (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, entre outras), que deveriam ser terceirizadas, submetidas a licitação pública.

Cabe lembrar que, entre esses campos, o Serviço Social se inseria nos serviços que não são exclusivos do Estado, mas que em alguma medida são executados por ele: os hospitais, as escolas e especialmente as entidades de assistência social. Por conseguinte, outros processos incentivaram e legalizaram a terceirização de atividade-fim no serviço público, conforme mostram Druck et. al (2018): a Lei no 9.637/1998, que estabelece a subcontratação pelo Poder Executivo de Organizações Sociais e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, que tem como objetivo principal o controle das contas públicas, que leva a redução das despesas com o funcionalismo público. Ainda segundo as autoras, tal lei inibiu a realização de concursos públicos e incentivou a terceirização, pois as despesas com a subcontratação de empresas, contratação temporária, emergencial e de comissionados não são classificadas como “pessoal”.

4.1 Os ajustes neoliberais e o Serviço Social: mudanças societais que afetaram a profissão

No que tange diretamente a categoria de assistentes sociais, a implementação do Programa Comunidade Solidária (1995-2002) no governo FHC é um exemplo de terceirização de serviços públicos às organizações sociais da época. Peres (2005) coloca que Ruth Cardoso, a primeira-dama que gerenciava o programa, acenava para a colaboração das ONGs numa estratégia de *mobilização solidária*, em *rede*, buscando o apoio à administração pública daqueles que “tinham essas vivências em comum”.

Segundo a autora, o atendimento de algumas políticas sociais tinha o caráter universal (a saúde, por exemplo), outras eram focalizadas (o combate ao analfabetismo). A área social se tornou alvo da reforma gerencial, em que partes significativas dos serviços sociais foram transformados em entidades públicas não-estatais.

Junto a estes processos, há o incentivo do trabalho voluntário, regulamentado na mesma lei (n. 9637 de 15 de maio de 1998) que dispõe sobre a qualificação das entidades como organizações sociais. Na análise de Peres (2005), a lei 9637/1998 veio atender o Programa Voluntários (criado pelo Conselho da Comunidade Solidária), para captar cidadãos que “motivados pelos valores de participação e solidariedade”, estavam dispostos a obter “realização pessoal” ou “dever cívico”. Através disso, as vulnerabilidades sociais foram tomadas como responsabilidades individuais e tratadas com base na solidariedade.

Cabe lembrar os perigos existentes na prática do voluntariado concomitante (ou em substituição) ao atendimento profissional. Como já tratado no capítulo um, entre os critérios

que levam ao reconhecimento de uma profissão dentro do paradigma weberiano são o credenciamento e conhecimento especializado. No momento em que a Comunidade Solidária é instituída e legitimada pelo Estado – o mesmo órgão que valida o Serviço Social – há uma instabilidade quanto à necessidade da profissão para a sociedade. Neste contexto, há uma equiparação entre o *amador* e o *profissional*, em que a distinção necessária se dissolve e os dois polos são colocados no mesmo patamar.

Mediante esse contexto, Rose Serra (2000) publica o livro *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*, analisando os dados empíricos da profissão no estado do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a conjuntura da década de 1990 apontava um *redimensionamento de algumas profissões*, resultante de uma crise no seu perfil e no seu significado social. Esse período apresentava expressões de uma *crise de materialidade* vinculada ao serviço público estatal, isto é, indicações de redução da sua institucionalização no Estado, derivadas do desemprego e poucos concursos públicos para a área. Além disso, a autora aponta um aumento na precarização das condições de trabalho e uma fragmentação na absorção de assistentes sociais nesse setor.

Considerando as transformações do mundo do trabalho, ligadas ao avanço das tendências neoliberais no Estado (e sua reforma) e da reestruturação produtiva, Serra (2000) também teve como intuito estabelecer possibilidades para o futuro do Serviço Social. Na sua perspectiva, os avanços tecnológicos promovidos pela era informacional e pela reestruturação produtiva poderiam ainda descartar a necessidade da/do assistente social enquanto *mediador da prestação de serviços sociais*. Neste sentido, haveria tendências de modernização nos mecanismos de concessão de direitos e benefícios, logo, a prática do Serviço Social neste meio perderia sentido e sustentação. Assim, restaria ao Serviço Social como “saída” a formulação, a gestão e o controle desses serviços nos órgãos estatais.

Outro risco considerado pela autora seria o Serviço Social se transformar no mercado de trabalho “numa profissão de nível médio, em termos de sua utilidade social e valorização salarial, ainda que continue com o estatuto legal de nível superior” (SERRA, 2000, p. 160). Considerando diversos fatores tocantes à profissão, como o seu campo de intervenção ser a área social – que não é especificidade de nenhuma profissão, ou a ausência de instrumentos que respondesse às demandas do mercado, Serra (2000) cogita uma série de “reformas” no interior da profissão para que essa não esteja fadada às possibilidades aqui apresentadas.

Os governos subsequentes ao período FHC trouxeram outros cenários para as/os assistentes sociais, em que a área social, especialmente a assistência social, ganhou espaço e primazia de atenção nos governos petistas. É relevante ressaltar que a estabilidade monetária

era tida como a ação estruturante do primeiro governo de Lula, o que levou a manutenção de reformas liberais instituídas no governo anterior (Sallum Jr. & Goulart, 2016).

Na análise de Sallum Jr. & Goulart (2016), o liberalismo econômico se manteve no mandato de Lula, mas perdeu o vigor reformista, especialmente o proveniente da corrente neoliberal. Para estabelecer uma convergência com as posições originais do Partido dos Trabalhadores, foram implementadas uma série de políticas que visavam democratizar o acesso a bens e serviços públicos, além da abertura de novos canais de ascensão social. Os autores pontuam que além do aumento da renda real dos cidadãos já incluídos, foi ampliada a cobertura a todos os brasileiros situados abaixo da linha da pobreza.

Nesse contexto, é implementado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), que significou uma organização e efetivação das determinações da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (lei nº 8.742/1993) sobre esta política. Incluída como uma das proposições fundamentais, a *descentralização* teve como intuito a divisão de poderes não só entre as esferas federais, estaduais e municipais, mas o partilhamento com os conselhos na construção de um controle social. Ainda que a assistência social fosse um dos campos mais tradicionais e persistentes do exercício profissional do Serviço Social, a implementação do SUAS ampliou as possibilidades de trabalho através dos novos equipamentos ocupacionais – CRAS e CREAS (Raichellis, 2010).

Desta maneira, a descentralização envolveu um processo de municipalização⁵⁶, com um fortalecimento a nível local do poder decisório sobre a assistência social, além da estrutura e de agentes de atuação. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH aprovada 2006 definiu os princípios e diretrizes para os trabalhadores da assistência social, estabelecendo as equipes de referência necessárias para os atendimentos. Neste sentido, as/os assistentes sociais foram requisitados para a existência dos serviços, devendo os estados e municípios buscarem a sua adequação.

Cabe ainda pontuar que a estruturação do SUAS incorporou outros/as profissionais de nível superior: psicólogos/as, administradores, sociólogos/as, economistas, jornalistas. Ainda que a assistência social seja o âmbito de atuação principalmente dos graduados em Serviço Social, a inserção de outras formações demonstra o já citado por Serra (2000): o social não é especificidade de nenhuma profissão.

⁵⁶ Jovchelovitch (1995, p. 45) define a municipalização como “a passagem de serviços e encargos que possam ser resolvidos mais satisfatoriamente pelos municípios. É a descentralização das ações político-administrativas, com a adequada distribuição de poderes político e financeiro. É desburocratizante, participativa, não-autoritária, democrática e descentralizadora do poder e pode ser visto sob três aspectos: sociológico, político e jurídico”.

Tal processo histórico se configura relevante para a análise sobre as/os assistentes sociais porque proporcionou, aparentemente, um nicho de mercado (o qual já existia, mas ampliou a requisição) para a categoria desses profissionais. Ainda que o SUAS seja um sistema construído em parceria com a sociedade civil, foi através do Estado (resoluções e documentos) que ele se organizou e demandou profissionais para a sua concretização.

De forma geral, é considerado que o governo Lula realizou iniciativas que tinham por finalidade a melhoria das condições e relações de trabalho no serviço público (Sória, Silva & Gomes, 2012). Ainda assim, os autores pontuam que permaneceram traços de continuidade em relação ao governo Cardoso (como em relação à previdência social), marcando posições de ambiguidade. Contudo, em linhas gerais:

Houve um esforço de recompor os quadros do funcionalismo público em áreas específicas, como a do ensino superior e técnico/tecnológico. Várias carreiras foram beneficiadas e puderam contar com concursos públicos (ainda que, na maioria dos casos, o número de servidores ainda esteja aquém do necessário). Registra-se também um empenho na (re)organização de inúmeras carreiras e de iniciativas no campo da qualificação dos servidores (SÓRIA, SILVA & GOMES, 2012, p. 179).

Em contraste aos avanços aqui relatados, Filgueiras (2011) aponta que as administrações municipais encontram obstáculos frente às proposições do SUAS: há limitações de recursos e restrição à contratação de funcionários para o quadro efetivo. Ainda que o recurso humano seja altamente demandado no funcionamento dos sistemas de proteção social, a autora relata que os governos na prática recorrem a estratégias de contratos temporários de parte importante dos técnicos, o que limita a capacidade operacional dos órgãos gestores e prejudica, de forma geral, a execução da política. Há ainda o tensionamento em muitos municípios entre as exigências técnicas de profissionais e a manutenção de gestores alocados por razões políticas, sem formação ou trajetória profissional adequada para a função.

Sobre a situação de trabalho dos profissionais no SUAS, Raichelis discorre (2010, p. 758):

[...]afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros. No âmbito do Serviço Social, intensifica-se a subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Embora a implementação do SUAS seja um contexto aparentemente favorável ao Serviço Social enquanto profissão, concomitante a ele estava não só as reformas de Estado, mas também a criação do Sistema Universidade Aberta⁵⁷ do Brasil – UAB em 2006. Segundo Martins & Amaral (2011), o modelo da UAB se utiliza da Educação a Distância e do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) nas práticas educacionais. A pesquisa dos autores sobre o período de 2006-2010 revelou um processo de massificação do ensino superior no Brasil através da Universidade Aberta, em que muitas vagas foram oportunizadas mediante baixos custos, tornando a qualidade da educação questionável por especialistas. E de que forma esse processo abrange o Serviço Social?

Para a profissão, o cenário não é diferente: há uma expansão da oferta de cursos de Serviço Social na modalidade do Ensino a Distância. Na visão de Pereira (2012, p. 31), o EaD se constituiu como uma via privilegiada

[...]para ampliar o acesso ao Ensino Superior sem aumentar gastos estatais de forma considerável, elevar as estatísticas do país, fortalecer o mercado educacional e, ainda, difundir junto à população um forte consenso em torno da ideia de ascensão social via educação superior, sem tocar nas bases estruturantes da desigualdade no país.

Segundo a pesquisa de Monte et. al (2015) com os dados do INEP/MEC (2010-2013) sobre os principais cursos oferecidos EaD, o Serviço Social ocupa a terceira posição, ficando atrás apenas dos cursos de Administração e Pedagogia. Os autores constatam ainda que as vagas oferecidas no EaD tiveram um crescimento acelerado nesse período e foram superiores à aquelas ofertadas no ensino presencial. Cabe pontuar ainda que não somente as vagas, mas também o ingresso de estudantes foi superior, o que pode indicar uma tendência de mais profissionais formados nessa modalidade no futuro.

Sobre esses cursos do Ensino a Distância na profissão, Pereira (2012) pontua que a formação é restrita ao ensino tutorial – sem o desenvolvimento de pesquisa e extensão; os professores mestre e doutores são substituídos por tutores, gerando uma desvalorização do trabalho docente; e ainda é preocupante a qualidade da formação sobre o desenvolvimento de uma análise crítica sobre a sociedade. Para a autora, o EaD como uma forma de *democratização do acesso* é uma falácia, pois demonstra ser “um acesso fragilizado, desqualificado, segmentado por camadas sociais, discriminatório, e que, por fim, precarizará e

⁵⁷ Segundo Martins & Amaral (2011), a expressão “universidade aberta” diz respeito ao estudo realizado em casa (livre acesso), a produção de materiais por especialistas, o sistema de orientação e acompanhamento dos discentes, o número significativo de matrículas e formas de economia nos gastos com a educação superior.

desvalorizará ainda mais a profissão e a área social” (PEREIRA, 2012, p. 45). Neste sentido, o EaD se revela preocupante não só por indicar uma aparente formação em massa de assistentes sociais, mas também por estabelecer uma precarização dos profissionais de Serviço Social desde a sua formação.

Considerando os processos sociais vivenciados pelo Serviço Social até aqui, que ora indicaram retrocessos para a profissão e por outrora também avanços, não é possível realizar constatações sem a execução de uma profunda investigação. Ainda que existam avanços, os pontos apresentados revelam um cenário de fragilidades para a participação da/do assistente social no mercado de trabalho. Seriam tais processos suficientes para representar uma *fragilização* do Serviço Social, isto é, uma inserção precária no mercado de trabalho, ou ainda a ausência de inserção profissional?

4.2 Metodologia

A investigação realizada, para além do levantamento bibliográfico realizado nos capítulos um e dois, apresenta neste capítulo final os dados que expressam uma resposta para o problema proposto: *estaria o Serviço Social sofrendo um processo de fragilização?* De maneira a obter uma leitura de realidade sobre a profissão nos últimos anos, se utilizou análises quantitativas (estatística), tendo como fonte os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad. Para avaliar mudanças no perfil profissional e, especialmente, das características de vínculo e condições trabalhistas, será estabelecido um comparativo entre as PNADs de 2001 e 2015, utilizando o mesmo parâmetro de variáveis.

A escolha por tal período é reflexo dos apontamentos trazidos na literatura, que indicariam processos de mudança do Serviço Social em face das reformas e ajustes de cunho neoliberal. Considerando que esses fatores tiveram início nos anos 1990 e levaram alguns anos para materializar seus efeitos, uma década possibilitaria as expressões desse processo⁵⁸. Para trazer dados mais próximos da realidade e realizar o comparativo, mantendo os mesmos parâmetros, os dados da Pnad 2015 foram escolhidos por ser a fonte mais recente com as informações requeridas.

⁵⁸ Um exemplo é o livro de Serra (2000), trazendo resultados após de uma década de avanços neoliberal.

No processo de escolha das variáveis, foram consideradas aquelas que identificavam a composição do perfil profissional, como sexo⁵⁹, raça, estado civil, faixa de idade, etc. Para análise sobre o trabalho das/dos assistentes sociais, serão consideradas variáveis sobre os vínculos empregatícios, os campos de atuação (esferas e setores) e a valorização monetária (estabelecendo um comparativo não só entre os anos, mas também entre outras profissões).

Os dados foram tratados com auxílio do orientador desta pesquisa, Professor Pedro Simões, através dos programas SPSS⁶⁰ e Excel e tiveram como passos a criação de um banco de dados, o cruzamento das variáveis e alguns cálculos estatísticos. Foram utilizados testes estatísticos – teste de amostra independente, Pearson Qui-Quadrado e Fisher – para verificar se as diferenças entre os períodos (2001-2015) foram *estatisticamente significativas*. Os testes estatísticos verificaram o índice de probabilidade de erro, que deve ser menor a 0,05 ($p < 0,05$), para validar a falseabilidade da hipótese nula (H_0). Por essa razão, todos os dados que foram colocados à comparação temporal, foram submetidos a testes de hipóteses.

O objeto de análise são as/os assistentes sociais com nível superior, em que foi utilizado um filtro de seleção devido ao expressivo número de *assistentes sociais*⁶¹ sem essa escolaridade. Outro filtro utilizado foi em relação à idade, sendo selecionada a faixa maior de 18 anos e menor igual a 65 anos. Tal período foi selecionado considerando a idade mínima para a inserção no mercado de trabalho e a idade que possibilita a aposentadoria. Por fim, a amostra contou com o total de 311 assistentes sociais, sendo 101 correspondente à 2001 e 210 correspondente ao ano de 2015. Tais números, ao serem transfigurados para a projeção do peso da pessoa, estimaram que em 2001 existiam 73.700 assistentes sociais no país, já em 2015 a estimativa foi de 196.378 assistentes sociais. O índice de aumento (2,7) comparado com outras dez profissões aleatórias⁶² não denotam nenhuma significância, considerando a proximidade dos índices, significando assim que o número de assistentes sociais formados acompanhou o aumento de outras profissões.

⁵⁹ Embora o termo não seja adequado para distinguir a identidade feminina/masculina, será utilizado conforme descrito nos microdados.

⁶⁰ *Statistical Package for the Social Science*.

⁶¹ Pessoas que se identificam como assistentes sociais, porém não possuem a formação em Serviço Social.

⁶² Os profissionais escolhidos e os índices de aumento, do maior para o menor foram: Psicólogos (11,8), Enfermeiros (3,8), Economistas (2,8), Assistentes sociais (2,7), Advogados (2,5), Educadores (2,3), Jornalistas (1,7), Sociólogos (1,4), Médicos (1,3) e Engenheiros (0,3).

4.3 Universo de análise: perfil sociodemográfico dos pesquisados

Em primeiro lugar, antes de adentrar no perfil escolhido para objeto de análise, é relevante demonstrar e discutir sobre aqueles que não se enquadram no universo da pesquisa mas revelam algo sobre a profissão: os *assistentes sociais* sem nível superior.

Tabela 1 - Assistentes sociais com e sem nível superior e sua variação

Posição conforme o maior índice no ano de 2015	Ocupação que exercia no trabalho na semana de referência	2001		2015	
		Nível superior completo	Sem nível superior/ Superior Incompleto	Nível superior completo	Sem nível superior/ Superior Incompleto
1º	Assistentes Sociais	61,1%	38,9%	67,7%	32,3%
2º	Educadores/as	68,0%	32,0%	73,4%	26,6%
3º	Economistas	87,9%	12,1%	82,1%	17,9%
4º	Jornalistas	70,3%	29,7%	85,7%	14,3%
5º	Enfermeiros/as	62,2%	37,8%	98,1%	1,9%
6º	Advogados/as	98,9%	1,1%	98,6%	1,4%
7º	Engenheiros/as	90,6%	9,4%	98,9%	1,1%
8º	Psicólogos/as	100,0%	-	99,0%	1,0%
9º	Médicos/as	98,4%	1,6%	99,8%	0,2%
10º	Sociólogos/as	100,0%	-	100,0%	-

Em primeiro lugar, cabe considerar que há uma possibilidade de imprecisão do registro, visto que no processo de coleta podem haver inconsistências e essas informações não foram filtradas. Neste sentido, os dados acima sugerem que, entre as dez profissões selecionadas⁶³ aleatoriamente, são as/os assistentes sociais que contam com a maior taxa sem

⁶³ É preciso fazer uma ressalva: o Serviço Social estar numa posição inferior às outras profissões não significa que estas estão isentas de processos de precarização, proletarização ou desprofissionalização. A tese de doutorado de Prates (2018) sobre as profissões no Brasil revela que a partir da década de 1990 o sistema de profissões no Brasil se tornou mais instável e fragmentado. O diploma passou de *suficiente a necessário* para acesso ao estrato profissional, nem sempre garantindo a mobilidade de antes. Logo, há um esmorecimento da

nível superior – 38,9% em 2001 e 32,3% em 2015. Considerando a abordagem realizada referente à sociologia das profissões, em que para uma profissão se qualificar enquanto tal é necessário, primeiramente, o credenciamento, esse público foi retirado da análise da pesquisa. A explicação desse índice pode ter relação com a prática do voluntariado em consonância com a prática profissional da/do assistente social na área social. Tal efeito pode também ter relação com o baixo *status* profissional, considerando que pessoas sem a formação requerida se intitulam assistentes sociais, talvez pelo desconhecimento da necessidade de graduação ou ainda por identificação pela *similaridade* com a prática. Como as informações sobre esse público são limitadas, não é possível realizar inferências. O que cabe constatar é que esse fenômeno ocorre com intensidade no Serviço Social e que manifestou um decréscimo nos últimos anos. Em comparação com as demais áreas, são as profissões que tem maior controle do mercado que apresentam um menor percentual de profissionais sem nível superior.

Após um processo de seleção conforme descrito na metodologia, é possível obter os dados do perfil de assistentes sociais no Brasil. No quesito *sexo*, é sabido que a profissão é historicamente, em sua maioria, composta por mulheres. No quadro atual, a situação não é diferente.

Tabela 2 - Composição das/dos assistentes sociais por sexo

Sexo	Ano de referência	
	2001	2015
Feminino	95,0%	88,1%
Masculino	5,0%	11,9%

O Serviço Social continua sendo uma profissão majoritariamente feminina, contudo, é possível constatar alterações. Segundo o Teste Exato de Fisher (0,036), o aumento no número de homens assistentes sociais e o decréscimo de mulheres assistentes sociais é estatisticamente significativo. Isso demonstra que mais homens estão considerando a formação em Serviço Social como uma opção, sendo o aumento um pouco mais que o dobro (11,9%) de assistentes sociais homens em 2001 (5%). Com esse resultado, é possível indicar os primeiros passos de uma reconfiguração mais igualitária entre homens e mulheres na profissão? Cabe lembrar que o que torna o Serviço Social feminino são os valores e os

associação histórica entre diploma de Ensino Superior e valor posicional, abarcando o conjunto das profissões brasileiras.

significados das atividades desempenhadas para a sociedade, e não o contingente de mulheres assistentes sociais. Isso indica que é possível que o Serviço Social esteja *ressignificando a sua identidade*, não mais como aquela de *afazeres femininos*, mas como uma profissão que exige técnica independentemente do gênero dos profissionais. Ou ainda, é possível que devido ao comprometimento político e militante assumido pela profissão com o marxismo, homens com esse envolvimento e perfil estejam escolhendo o Serviço Social por identificação com essas motivações⁶⁴.

Outro fator que pode apresentar relação com o fator gênero é a posição/condição da/do assistente social na família.

Tabela 3 - Condição das/dos assistentes sociais na família

Condição na Família	Ano de referência	
	2001	2015
Pessoa de Referência	40,6%	41,9%
Cônjuge	47,5%	32,9%
Filho/a	6,9%	20,5%
Outro/a parente	4,0%	4,8%
Agregado/a	1,0%	-

Segundo a tabela 3, em 2001 a maioria das/dos assistentes sociais assumia a condição de *cônjuge* na família (47,5%), contudo em 2015 o valor mais expressivo das/dos assistentes sociais se enquadra como *pessoa de referência* (41,9%). Cabe ainda destacar o decréscimo de 14,6% no número referente à posição de *cônjuge* entre 2001 e 2015. Há ainda uma relevante alteração quanto à posição de *filho*: no primeiro ano, eram 6,9% das/dos assistentes sociais, já em 2015 esse número vai a 20,5%. O teste do Qui-Quadrado avalia que essas alterações foram estatisticamente significativas (0,008).

Assim sendo, o que essas mudanças indicam? Ainda que o número de assistentes sociais *pessoas de referência* não tenha sofrido uma alta variação, esse valor se manteve

⁶⁴ Sobre o assunto, ver Faleiros (1997) e Simões (2008).

estável, ao passo que o número de assistentes sociais *cônjuges* decresceu. No cenário mais recente, o predomínio é do primeiro grupo e pode indicar assim um aumento de assistentes sociais como provedoras principais da família, responsáveis pela manutenção de seus lares. Considerando a predominância feminina na profissão, os salários recebidos pelas assistentes sociais podem estar garantindo maior independência financeira de seus parceiros ou parceiras, ou ainda as colocando em posição de destaque na manutenção da família. Deste modo, tal efeito parece uma conquista para o Serviço Social, considerando a posição de subalternidade que ocupa no reconhecimento social (e que ocupava em 2001 na distribuição da condição na família).

Outro ponto de destaque diz respeito à condição de filho/a, que obteve um aumento substancial em 2015. Tal aspecto pode indicar dois processos: as/os assistentes sociais podem estar se formando mais jovens, quando ainda dependentes do núcleo familiar original; ou ainda, independente da idade de formação, podem permanecer mais tempo dependentes desses núcleo familiar.

Considerando o aspecto de cor/raça, são esses os resultados apresentados:

Tabela 4 - Composição das/dos assistentes sociais por raça

Raça	Ano de referência	
	2001	2015
Indígena	1,0%	0,5%
Branca	72,3%	59,0%
Preta	4,0%	8,1%
Amarela	0,0%	0,5%
Parda	22,8%	31,9%

Ainda que se note um aumento de pessoas pretas ($\uparrow 4,1\%$) e pardas ($\uparrow 9,1\%$) no perfil profissional, tais variações não correspondem a uma diferença estatisticamente significativa segundo o teste do Qui-Quadrado (0,175). Para avaliar com profundidade se essas variações poderiam inferir mudanças no perfil profissional, verifiquei as variações trazidas por Simões (2012) em sua pesquisa com maior detalhamento entre 2001 e 2009. Segundo o autor, a média de pessoas brancas nesse período é de 66,1%, enquanto que de pessoas pardas é 27,1% e

peças pretas 5,5%. Tais valores são próximos com os dados de 2015 e, por essa razão, não é perceptível mudanças estruturais quanto à cor/raça no perfil profissional.

Tabela 5 - Faixa etária das/dos assistentes sociais

Faixa etária	Ano de referência	
	2001	2015
18 a 30 anos	10,9%	19,0%
31 a 40 anos	37,6%	32,9%
41 a 50 anos	38,6%	24,8%
51 a 60 anos	9,9%	18,6%
61 a 65 anos	3,0%	4,8%

Quanto à faixa etária das/dos assistentes sociais, os valores encontrados demonstram que a concentração da categoria está na faixa de 31 a 50 anos, sendo 76,2% em 2001 e 57,7% em 2015. Considerando o teste do Qui-Quadrado (0,022) como significativo, a aparência é de alterações expressivas para toda a categoria profissional. No entanto, ao estabelecer um recorte de gênero⁶⁵, apenas as mulheres assistentes sociais indicaram variações significativas:

Tabela 6 - Faixa etária das assistentes sociais mulheres

Sexo Feminino		
Faixa etária	Ano de referência	
	2001	2015
18 a 30 anos	9,4%	17,8%
31 a 40 anos	37,5%	31,4%
41 a 50 anos	39,6%	25,4%
51 a 60 anos	10,4%	20,0%
61 a 65 anos	3,1%	5,4%

Com um resultado de 0,016 no teste do Qui-Quadrado, é no perfil feminino da profissão que se encontram variações significativas na faixa etária. É perceptível também

⁶⁵ Os assistentes sociais do gênero masculino apresentaram um valor de 0,893 no teste do Qui-Quadrado, que demonstra que a significância do quadro geral se deve às profissionais mulheres.

como no ano de 2015 houve uma melhor distribuição de assistentes sociais entre as outras faixas etárias, o que levou à queda no número de profissionais na faixa de 31 a 40 anos ($\downarrow 6,1\%$) e de 41 a 50 anos ($\downarrow 14,2\%$). Assim como há um aumento do número de assistentes sociais mais jovens no mercado de trabalho, há também um aumento do número de assistentes sociais mais velhas. Tais informações servem para traçar as mudanças no perfil etário, em que se constata uma categoria profissional (considerando que são as mulheres a maioria) na atualidade com idade heterogênea.

Quanto ao estado civil, não há dados disponíveis quanto ao ano de 2001. Por essa razão, a tabela abaixo conta somente com os dados da Pnad de 2015:

Tabela 7 - Estado civil das/dos assistentes sociais considerando o sexo

Ano de referência	Sexo	
2015		
Estado Civil	Masculino	Feminino
Solteira/o	87,5%	64,2%
Casada/o	6,2%	12,8%
Desquitada/o ou divorciada/o	6,2%	18,3%
Viúva/o	0,0%	4,6%

Através de um cruzamento com a variável *sexo*, é possível avaliar o perfil das/dos assistentes sociais na atualidade considerando a divisão sexual do trabalho. Ainda que tanto no masculino quanto no feminino a maioria das/dos assistentes sociais se enquadra como *solteiras/os*, não é possível realizar inferências sobre essa distribuição por não ser significativa (teste do Qui-Quadrado = 0,435)

Quanto à distribuição regional, o quadro a seguir demonstra quais as regiões do Brasil que contam com o maior número de assistentes sociais residentes.

Tabela 8 - Assistentes sociais no Brasil conforme regiões

Regiões do país	Ano de referência	
	2001	2015
Norte	9,9%	13,8%
Nordeste	20,8%	23,3%
Sudeste	37,6%	33,3%
Sul	19,8%	19,5%
Centro-Oeste	11,9%	10,0%

Segundo o teste do Qui-Quadrado (0,806), não houve variações significantes entre o período de 2001 e 2015. A composição de assistentes sociais em 2015 acompanha a distribuição da população brasileira pelo território nacional⁶⁶, estando o Sudeste em primeiro lugar com 33,3%, o Nordeste em segundo com 23,3%, a região Sul com 19,5%, o Norte com 13,8% e por último o Centro-Oeste com 10%.

Mediante os dados apresentados, é possível desenhar um perfil da composição majoritária da profissão. São as profissionais de Serviço Social mulheres, predominantemente brancas, mas também com um número expressivo de outras raças e etnias. Tais assistentes sociais convivem com um fenômeno que não é exclusivo, mas colossal: *assistentes sociais* sem nível superior – melhor dizendo, pessoas que se identificam como AS. Embora não se tenha mais informações sobre esse grupo – até porque não se enquadram no objeto desta pesquisa – esse dado pode ter relação com a presença do trabalhador voluntário na área social, que por atuar no mesmo ramo pode se identificar com a prática do assistente social. Considerando o baixo reconhecimento social da profissão, é possível que a necessidade de uma formação profissional e credenciamento pelas entidades representativas para o exercício profissional sejam fatores desconhecidos pelos leigos, o que levaria os não-profissionais a se intitulem mesmo sem os parâmetros necessários.

Outro fator relevante nos dados apresentados diz respeito ao crescimento do número de assistentes sociais, em que havia uma preocupação quanto a massificação da formação em decorrência do ensino EaD. Segundo os dados apresentados, não há um crescimento exorbitante de profissionais de Serviço Social; na verdade a taxa de crescimento foi próxima

⁶⁶ Segundo o Censo Demográfico de 2010, a maior parte da população se concentrava na região Sudeste (42,1%), seguida da região Nordeste (27,8%).

das taxas de outras profissões. A existência de uma profusão de assistentes sociais corroboraria com a ideia da *fragilização* da profissão, considerando que indicaria uma oferta maior de profissionais do que o requisitado pelo mercado – resultando em situações de desemprego e vínculos frágeis. Contudo, os dados indicam que essa abundância não ocorreu com as/os assistentes sociais no período analisado, cabendo averiguar outras questões para constatar a possibilidade da *fragilização*.

Traçado o perfil das/dos assistentes sociais pesquisados, cabe agora analisar as suas condições e características de trabalho, isto é, contemplar o objetivo da pesquisa. Seriam as variações nesses aspectos – entre os anos de 2001 e 2015 – suficientes para significar uma *fragilização* da profissão? No próximo item tal questionamento terá a sua verificação e será possível avaliar como as/os assistentes sociais estão se inserindo no mercado de trabalho brasileiro.

4.4 Vínculos de trabalho: condições e características

Antes de conhecer o contexto de trabalho e as características dos vínculos trabalhistas, é necessário conhecer a taxa de ocupação da categoria profissional.

Tabela 9 - Taxa de ocupação das/dos assistentes sociais

Trabalhou na semana de referência?	Ano de referência	
	2001	2015
Sim	97,0%	96,2%
Não	3,0%	3,8%

Na tabela acima, é possível verificar que 97% das/dos assistentes sociais em 2001 estavam trabalhando, enquanto que em 2015 esse valor sofreu um pequeno decréscimo para 96,2%. Segundo o teste do Qui-Quadrado (0,708), essa alteração não é significativa e neste sentido, não representa mudanças para a profissão. É relevante destacar que neste grupo de pessoas não-ocupadas, podem haver desempregados, inativos e aposentados. Além de não haver diferenças significativas entre os períodos, as taxas em ambos os anos são baixas e demonstram que a não-ocupação é ínfima para os profissionais de Serviço Social.

Entre as/os assistentes sociais que trabalharam na semana de referência, foram questionados quantos vínculos empregatícios esses profissionais exerciam. Na tabela abaixo, é possível avaliar essa informação:

Tabela 10 - Número de trabalhos das/dos assistentes sociais

Quantos trabalhos tinha na semana de referência?	Ano de referência	
	2001	2015
Um	91,1%	90,5%
Dois	8,9%	8,5%
Três	-	1,0%

É possível notar como a maioria das/dos assistentes sociais tinha apenas um vínculo empregatício no momento da coleta dos dados, tanto no ano de 2001 (91,1%) quanto no ano de 2015 (90,5%). Ainda que em 2015 uma pequena parte da categoria possui três vínculos, essa variação e as demais não é estatisticamente significativa (teste do Qui-Quadrado = 0,615). Desta maneira, o padrão de um vínculo de trabalho para a profissão se mostra estável e pode indicar alguma satisfação das/dos assistentes sociais com o exercício profissional, considerando que o padrão não se modificou ao longo dos anos.

Já quanto à jornada de trabalho, os valores estão melhores distribuídos entre as diferentes faixas:

Tabela 11 - Jornada de trabalho das/dos assistentes sociais no trabalho principal

Faixa de horas trabalhadas no trabalho principal	Ano de referência	
	2001	2015
Até 20 horas	13,9%	11,4%
21 a 30 horas	24,8%	32,9%
31 a 40 horas	50,5%	47,1%
Mais de 40 horas	10,9%	8,6%

Entre 2001 e 2015, a única faixa de jornada de trabalho que mostrou um crescimento para as/os assistentes sociais foi a de 21 a 30 horas. Esse dado pode ter relação com a aprovação da lei nº 12.317/2010, que fixa a duração do trabalho da/do assistente social em 30 horas semanais. Segundo o teste estatístico (Qui-Quadrado = 0,500), essa variação não é significativa, deste modo não há relevantes diferenças entre os períodos. Ainda assim, cabe considerar que há um expressivo contingente profissional trabalhando acima do garantido pela lei para o Serviço Social: foram 55,7% assistentes sociais no ano de 2015 com jornadas acima de 31 horas semanais, sendo 35 horas a média encontrada entre todos os profissionais. Embora não seja constatável uma alteração na dinâmica de trabalho da profissão entre o período 2001-2015 que dê sentido à questão da *fragilização*, o cenário atual aponta problemas para a execução prática dessa lei de regulamentação⁶⁷. Por fim, os dados apresentados geram mais inquietações que respostas, e podem futuramente subsidiar uma nova investigação sobre o Serviço Social.

Quanto à posição na ocupação principal, cabe ressaltar que apesar de ser regulamentado como uma profissão liberal, o Serviço Social não atua por conta própria. Sobre as alterações entre 2001 e 2015:

Tabela 12 - Posição na ocupação principal

Posição na ocupação principal do trabalho na semana de referência	Ano de Referência	
	2001	2015
Empregada/o	92,1%	97,6%
Conta própria	-	0,5%
Outro trabalho não remunerado	7,9%	1,9%

Neste sentido, percebe-se uma taxa baixíssima (0,5%) de assistentes sociais que atuam por conta própria no ano de 2015 (podem também estar exercendo outra ocupação profissional). Quanto aos empregados, é perceptível o aumento de 5,5% entre 2001 e 2015,

⁶⁷ Qual a força política dos assistentes sociais, mas principalmente das entidades representativas da profissão em pleitear o disposto na legislação?

assim como o decréscimo de 6% no exercício de um trabalho não remunerado. Essas variações foram identificadas pelo teste do Qui-Quadrado como significativas (0,029) e mostram profundas variações nos vínculos profissionais. Ainda que não seja possível constatar se esse trabalho não remunerado seria como assistente social, a diminuição desse tipo de vínculo e o aumento dos profissionais empregados é significativo para a profissão: indica um certo êxito no acesso ao mercado de trabalho.

Já quanto ao setor de trabalho, o Estado se constituiu historicamente como a principal esfera de atuação da profissão. Neste sentido, a composição da categoria neste setor tem grande relevância para avaliar processos de *fragilização* para a profissão.

Tabela 13 - Assistentes sociais no serviço público e privado

Setor do emprego do trabalho principal	Ano de referência	
	2001	2015
Privado	31,2%	18,5%
Público	68,8%	81,5%

Os dados demonstram importantes alterações entre os anos de 2001 e 2015: o número de assistentes sociais no âmbito privado decresceu de 31,2% e foi para 18,5% e na outra via as/os assistentes sociais que se inseriam no setor público aumentou de 68,8% para 81,5%. A significância dessas mudanças foi confirmada mediante os testes estatísticos (Qui-Quadrado = 0,015 e Fisher = 0,013) e expressam uma ampliação de assistentes sociais atuando no Estado.

Para verificar se esse aumento tem relação com a implementação do SUAS (e a sua absorção de assistentes sociais), a variável *setor do emprego* foi cruzada com o *ramo de atividade* – para verificar especificamente a assistência social.

Tabela 14 - Inserção na Assistência Social: setor público e privado

Ramos de Atividade	Setor	Ano de Referência	
		2001	2015
Assistência Social	Público	42,9%	67,6%
	Privado	57,1%	32,4%

Na tabela 14 é possível notar o aumento de assistentes sociais na política de assistência social no setor público, mediante o acréscimo de 24,7% entre os períodos. Ainda que esse número pareça relevante, o teste do Qui-Quadrado (0,110), não apontou significância para essa variação. De modo geral, as variações em todas as áreas não trouxeram diferenças para a profissão.

Tabela 15 - Ramos de atividade das/dos assistentes sociais

Ramos de Atividade	Ano de referência	
	2001	2015
Administração Pública Municipal	19,8%	41,4%
Assistência Social	16,8%	17,1%
Administração Pública Estadual	7,9%	11,9%
Saúde Pública	11,9%	11,4%
Saúde Privada	3,0%	6,2%
Indústria, Comércio e Instituições Financeiras	10,9%	1,9%
Ensino Privado	5,9%	1,9%
Seguridade Social (Previdência)	4,0%	1,9%
Instituições Religiosas	4,0%	1,9%
Associação Comunitária	3,0%	1,9%
Prestação de Serviços	3,0%	1,4%
Administração Pública Federal	3,0%	1,0%
Judiciário	3,0%	-
Ensino Público	2,0%	-
Conselhos e Sindicatos	1,0%	-
Atividade mal definida	1,0%	-

A tabela acima foi organizada em ordem de classificação dos principais ramos de atividade no ano de 2015, estando a *administração pública municipal* em primeiro lugar (41,4%), a *assistência social* em segundo (17,1%) e a *administração pública estadual* em terceiro lugar (11,9%). Submetidas ao teste estatístico (Qui-Quadrado = 0), as variações entre os períodos mostraram diferenças significativas, tendo a primeira posição um crescimento com maior destaque. O fortalecimento da instância municipal, considerando também o papel da implementação do Suas nesse processo, significou mais oportunidades no mercado de trabalho para os assistentes sociais: além da criação de vagas, é possível constatar também uma melhor distribuição geográfica destas através dos municípios.

Já quanto às áreas de atuação entre as esferas federal, estadual e municipal, a distribuição de inserção do Serviço Social está na tabela a seguir:

Tabela 16 - Área do trabalho principal (esferas)

Área do emprego do trabalho principal	Ano de referência	
	2001	2015
Municipal	48,4%	68,3%
Estadual	45,3%	28,1%
Federal	6,3%	3,6%

As informações demonstram um crescimento do emprego na área municipal, considerando que em 2001 estavam inseridos nessa esfera 48,4% assistentes sociais, passando a 68,3% em 2015. No âmbito estadual e federal, há uma queda na inserção de 17,2% e 2,7%, respectivamente. Segundo o teste do Qui-Quadrado, essas alterações foram significativas (0,020) e confirmam o que já foi possível constatar na análise anterior: a influência do processo de municipalização para a profissão.

Para avaliar se as/os assistentes sociais no período investigado sofreram algum nível de precarização do trabalho, um dos pontos relevantes para análise é a forma de contratação do profissional.

Tabela 17 - Forma de contratação das/dos assistentes sociais

No emprego principal, a remuneração era contratada...	Ano de referência	
	2001	2015
Somente por jornada de trabalho	98,1%	98,2%
Somente por produção ou comissão	1,9%	-
Por jornada de trabalho e produção ou comissão	-	0,9%
Outra forma	-	0,9%

Os dados acima demonstram certa estabilidade na forma de contratação, sendo predominante para as/os assistentes sociais a contratação somente por jornada de trabalho, tanto em 2001 (98,1%) quanto em 2015 (98,2%). As alterações entre os períodos são pequenas e não se qualificam como significativas segundo o teste do Qui-Quadrado (0,386).

Considerando o setor privado, outro ponto a ser avaliado sobre a contratação de assistentes sociais é a assinatura de carteira de trabalho. Esse dado permite avaliar o nível de proteção e garantias trabalhistas dos profissionais inseridos neste setor.

Tabela 18 - Carteira de trabalho no setor privado

No emprego principal tinha a carteira de trabalho assinada?	Setor Privado	
	Ano de referência	
	2001	2015
Sim	86,2%	92,1%
Não	13,8%	7,9%

Entre as/os assistentes sociais que atuam no setor privado – 31,2% em 2001 e 18,5% em 2015 (tabela 12) – 86,2% tinham a carteira de trabalho assinada em 2001, passando para 92,1% em 2015. Ainda que haja um aumento de profissionais com a carteira assinada, o teste do Qui-Quadrado (0,434) não apontou significância pra essa variação. É relevante constatar que um número expressivo da categoria inserida neste setor conta com essa proteção, necessária para assegurar direitos trabalhistas e previdenciários.

Já quanto ao setor público, o vínculo estatutário garante proteções, principalmente o fator estabilidade. As informações sobre este setor estão na tabela abaixo:

Tabela 19 - Vínculo de funcionário público

No emprego principal, era funcionário público estatutário?	Ano de Referência	
	2001	2015
Sim	60,9%	54,5%
Não	39,1%	45,5%

Em 2001, eram 60,9% assistentes sociais que tinham o vínculo estatutário no serviço público, valor que decresceu para 54,5% em 2015. Ainda que o número de profissionais sem esse vínculo tenha aumentado, o teste do Qui-Quadrado (0,377) não apontou uma diferença significativa. Considerando o valor expressivo de assistentes sociais não estatutários, é necessário avaliar qual o outro tipo de vínculo no serviço público. Em 2001, dentro dos 39,1% que não possuíam vínculo estatutário 76% tinham a carteira assinada, isto é, 29,7% assistentes sociais são servidores públicos via CLT; já em 2015 dentro dos 45,5% eram 32,9% aqueles que tinham a carteira assinada, ou seja, 14,9% dos assistentes sociais são servidores públicos via CLT.

Quanto à previdência social, as informações obtidas estão na tabela a seguir:

Tabela 20 - Contribuintes de institutos de Previdência (setor privado)

Era contribuinte de um instituto de Previdência na semana de referência?	Ano de referência	
	2001	2015
Sim	87,1%	94,3%
Não	12,9%	5,7%

O quadro acima trata das/dos assistentes sociais que realizavam contribuições para um instituto de previdência no trabalho que tinham na semana da coleta de dados. As informações revelam um aumento substancial de contribuintes entre 2001 e 2015, passando de 87,1% a

94,3%. Considerando que são inversamente proporcionais, o número de pessoas não contribuintes caiu em 2015, alcançando a taxa de 5,7%. Segundo o teste do Qui-Quadrado (0,030), essas alterações são significativas e representam mudanças relevantes para o Serviço Social: mais assistentes sociais estão tendo a sua renda assegurada em momentos de vulnerabilidades (desemprego, gravidez, doenças, acidentes, etc) e para uma aposentadoria futura.

Entre os diversos níveis de proteção que um trabalhador pode ser assegurado, o vínculo a um sindicato pode se qualificar como um deles. Considerando que entidades representativas e demais instituições voltadas à defesa da legislação do trabalhador promovem mais possibilidades de segurança quanto às condições de trabalho, é relevante verificar qual a participação das/dos assistentes sociais nesses espaços.

Tabela 21 - Associação em sindicatos

É ou era associado a algum sindicato?	Ano de referência	
	2001	2015
Sim	32,7%	25,7%
Não	67,3%	74,3%

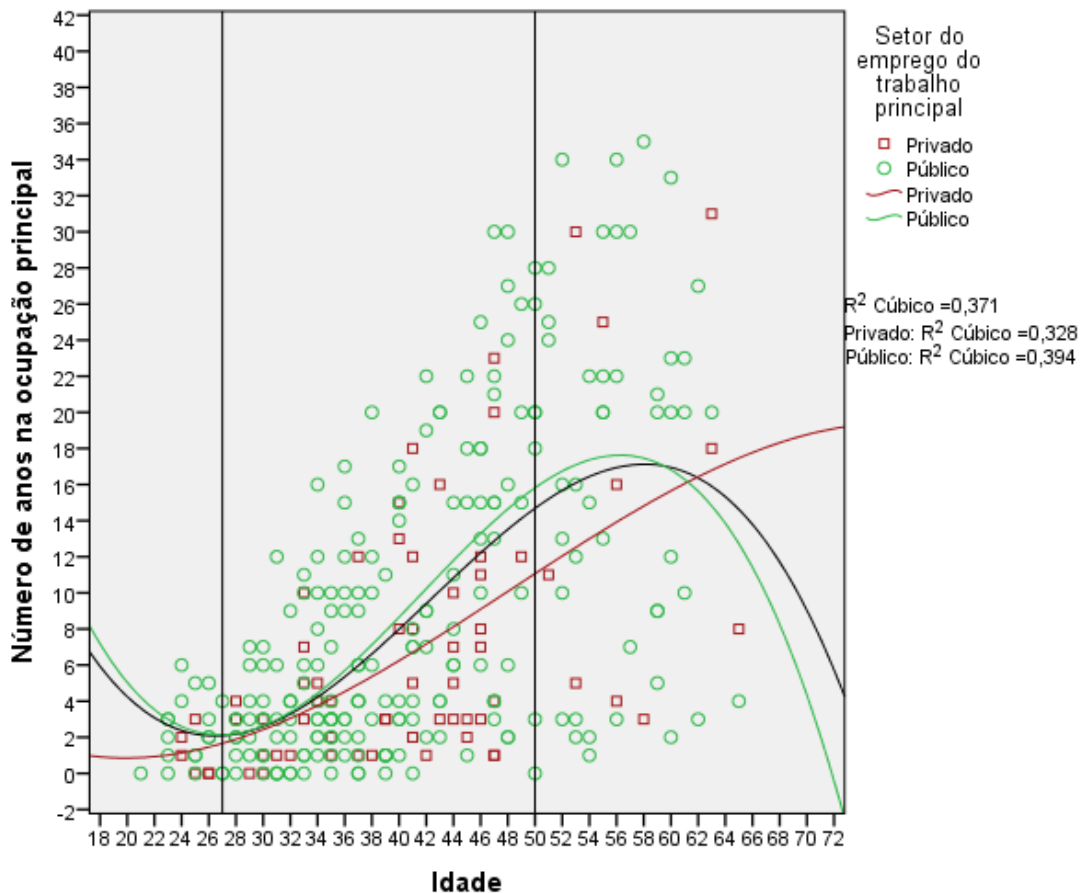
Os dados acima são referentes à associação em sindicatos na semana de referência ou durante o ano da coleta da pesquisa. Observa-se que a maioria da categoria profissional já não era associada em 2001 (67,3%), valor que teve um aumento de 7% em 2015. Ainda que as/os assistentes sociais apresentem motivações políticas voltadas à organização da classe trabalhadora, a participação em sindicatos não aparece com intensidade na composição da profissão. O teste do Qui-Quadrado aponta que essas alterações não foram estatisticamente significativas (0,200).

Outro ponto considerável de análise diz respeito aos anos de ocupação das/dos assistentes sociais, que possibilita indicar níveis de estabilidade/rotatividade para a profissão. Desconsiderando a divisão entre os períodos 2001 e 2015, a média de anos na ocupação (da semana da coleta dos dados) no setor público é 9,15, sendo menor no setor privado com 6,96. Esse valor é considerado significativo (0,040) segundo o teste T para comparação de médias

de dois grupos independentes, confirmando a distinção sobre o tempo de ocupação no setor público e no setor privado.

Partindo do pressuposto de que os profissionais mais velhos estariam mais tempo no mesmo trabalho, torna-se relevante testar uma correlação entre esses fatores, sendo viável ainda identificar como esses processos ocorrem em âmbito público e privado. Para visualizar os anos de ocupação de toda a amostra, considerando o cruzamento com as variáveis *idade* e *setor de ocupação*, o gráfico abaixo demonstra o perfil dos assistentes sociais e o tempo de inserção em cada setor:

Gráfico 1 - Anos na ocupação principal x idade x setor de emprego



Para a produção do gráfico, foi realizada uma regressão não-linear, em que: 1) os quadrados vermelhos indicam as/os assistentes sociais no setor privado; 2) os círculos verdes indicam os assistentes sociais no setor público; 3) a linha vermelha a média entre a dispersão dos anos de ocupação e idade das/dos assistentes sociais no setor privado; 4) a linha verde a média entre a dispersão dos anos de ocupação e idade das/dos assistentes sociais no setor

público; 5) e os valores em R^2 indicam a variabilidade dos dados que o modelo de regressão é capaz de explicar, em que quanto mais próximo o valor de R^2 estiver de 1, mais adequado é o modelo.

Desta forma, o gráfico acima demonstra que:

Setor público: O modelo tem como resposta o valor de 39,4% e demonstra que há uma tendência de permanência no emprego – isto é, um crescimento dos anos na ocupação principal – a partir dos 27 anos de idade. Cabe ainda considerar a pluralidade do perfil dos profissionais, devido à dispersão entre os dados fora da linha da curva.

Setor privado: Para o setor privado, o modelo explica 32,8% da variância e demonstra uma tendência de estabilidade no mesmo trabalho a partir dos 26 anos, mas com menos força do que no serviço público. Por essa razão, a curva cresce de forma mais sutil, alcançando o seu ápice após os 60 anos, ao passo que no setor público esse processo ocorre de forma mais precoce.

Considerando a variável idade, as/os assistentes sociais no setor público são os que alcançam mais cedo um maior tempo de trabalho na mesma ocupação, isto é, são aqueles que possuem mais estabilidade de vínculo no mesmo emprego e neste sentido ficam desde jovens na mesma ocupação. Já no serviço privado, as/os assistentes sociais vão alcançar um número significativo de anos na ocupação quando estiverem mais velhos.

Exemplificando: se considerarmos o ponto 50 na reta x (a idade de 50 anos) para ambos os setores, é possível constatar que os assistentes sociais no setor público chegaram a essa idade estando na mesma ocupação por volta de 15 anos, enquanto que no setor privado permaneceram em torno de 11 anos. Por fim, é perceptível que é no setor público que as/os assistentes sociais possuem maior estabilidade de vínculo de trabalho.

Outro ponto de considerável destaque que expressa o reconhecimento social da profissão, seja das suas competências ou da sua relevância para a sociedade, é o fator rendimento salarial. Em 2001, a média salarial das/dos assistentes sociais na sua ocupação principal era de 1183,45 reais. De acordo com a inflação⁶⁸, em 2015 os assistentes sociais deveriam estar recebendo uma remuneração em média de **2853,57 reais**, mas o valor que **recebiam de fato era de 2666,63**. Isso implica uma **perda salarial de baixa taxa (7%)**, ou

⁶⁸ Cálculo realizado de acordo com a inflação em 2015.

seja, o salário não acompanhou em 7% a inflação, que significou a ausência de 187,23 reais no salário real.

O rendimento salarial se mostra diferente se considerarmos outros aspectos para análise. No ano de 2015, estabelecendo um comparativo entre os setores, se tem como **média salarial no setor público o valor de 2839,92 reais**, enquanto que **no setor privado a média era de 2121,31 reais**. As/os assistentes sociais nesse setores apresentam, assim, uma diferença de 718,61 reais entre as médias salariais, valor considerado significativo segundo o teste T de amostras independentes (0,001).

Colocar o Serviço Social em uma perspectiva relacional com outras profissões foi fundamental para analisar a ocorrência de “profissionais” sem nível superior, assim como para verificar a possibilidade de um excesso de assistentes sociais no mercado de trabalho. Outro ponto possível de uma análise comparativa é o fator renda, já tratado nos últimos parágrafos sob outros viéses.

Tabela 22 - Média salarial comparada com outras profissões

Posição	Profissões	Média salarial do principal trabalho em 2015 em reais
1 ^a	Médicos/as	9795,65
2 ^a	Engenheiros/as	7551,11
3 ^a	Economistas	5465,36
4 ^a	Advogados/as	5031,17
5 ^a	Jornalistas	4296,68
6 ^a	Psicólogos/as	3807,16
7 ^a	Enfermeiros/as	3095,42
8^a	Assistentes sociais	2666,63
9 ^a	Educadores/as	2553,14
10 ^a	Sociólogos/as	2061,19

Na tabela acima, as/os assistentes sociais ocupam a 8^a posição no *ranking* de maiores salários entre as profissões comparadas anteriormente. Cabe considerar que os dados das/dos assistentes sociais foram os únicos a receberem tratamento, podendo as informações das

outras profissões sofrer alterações no seu valor em outros processos investigativos. Ainda assim, é necessário pontuar o baixo rendimento dos profissionais de Serviço Social quando comparado no universo das profissões – as profissões com maiores rendimentos são aquelas com mais prestígio no reconhecimento social, ocupando as primeiras posições a Medicina, as Engenharias e a Economia. Nesta via, o Serviço Social está próximo às áreas com baixo *status* social, como a Enfermagem, a Pedagogia e a Sociologia. Constata-se assim uma correlação entre salário e reconhecimento social, e, considerando o salário dos assistentes sociais neste cenário, confirma-se de forma objetiva o baixo reconhecimento da profissão.

5. CONCLUSÃO

Mediante o levantamento bibliográfico sobre os processos sócio-históricos nos últimos anos e os dados dispostos sobre as/os assistentes sociais entre 2001 e 2015, torna-se possível delinear um cenário para a profissão. Enquanto alguns fatores não apresentaram mudanças nesse período, outros trouxeram novos significados para o Serviço Social: há um redimensionamento da profissão, ainda que não seja nos moldes propostos nessa investigação.

O primeiro ponto que deve ser abordado diz respeito a aqueles que se identificam como *assistentes sociais* sem os requisitos necessários, isto é, sem a qualificação educacional que garante o *expertise* da profissão e sem o credenciamento pelas entidades representativas para o exercício profissional. Ainda que não seja possível identificar qual o tipo de vínculo e atuação desse segmento, a sua existência gera apontamentos importantes: 1) o Serviço Social apresenta dificuldades em estabelecer um *fechamento de mercado*, isto é, um controle/limitação sobre quem exerce a profissão; 2) baixa visibilidade e identificação sobre o profissional de Serviço Social: há um apagamento (ou até distorção) sobre a/o assistente social, sua formação e sua especificidade técnica; 3) uma possível relação com a existência histórica do trabalho voluntário na área social, que ora se choca com o exercício da/do assistente social (a defesa da especificidade da profissão pelos conselhos e entidades representativas) e ora é congruente (a prática concomitante das/dos assistentes sociais com voluntários nas entidades não-governamentais). Tal fator impede processos de distinção entre o *amador x profissional*, ponto primordial para o reconhecimento de uma profissão.

Ainda que a variação de 2001 a 2015 tenha expressado um decréscimo no número de *assistentes sociais* sem nível superior, o Serviço Social ainda se destaca quando comparado a outras profissões. Assim, é perceptível **a identidade da/do assistente social como uma identidade subalterna**, em que há dificuldades de se afirmar enquanto profissão e de se fazer reconhecida pela sociedade. Tal efeito não pode ser enquadrado como resultado de um processo de *fragilização*: ele é antecedente e, em certa medida permanente, considerando que na verdade se trata de uma fragilidade estruturada na formação histórica da profissão.

Outro ponto relacionado à identidade do Serviço Social é sobre a composição da categoria profissional. O número de assistentes sociais homens aumentou significativamente na profissão, ainda que permaneçam como a minoria na composição⁶⁹. Considerando que o

⁶⁹ Heckert (1991) afirma que, nas profissões femininas, à medida que aumenta o prestígio e o salário, decresce a participação de mulheres na composição da profissão. Seria esse o caso do Serviço Social?

Serviço Social é demarcado historicamente como uma profissão feminina, essa pequena mudança não revela uma transformação estrutural, mas a possibilidade do início de um remodelagem do perfil profissional (trata-se aqui de especulações). Outra mudança relacionada ao perfil profissional é o aumento do número de assistentes sociais como pessoas de referência na família. Se em 2001 a maioria dos profissionais assumia a posição de cônjuge, em 2015 o número mais expressivo é de assistentes sociais como pessoas de referência. Tal feito pode ter relação com uma melhoria da condição salarial do profissional, ou também de um posicionamento político de emancipação (considerando que são *as* assistentes sociais). Ainda que não possa ser afirmado quais as razões para essa mudança, ela indica uma certa valorização do profissional dentro da dinâmica familiar, que assume uma posição primária ao ser a referência na família.

Antes de adentrar nas questões relacionadas especificamente ao trabalho que promoveriam um processo de fragilização, é preciso comentar sobre a variação do número de assistentes sociais formados. Ainda que haja uma expansão das universidades que oferecem cursos de Serviço Social via Ensino a Distância, no período investigado não foi constatada uma disparidade de assistentes sociais no mercado de trabalho. Isso não significa negar os efeitos da formação EaD, trata-se de negar seus efeitos no período mencionado nessa investigação, que podem ser diferentes em períodos futuros. Em todo caso, é preciso pontuar que o crescimento de assistentes sociais no mercado de trabalho acompanhou outras profissões e, por essa razão, não corroboraria com uma *fragilização* do Serviço Social.

Enfim, é relevante retomar a hipótese que se qualificou como a mola-mestra desta pesquisa e verificar os seus resultados. A investigação realizada se propôs a verificar se o Serviço Social estaria passando por uma *fragilização*, isto é, um conjunto de processos que resultaria no enfraquecimento da presença da/do assistente social nos postos de trabalho, seja através de uma inserção precária ou a ausência de um vínculo de trabalho. Para analisar essa questão, seriam avaliados questões como o nível de ocupação das/dos assistentes sociais; quantos e qual os tipos de vínculo com as instituições empregadoras; o reconhecimento do profissional em sua forma objetiva (salário) e pontos adjacentes a esses itens centrais.

Em primeiro lugar, a taxa de ocupação das/dos assistentes sociais se mostra promissora: ainda que sofra um pequeno decréscimo em 2015, a variação não é significativa e **demonstra um número altamente expressivo de profissionais ocupados**. Quando verificada a posição no trabalho principal (tabela 12), o número de empregados em 2015 é

contrastante e se mostra significativamente superior a 2001: **assim como o número de empregados aumentou, o número de trabalhadores não-remunerados em 2015 diminuiu**, demonstrando ganhos profissionais para as/os assistentes sociais (salário, reconhecimento). Quanto ao número de trabalhos, constata-se que a **maioria da categoria ocupa-se em 1 (um) vínculo profissional**, sem relevantes alterações ao longo dos anos. Em síntese, as informações nesses aspectos revelam um cenário de estabilidade e avanços para a profissão, trilhando o caminho inverso a uma fragilização.

A jornada de trabalho das/dos assistentes sociais nos dados coletados demonstrou uma distribuição entre diversas faixas, desde profissionais que trabalham menos do que 20 horas semanais até a atuação de mais de 40 horas semanais. Cabe pontuar que em 2001 mais da metade dos profissionais trabalhavam mais de 30 horas semanais, cenário que pouco se alterou mesmo com a lei de regulamentação da jornada de trabalho das/dos assistentes sociais em 2010 (que fixou em 30 horas a semana sem perda salarial). Ainda que exista uma legislação que traga benefícios nesse aspecto, esse aparato é recente e demanda uma organização de reivindicação da categoria profissional (dos conselhos e entidades) para a sua efetivação em larga escala. De forma geral, esse ponto revela uma fragilidade a ser combatida, seja nos campos de trabalho ou por meio judicial, mas que não é necessariamente decorrente de um processo de fragilização.

Quanto à forma de contratação, não houve alterações relevantes entre 2001 e 2015, e a contratação somente por jornada de trabalho permaneceu majoritária para a categoria. No setor privado, uma maioria expressiva das assistentes sociais é contratada mediante a carteira de trabalho assinada. Já no setor público, o cenário caracteriza-se de forma complexa: ainda que não tenha apresentado alterações significativas entre o período investigado, em 2015 eram um pouco mais da metade os profissionais que tinham o vínculo estatutário. Considerando a relevância que o Estado tem para o Serviço Social por ser seu principal empregador, os resultados se mostram preocupantes em ambos os períodos: há uma tendência de um processo lento e contínuo de perda de vínculo estatutário no serviço público.

Neste sentido, é preciso considerar a outra forma de contratação que aparece no serviço público: o contrato via CLT. Sofrendo alterações nos últimos anos, Guimarães Jr & Silva (2020) relatam que a Reforma Trabalhista aprovada em 2017 (Lei nº 13.467/2017) alterou artigos da CLT e inseriu novidades como: os contratos de trabalho intermitente, as demissões por “comum acordo” e a prevalência do “acordado” sobre a lei. Como a reforma é

posterior aos dados analisados, seus efeitos ainda não são perceptíveis, mas podem atingir as/os assistentes sociais contratados por esse regime nos próximos anos, tanto no setor privado quanto no setor público.

Ainda relacionado à inserção no setor público x privado, foi constatada uma absorção de assistentes sociais pelo Estado no decorrer dos anos, especialmente na esfera municipal. Neste sentido, é possível traçar como responsável dessa mudança o processo de municipalização/descentralização da política de Assistência Social, que promoveu a chamada de assistentes sociais para a gestão e principalmente para a “ponta” – os equipamentos CRAS e CREAS. O trabalho no setor público se mostrou mais atrativo que no âmbito privado: além do aumento do número de assistentes sociais em 2015, constata-se também que os profissionais ali inseridos tendem a ficar mais anos na mesma ocupação. Assim, o contexto revela uma preferência e também uma certa satisfação das/dos assistentes sociais pelo trabalho no Estado, contrariando as percepções de desmantelamento da profissão nesse setor.

Por fim, o último aspecto de análise é sobre o rendimento salarial da/do assistente social. Foi constatado que em 2015 o aumento do salário no decorrer dos anos não era correspondente à inflação do período, representando uma perda salarial. Quando comparado a outras profissões aqui citadas, o Serviço Social se qualifica como uma das áreas com mais baixo rendimento. Se o salário representa para uma profissão uma materialidade de reconhecimento social e institucional da sua expertise, novamente as/os assistentes sociais seriam enquadrados como uma profissão subalterna. É preciso observar, no entanto, que **o problema não está na pequena desvalorização salarial da/do assistente social, mas no baixo salário que é histórico e permanente para os assistentes sociais.**

Considerando os principais pontos aqui retomados, **é constatável que o Serviço Social não está passando por um processo de fragilização, mas configura-se como uma profissão constituída por fragilidades.** Se analisada somente as variações na profissão entre 2001 e 2015, são perceptíveis processos contraditórios: ainda que haja avanços para o Serviço Social, especialmente no setor público, estes não são suficientes para qualificar – numa lógica binarista – um fortalecimento da categoria, assim como não é possível afirmar sua fragilização.

Em primeiro lugar, a lei de regulamentação da profissão (lei nº 8662/93) já garantia determinada força aos assistentes sociais por estabelecer os requisitos para o exercício profissional – bacharelado em Serviço Social e inscrição nas entidades representativas. Além

disso, trata das competências e atribuições privativas da/do assistente social, determina um padrão de jornada trabalho a ser seguido e quais são os órgãos de representação e fiscalização da profissão. Neste sentido, a profissão demonstra certa “proteção”, através de uma *comunidade jurídica* que consolida a sua existência. Em segundo lugar, nas últimas décadas a/o assistente social tem sido incorporada/o e reconhecida/o no quadro de profissionais de diversas políticas sociais. O contexto investigado se refere à absorção pela assistência social, contudo outras áreas como a saúde⁷⁰ e a educação⁷¹ têm reconhecido legalmente a/o assistente social como fundamental nas políticas.

De forma geral, a pesquisa permitiu constatar que os avanços para o Serviço Social foram decorrentes do processo de municipalização; sendo constatado também quando os profissionais são reconhecidos na família como pessoas de referência; quando melhor considerado uma possibilidade de profissão para os homens, desabrochando o estigma de *profissão feminina*; assim como com o reconhecimento da importância da remuneração para um trabalho social que é profissional.

Quanto às fragilidades, essas já são reconhecidas na literatura e puderam ser constatadas pela análise dos dados. Um dos principais problemas do Serviço Social é o baixo status da profissão, que acarreta assim um reconhecimento social inferior em relação a outras áreas. Esse sintoma se reflete nas dificuldades de distinção entre a/o assistente social vs. voluntárias/os atuantes na área social; na dificuldade de alcançar a jornada das 30 horas semanais como o padrão profissional; no descompasso entre a formação profissional (título e tempo de qualificação) e o rendimento salarial obtido. Neste sentido, a profissão não está fragilizada, mas possui questões a serem discutidas por toda a categoria de profissionais e estabelecidas como objetivos com vistas a alcançar um efetivo fortalecimento do Serviço Social.

Nesta via, é preciso esclarecer que não há uma *crise do Serviço Social* como tratado por Serra (2000), nem um processo de fragilização ou ainda um horizonte de catástrofe para a profissão. Ainda que a literatura possua narrativas com este tom, não é esta a realidade dos assistentes sociais no contexto estudado. Na verdade, os profissionais permanecem predominantemente inseridos no Estado e requisitados frente às políticas sociais, além da

⁷⁰ A Resolução nº383/99 do CFESS caracteriza o assistente social como profissional da saúde, assim como a Resolução nº 218 de 06 de março de 1997 do Conselho Nacional de Saúde o reconhece como profissão da área.

⁷¹ A recente lei nº 13.935/2019 incorporou a necessidade de psicólogos e assistentes sociais para a prestação de serviços na rede pública de educação básica.

atuação política da categoria (em conjunto com as entidades representativas) assegurando essa posição. Afirmar a existência de fragilidades na profissionalização do Serviço Social não significa confirmar uma permanente crise da profissão: trata-se de evidenciar questões de reconhecimento, expertise, disputa nas áreas de atuação, etc.

Por fim, cabe pontuar que o cenário brasileiro sofreu relevantes alterações no campo sócio-político no período posterior ao investigado nessa pesquisa. A Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos e afeta principalmente as políticas sociais, assim como a Reforma Trabalhista⁷² aprovada em 2017 são alguns processos que podem atingir diretamente as/os assistentes sociais nos anos mais recentes. Deste modo, a atualização de estudos sobre as condições de trabalho e inserção das/dos assistentes sociais precisa ser permanentes: o conhecimento sobre a categoria alerta e instrumentaliza os profissionais para o enfrentamento das mudanças e das situações que colocam em risco a sua própria profissão.

⁷² Aprovada pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017.

REFERÊNCIAS:

ABBOTT, Andrew. Boundaries of Social Work or Social Work of boundaries? **Social Service Review**, Vol. 69, No. 4, dec/1995, pp. 545-562. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30012869>. Acesso em 03 set. 2019.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996). Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, 1996, pp. 58-76

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, dez. 2016, p. 456-475. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf>. Acesso em 12 fev. 2020.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed, São Paulo: Cortez, 2015

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. As profissões no Brasil e sua Sociologia. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, pp. 593-607. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300007. Acesso em 25 jul. 2019.

_____. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?. **Tempo Social**, 10(1), 1998, pp. 129-142. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/86747>. Acesso em 19 jul. 2019.

_____. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 186-190, Fev. 1999. Disponível em: <http://twixar.me/2rKn>. Acesso em 11 mai. 2019.

BARDAVID, Estela. **Serviço Social: tipologia de diagnóstico**: subsídios. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1981. p. 28-31

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018

BOLZAN, Débora. O trabalho das emoções em Serviço Social. **Revista Libertas**: UFJF, v. 14, n. 2, jul/dez 2014. Acesso em: 03/01/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18302>. Acesso em 03 jan. 2020.

BONELLI, Maria da Glória. Origem social, trajetória de vida, influências intelectuais, carreira e contribuições sociológicas de Eliot Freidson. In: FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BONELLI, Maria da Glória; NUNES, Jordão Horta; MICK, Jacques. Ocupações e profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia: balanço da produção (2003-2017). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, nº 11, set./dez 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxwvh3ge>. Acesso em 07 mai. 2019.

BORBA, Maria Auxiliadora Bezerra. **Valores do Serviço Social: a influência richmoniana no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E; GENTILI, P (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Braziliense, 2004.

BRASIL. IBGE. **As entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos no Brasil (2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37077.pdf>. Acesso em 03 mai. 2019.

_____. **As entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos no Brasil (2014-2015)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94686.pdf>. Acesso em 03 mai. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabajo y capital monopolista**. México, Nuestro Tiempo, 1980.

BRINT, Steven. Eliot Freidson's contribution to the sociology of professions. **Work and occupations**, vol. 20, nº3, august 1993.

CABRERA, Blas. Comentario. In: LARSON, M. S. Acerca de los expertos y los profesionales o la impossibilidade de haberlo dicho todo. **Revista de Educacion**, nº extra 1, 1989, pp. 199-237.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; DOI; Doroth de Assis Schimidt. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/14252>. Acesso em 21 fev. 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em 26 ago. 2018.

_____. **Conselho Federal de Serviço Social** (site), 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em 28 fev. 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

COELHO, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930.** Rio de Janeiro, Record, 1999, pp. 19-67

CURADO, Jacy Corrêa; MENEGON, Vera Sonia Mincoff. Gênero e os sentidos do trabalho social. **Psicologia & Sociedade**, 21 (3), 2009. p. 431-441

DAHMER PEREIRA, L. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD:: direito à educação ou discriminação educacional?. **SER Social**, v. 14, n. 30, p. 28-47, 6 set. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12825. Acesso em: 05 de mar. de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SOUZA, Washigton José; DE MEDEIROS, Jássio Pereira. Trabalho voluntário: motivos para sua realização. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 93-102, jul. 2012. ISSN 2175-8077. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p93/22543>. Acesso em: 30 set. 2019.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. IN: IPEA. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** Org: André Gambier Campos. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8709>. Acesso em 17 nov. 2020.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, 2012. Pp. 351-367

_____. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 163-218.

ETZIONI, Amitai. (ed.) *The Semi-Professions and Their Organization: Teachers, Nurses, Social Workers.* New York: **Free Press**, 1969

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? **Revista Temporalis**. v.1, n.2. Brasília: ABEPSS, Valci, 2000

_____. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997

FERRETI, Celso João. A mulher e a escolha vocacional. Fundação Carlos Chagas: **Cadernos de Pesquisa**, Nº. 16, 1976, págs. 20-40. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1787/1770>. Acesso em 08 abr. 2020.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **O social como campo de trabalho profissional nos governos municipais.** In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011, Curitiba. XV Congresso Brasileiro de Sociologia - Mudanças, permanências e desafios sociológicos, 2011. v. 1. p. 1-25. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2274&Itemid=170. Acesso em 26 nov. 2020.

FORENZA, Brad, & ECKERT, Caitlin. Social Worker Identity: A Profession in Context. **Social Work**: vol. 63, n. 1, jan. 2018, pp 17–26.

FORTI, Valéria. Prefácio. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012

FREIDSON, Eliot. Para uma Análise Comparada das Profissões: A Institucionalização do Discurso e do Conhecimento Formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, nº 31, 1996, pp. 141-155.

_____. **Renascimento do Profissionalismo: teoria, profecia e política.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. The reorganization of the professions by regulation. **Law and Human Behavior**, 7(2-3), 1983, 279–290. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1007/BF01044529>. Acesso em 12 jun. 2019.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Veras, 2006

GIARCHI, George & LANKSHEAR, Gloria. The eclipse of social work in Europe, **Social Work in Europe**, 5(3),1998, pp. 25-36. Disponível em: <http://docs.scie-socialcareonline.org.uk/fulltext/0060825.pdf>. Acesso em 31 mai. 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais.** Campinas: Papel Social, 2019.

GONÇALVES, Carlos Manuel. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. V. 17, 2007, pp. 177-223. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2349/2150>. Acesso em 25 jul. 2019.

_____. Profissões e mercados: notas de reflexão. **Fórum sociológico**, n. 15/16, série II, 2006. Pp. 15-32.

GREENWOOD, Ernest. Attributes of a profession. **Social Work Journal**. Oxford University Press: vol.2, nº 3, 1957, pp 45-65

GUIMARÃES JR, Sérgio Dias; SILVA, Elaine Barbosa da. A “Reforma” Trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho. **Revista Farol**, v. 7, n. 18, abril 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/5503>. Acesso em 02 jan. 2021.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As Categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social. **Serviço Social e Realidade**. 17 (1), 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HECKERT, Sônia Maria Rocha. Identidade e Mulher no Serviço Social. Revista **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 36, pp. 55-73, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª ed. São Paulo, Cortez, 2009

_____. Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. Disponível em:

<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O%20Servico%20Social%20na%20cena%20contemporanea%20Marilda.pdf>. Acesso em 19 fev. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 16ª ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2004

JIANG, Haiyan; WANG, Yean; CHUI, Ernest; XU, Yuebin. Professional identity and turnover intentions of social workers in Beijing, China: The roles of job satisfaction and agency type. Sage Journals. **International Social Work**, 2017.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de descentralização e Municipalização no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 56, ano XVIII, jul. 1998

LARSON, Magali Sarfatti. Acerca de los expertos y los profesionales o la imposibilidad de haberlo dicho todo. **Revista de Educacion**, nº extra 1, 1989, pp. 199-237.

_____. Looking Back and a Little Forward: Reflections on Professionalism and Teaching as a Profession. **Radical Teacher**, 99, 2014, pp. 7–18

_____. The rise of professionalism: a sociological analysis. **University of California Press**, 1979. Chapter 20.

_____. The rise of professionalism: monopolies of competence and sheltered markets. Introduction to the transaction edition. **Transaction Publishers**: New Brunswick, New Jersey, 2013. Pp. 19-35.

LEGAULT, Gisele. Intervenção Feminista em Serviço Social. (Trad. Eva Faleiros). **Serviço Social e Sociedade**, 37, Ano XII. Cortez: SP. 1991.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. katálysis [online]**. 2010, vol.13, n.1, pp.66-75.

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e especificidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª ed., 1980

MALIN, Nigel. Theoretical frameworks used in studying professions. **Social Work & Social Sciences Review**. Vol 19 (1), 2017, pp. 7-30

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

MARTINS, Guilherme Paiva de Carvalho; AMARAL, Marcela Carvalho Martins. **A Universidade Aberta do Brasil e a Massificação do Ensino Superior**. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT Educação Superior na Sociedade Contemporânea. Curitiba, 2011

MARTINS, Ludson Rocha. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102>. Acesso em 20 fev. 2020.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007

MONTE, Alana Mayara Ferreira do; AMORIM, Kamilla Lays dos Santos; COSTA, Maria Dayanne Silvestre; TRINDADE, Rosa Lúcia. Ensino Superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013. IN: **Revista O Social em Questão**. Ano XVIII, nº 34, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_11_Monte_Amorim_Costa_Trindade.pdf. Acesso em 10 dez 2020.

MOORHEAD, Bernadette, BELL, Karen, & BOWLES, Wendy. Exploring the Development of Professional Identity with Newly Qualified Social Workers. **Australian Social Work**, 69(4), 2016, pp 456–467.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Homem e mulher na década de 30: tensões sociais e vida cotidiana. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 23-35, 1997

NAIR, Thottuvelil Krishna. Social Work in Indian: a semi-profession. In: **Social Work Foot Prints Journal**, set. 2015. Disponível em: <http://www.socialworkfootprints.org/articles/social-work-in-india-a-semi-profession>. Acesso em: 03 set. 2019.

NEGREIROS, Maria Augusta Geraldês. A construção social de uma profissão: Serviço Social, conflito e mudança. In: KARSCH, Úrsula M (org). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal**. São Paulo: EDUC, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2001a

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 30, 1989, pp. 89-102

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**, São Paulo, Cortez, 2005.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PERES, Thais Helena de Alcântara. Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan. jun. 2005, pp 109-126. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37>. Acesso em 18 nov. 2020.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Rev. bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 43-73, Junho, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Pierucci.pdf>. Acesso em 30 set. 2019.

PRATES, Ian. **O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15022019-124053/publico/2018_IanPratesCordeiroAndrade_VCorr.pdf. Acesso em: 07 de mar. 2021.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**. 2010, n.104, pp.750-772. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em 26 nov. 2020.

RAMOS, Sâmya R. A importância da articulação entre Abepss, conjunto Cfess/Cress e Enesso para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://teste.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727>. Acesso em 28 fev. 2020.

REZENDE, Claudia Barcellos. Identidade e contexto: algumas questões da teoria social. **Revista BIB**, São Paulo, nº 64, 2º sem. 2007, pp. 29-41

RITZER, George. Professionalization, bureaucratization and rationalization: the views of Max Weber. **Social Forces**, vol. 53:4, june 1975, pp. 627-634.

SALLUM JR, Brasília; GOULART, Jefferson. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 60, dezembro 2016. pp. 115-135. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000400115&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 nov. 2020.

SANTOS, André Felipe Reid dos. Principais abordagens sociológicas para análise das profissões. **Revista BIB**, São Paulo, nº 71, 2011, pp. 25-43. Disponível em: <http://twixar.me/XrKn>. Acesso em 11 mai. 2019.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serviço Social & Sociedade** São Paulo , n. 104, p. 695-

714, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 26 fev. 2020.

SANTOS, Yara Maria Frizzera. Mulher e assistência: afinidades eletivas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 10, pp. 150-173, 1o. semestre, 2004.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neoweberiana na sociologia das profissões. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n.1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4ovc77s>. Acesso em 07 mai. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 24, n. 02, mai/ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006. Acesso em 27 ago. 2019.

SERRA, Rose Mary Sousa. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Condição feminina: uma face oculta da identidade profissional do assistente social**. Em Pauta: n. 2, pp. 21-28, nov. 1993

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014

SILVA, Maria Ozanira da Silva; SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos; LOPES, Ângela Maria da Silva; ARAÚJO, Cleonice Correia. A descentralização da política de assistência social: da concepção à realidade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº.65, março, 2001.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

_____. **Gênero, origem social e religião: os estudantes de Serviço Social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

_____. Porque estudar o perfil profissional? **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/y347zwe3>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SIMÕES, Pedro. ZUCCO, Luciana. Homens no Serviço Social: primeiras impressões. **Libertas**, Juiz de Fora, vol. 10, n.1, p. 25-41, jan-jun 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18196/9447>. Acesso em 11 jun. 2020.

SOARES, Gláucio. Prefácio. In: SIMÕES, P. **Assistentes sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. **O desastre social** (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2003

SÓRIA, Sidartha; SILVA, Leonardo Barbosa e; GOMES, Darcilene. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do Governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2012, vol.20, n.42, pp.167-181. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/12.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 119, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a07n119.pdf>. Acesso em 22 set. 2019.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 9-11, June 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 mar. 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 43(4), jul./ago. 2009, p. 897-918. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

VELOSO, Renata. No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. **Revista Praia Vermelha**, No. 4, pp. 70-93, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Livros Técnicos e Científicos Editora: Rio de Janeiro, RJ, 1982

_____. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção de tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 15-28

WELBOURNE, Penelope. Social Work: the idea of a profession and the professional project. Lisboa: **Locus Social**, 2009, pp 19-35

WRIGHT, Olin. **Los intelectuales y la clase obrera**. Teoría 2, 1979.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Serviço social: direitos e sociais competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

_____. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2. São Luís: UFMA, 2002